

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

MARIA EDUARDA ARAÚJO GONÇALVES

**PROCESSOS DE SIGNIFICAÇÃO DE IDOSOS SOBRE SUA TRANSIÇÃO DO
LAR PARA INSTITUIÇÕES DE LONGA PERMANÊNCIA (ILPI)**

Recife

2019

MARIA EDUARDA ARAÚJO GONÇALVES

**PROCESSOS DE SIGNIFICAÇÃO DE IDOSOS SOBRE SUA TRANSIÇÃO DO LAR
PARA INSTITUIÇÕES DE LONGA PERMANÊNCIA (ILPI)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Psicologia.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Maria Isabel Patrício de Carvalho Pedrosa

Recife

2019

Catálogo na fonte
Bibliotecária Maria do Carmo de Paiva, CRB4-1291

G635p Gonçalves, Maria Eduarda Araújo.
 Processos de significação de idosos sobre sua transição do lar para instituições
 de longa permanência (ILPI) / Maria Eduarda Araújo Gonçalves. – 2019.
 126 f. : il. ; 30 cm.

 Orientadora: Prof^a. Dr^a. Maria Isabel Patrício de Carvalho Pedrosa.
 Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH.
 Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Recife, 2019.
 Inclui referências e anexo.

 1. Psicologia. 2. Idosos. 3. Família. 4. Política pública. 5. Idosos – Assistência
 em instituições. I. Pedrosa, Maria Isabel Patrício de Carvalho (Orientadora). II.
 Título

150 CDD (22. ed.)

UFPE (BCFCH2019-171)

MARIA EDUARDA ARAÚJO GONÇALVES

**PROCESSOS DE SIGNIFICAÇÃO DE IDOSOS SOBRE SUA TRANSIÇÃO DO LAR
PARA INSTITUIÇÕES DE LONGA PERMANÊNCIA (ILPI)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Psicologia.

Aprovada em: 08/04/2019

Banca Examinadora:

Prof.^a Dr.^a Maria Isabel Patrício de Carvalho Pedrosa
(Orientadora)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof.^a Dr.^a Íngrid Faria Gianórdoli-Nascimento
(Examinadora Externa)
Universidade Federal de Minas Gerais

Prof.^a Dr.^a Renata Lira dos Santos Aléssio
(Examinadora interna)
Universidade Federal de Pernambuco

AGRADECIMENTOS

Foram muitas as pessoas que ao longo do percurso que culminou nesta dissertação, contribuíram, direta ou indiretamente para a sua realização.

Agradeço a todas elas e menciono aqueles que estiveram mais próximos nos últimos dois anos, em especial minha amiga Sanderlayne, que não só foi paciente para ouvir minhas queixas como também me aconselhou em momento decisivos.

A minha amiga Nádia, que dividiu comigo desde angústias até textos metodológicos.

Ao meu companheiro Caio, minha fonte de cuidados nos momentos mais difíceis.

A minha orientadora, Maria Isabel Pedrosa, a quem dedicava admiração desde a graduação, agradeço por me guiar nos momentos de incerteza e insegurança, por confiar em mim e por ter me apresentado novas possibilidades teóricas para que esse trabalho se concretizasse, sendo fonte de trocas que engrandeceram não só o que se resume nesta dissertação, como também a minha formação profissional e pessoal.

Agradeço à professora Renata Lira, por ter me apresentado o método fenomenológico de análise e por ter me aceito como sua estagiária em docência, experiência fundamental também para os caminhos que esse trabalho tomou.

Aos meus pais, Iva e Edu, agradeço os esforços de uma vida inteira investidos na educação de seus filhos.

Ao meu irmão, Felipe, agradeço por ser minha primeira inspiração, apesar de hoje trilharmos caminhos tão diferentes.

Agradeço as minhas avós, minhas primeiras referências sobre a velhice; Lúcia por ter me incentivado desde cedo à leitura; e Hilda, a primeira a me contar sobre suas histórias de vida, meu exemplo de mulher forte e alicerce de nossa família.

Por fim, agradeço a Fundação de Amparo a Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco (FACEPE), pelo auxílio financeiro concedido para a realização desse trabalho.

RESUMO

O aumento da expectativa de vida da população no Brasil exige pensar políticas públicas para idosos, que acumulam as vulnerabilidades da idade com as de suas condições sociais. São poucos os dispositivos implementados pelo Estado para suprir as crescentes necessidades do atendimento aos idosos. Com essa omissão institucional, recai sobre a família a responsabilidade pelo bem-estar de seus parentes mais velhos e na falta de apoio familiar, os idosos não são bem assistidos. As Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPI) são a prática majoritária no país. Ainda são poucos os estudos voltados para o processo de institucionalização e para a implicação dos próprios idosos nesse processo, que parece uma importante transição em seu curso de vida. Considerando o histórico asilar, que marca a fundação das ILPIs no país, além das pesquisas que indicam a falta de cuidadores familiares como o principal motivo para a entrada em uma instituição, pergunta-se: qual a relação entre as significações produzidas por idosos sobre seu processo de institucionalização e a percepção de sua rede de apoio social? Foi selecionada uma instituição filantrópica da cidade de Recife, e dez idosos participaram da pesquisa. O principal procedimento de coleta foi uma entrevista, baseada no modelo de narrativas autobiográficas, seguido pela análise fenomenológica dos dados. Os marcadores de curso de vida, as concepções sobre condições sociais, os motivos para institucionalização, os aspectos da transição e adaptação, a percepção de apoio social, os aspectos que envolvem a velhice e a religiosidade foram identificados como unidades de significado das narrativas. A discussão centrou-se nos contextos de desenvolvimento, nos caminhos para a institucionalização, na percepção de rede de apoio ao longo da vida e nos processos de significação da institucionalização. Os resultados apontam para a multifatorialidade envolvida no processo de institucionalização e na própria produção de significados, intimamente relacionados com a história de vida de cada um dos participantes. Há congruência entre os relatos dos participantes e o que se encontra na literatura como perfil de idosos em ILPI. Considerando a heterogeneidade da demanda e da população que as ILPIs atendem, reflete-se sobre a necessidade de novos serviços de cuidados de longa duração que possibilitem um leque maior de escolha para os idosos e permitam um atendimento mais adequado para cada uma das demandas.

Palavras-chave: Instituição de Longa Permanência para Idosos. Transição. Processos de significação.

ABSTRACT

The increase of life expectancy of the population in Brazil requires thinking about public policies for the elderly, who accumulate vulnerabilities of the age with those of their social conditions. Few are the devices implemented by the State to meet the growing needs to support the elderly. With that institutional omission, the family becomes responsible for the well-being of their older relatives, and when family support lacks, the elderly miss assistance. Long-term care institutions for the Elderly is the majority practice in the country. There are still few studies focused on the process of institutionalization and on the involvement of the elderly themselves in this process, which seems to be an important transition in their life course. Considering the asylum history, which marks the founding of Long-term care Institution for the Elderly in the country, besides the researches indicating the lack of family caregivers as the main reason for the elderly one to enter an institution, we ask: what is the relation between the meaning-making process by the elderly about their institutionalization and the perception of their network of social support? A philanthropic institution in Recife city was selected, and ten elderly people participated in the research. The main collection procedure was an autobiographical narrative interview followed by a phenomenological analysis on the data. Life course markers, conceptions about social conditions, reasons for institutionalization, aspects of transition and adaptation, perception of social support, aspects involving old age and religiosity were identified as narrative meaning units. The discussion focused on development contexts, on the paths to institutionalization, on the perception of support network throughout life, and on meaning-making process of institutionalization. The results point to the multifactoriness involved in the process of institutionalization and in the very production of meanings, closely related to the life background of each of the participants. There is congruence between the reports by the participants and what is found in literature as profiles of the elderly in long-term care institutions. Considering the heterogeneity of the demand and the population supported by long-term care institutions for the elderly, there is a reflection on the need for new long-term care services that allow a greater range of choice for the elderly and supply a more adequate service for each of the demands.

Keywords: Long-term care Institution for the Elderly. Transition. Meaning-making process.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AD	Atenção Domiciliar
ANVISA	Agência Nacional de Vigilância Sanitária
AVC	Acidente Vascular Cerebral
AVD	Atividade de Vida Diária
BPC	Benefício de Prestação Continuada
ESF	Estratégia Saúde da Família
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ILPI	Instituições de Longa Permanência para Idosos
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
OMS	Organização Mundial da Saúde
PNAD	Pesquisa Nacional Por Amostra Em Domicílios
PNI	Política Nacional do Idoso
RDC	Resolução da Diretoria Colegiada
RedSig	Rede de Significações
SBGG	Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia
SESC	Serviço Social do Comércio
SPC	Serviço de Proteção ao Crédito
SUAS	Sistema Único de Serviço Social
SUS	Sistema Único de Saúde
UnATI	Universidade Aberta à Terceira Idade

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	9
2	POLÍTICAS PÚBLICAS DESTINADAS À POPULAÇÃO IDOSA.....	14
2.1	Políticas públicas para pessoas idosas no brasil.....	16
2.2	Políticas de cuidados de longa duração.....	18
2.3	As ILPIS.....	19
2.4	Perfil e função social das ILPIs.....	22
3	CURSO DE VIDA E CIRCUNSCRITORES DE DESENVOLVIMENTO.....	25
3.1	Processos de significação.....	27
3.2	Circunscritores e institucionalização.....	30
4	MÉTODO.....	33
4.1	Caracterização da instituição.....	33
4.2	Participantes do estudo.....	36
4.3	Material e procedimentos de coleta.....	38
4.4	Procedimentos de análise.....	41
5	RESULTADOS.....	43
6	DISCUSSÃO.....	80
6.1	Contextos de desenvolvimento	81
6.2	Caminhos para a institucionalização.....	92
6.3	Percepção de rede de apoio ao longo da vida.....	99
6.4	Significação da institucionalização.....	103
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	111
	REFERÊNCIAS.....	115
	ANEXO A - PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP.....	122

1 INTRODUÇÃO

O envelhecimento da população mundial vem acontecendo gradativamente e chegou ao Brasil de forma mais acelerada (BORGES; CAMPOS; CASTRO E SILVA, 2015). A Organização Mundial da Saúde (OMS), em seu Relatório Mundial de Envelhecimento e Saúde de 2015, chamou a atenção para o crescimento dessa população e da expectativa de vida no mundo, embora ressalte que ainda não há evidências de que a saúde e a qualidade de vida desses novos idosos tenham melhorado, em comparação com as gerações anteriores (OMS, 2015).

O aumento da expectativa de vida decorrente de conquistas tecnológicas na área da saúde, nos países em desenvolvimento, estaria ainda dissociado de um crescimento homogêneo entre todas as camadas sociais. Assim, os idosos, como toda a população brasileira, são marcados por extrema desigualdade social (DUARTE; SANTOS, 2004). Somando estas condições de vulnerabilidade com as que podem chegar com o avanço da idade, esse grupo acaba demandando uma atenção especial.

Essa atenção, que já se refletiu na criação de políticas públicas específicas, também é crescente no âmbito acadêmico. No entanto, as pesquisas que tratam do envelhecimento dão conta principalmente de seus aspectos negativos, como a deterioração fisiológica traduzida em processos demenciais e doenças crônicas (SCHNEIDER; IRIGARAY, 2008). A velhice parece ter se configurado enquanto um aspecto negativo do desenvolvimento humano, de modo que desde os antigos buscava-se a fórmula da juventude e da vida eterna, evidenciando a contradição de querer viver muito, mas não querer parecer velho (ARAÚJO; CARVALHO, 2005; SCHNEIDER; IRIGARAY, 2008).

Para Guita Grin Debert (2004), o envelhecimento tornou-se um tema privilegiado, quebrando a chamada “conspiração do silêncio” em torno do assunto. No entanto, promoveu-se também uma espécie de “reprivatização” da velhice, no sentido de que a responsabilidade pelo bem-estar dessa população foi delegada a ela mesma, refletindo uma cobrança social por um determinado estilo de vida, responsável pelo prolongamento da vida com qualidade, com saúde e de forma ativa. Assim, essa visibilidade do tema seria, “antes, um compromisso com um tipo determinado de envelhecimento positivo” (DEBERT, 2004, p. 23).

Estando à margem desse chamado “envelhecimento bem-sucedido”, a maioria dos idosos brasileiros não contando com políticas públicas efetivas (COUTO, 2016; GIACOMIN, 2016; BERZINS; GIACOMIN; CAMARANO, 2016) dependem dos cuidados da família, a

principal responsabilizada (CRISTOPHE; CAMARANO, 2010), inclusive legalmente, pelo bem-estar dessa população. Na falta dela, são poucos os dispositivos implementados no país, para suprir a crescente necessidade. Na modalidade de cuidados de longa duração, são as Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPI), conhecidas outrora por asilos e tendo sua fundação na filantropia, os dispositivos que lidam majoritariamente com o cuidado de idosos no país.

É crescente o interesse por estudos sobre a institucionalização de idosos. Na revisão da literatura, é comum que a maioria das pesquisas sejam da área da saúde, em especial da enfermagem e gerontologia, mas ainda pouco se produz na psicologia e pouco se privilegia a experiência singular, os significados e as subjetividades atreladas à institucionalização (BRITO; MOREIRA, 2018). As publicações tratam principalmente dos motivos para procurarem uma ILPI.

De acordo com alguns estudos sociodemográficos, por exemplo, associa-se a maior incidência de institucionalização à ausência de cônjuge, não possuir filhos, apresentar doenças crônicas não transmissíveis e dependência para as atividades básicas de vida diária (ARAÚJO; SOUSA NETO; BÓS, 2016; DEL DUCA, *et al.*, 2012; LINI; PORTELLA; DORING, 2016). Dentre os motivos de institucionalização apontados pelos idosos, os estudos destacam a opção própria deles, a falta de cuidador e ficar muito tempo só, além de justificarem frequentemente não querer sobrecarregar seus filhos e demais familiares (ARAÚJO; SOUSA NETO; BÓS, 2016).

Estes estudos apontam ainda para o maior número de idosos institucionalizados com idade avançada e também para a ocorrência de número maior de idosas nas ILPIs em comparação com idosos (DEL DUCA, *et al.*, 2012). Estes dados, no entanto, parecem estar mais associados a outras variáveis, como a maior incidência de doenças incapacitantes com o aumento da idade, no primeiro caso, e o número maior de mulheres idosas comparadas ao de homens, na população geral, que, por sua vez, relaciona-se a diversos outros fatores, inclusive de ordem social e cultural.

Poucos estudos orientam-se para possíveis diferenças existentes entre os perfis de idosos em instituições com fins lucrativos e sem fins lucrativos. Um estudo realizado em Natal-RN mostra que estas diferenças existem e marcam as instituições sem fins lucrativos como locais que perpetuam a lógica da exclusão social. A começar pelo número de idosos por tipo de instituição: 260, em seis instituições sem fins lucrativos; e 127, em também seis instituições,

com fins lucrativos. A maioria de idosos negros ou pardos, analfabetos e sem plano de saúde estava entre os de instituições sem fins lucrativos (PINHEIRO, *et al.*, 2016).

O mesmo estudo apontou ainda que, apesar de confirmar a ausência de cuidador como principal motivo para a institucionalização, em ambos os casos, eram os idosos de ILPI sem fins lucrativos que estavam associados à falta de cônjuges, de filhos e de sofrer abandono. Já a institucionalização motivada por doença, era mais encontrada entre os idosos de instituições com fins lucrativos (PINHEIRO, *et al.*, 2016).

Em pesquisa realizada em Fortaleza-CE, também se buscou as motivações para a institucionalização, mas sob um método qualitativo. De modo geral, confirmou-se o que os estudos quantitativos revelam. As nove idosas da amostra, apesar de todas terem decidido por conta própria a institucionalização, não contavam com uma rede de suporte fora da instituição, de modo que temiam ficar só, temiam não contar com cuidados de saúde e queriam evitar conflitos familiares (BESSA; SILVA, 2008).

As autoras do estudo analisaram ainda outra categoria do discurso das idosas, o seu processo adaptativo, que mesmo sendo facilitado para algumas, expressou principalmente um caráter de conformismo com a situação, com alguns poucos destaques para características positivas da instituição, como a possibilidade de manterem atividades religiosas, por exemplo. As autoras destacaram ainda que, no geral a institucionalização representa o isolamento dessas idosas, quer por não receberem visitas, quer por não saírem da instituição, o que revela um dos “fatores mais nefastos das ILPI” (BESSA; SILVA, 2008, p. 265).

A entrada na ILPI parece caracterizar-se, de qualquer forma, como um marco importante. Esse marco pode ser compreendido a partir do conceito que Tania Zittoun (2009) define como transição: o processo em que se produzem respostas e ajustes a uma situação estranha, nova, e que pode ser representada enquanto uma ruptura na trajetória do sujeito. A institucionalização parece ser uma mudança que exige dos idosos recursos intra e interpessoais, além de ambientais, que podem ou não culminar em um ajuste positivo à nova realidade, com o desenvolvimento de novos papéis, status e relações.

Em um estudo elaborado por psicólogos portugueses a partir da perspectiva de ciclo de vida, resguardando o contexto cultural da pesquisa, os autores levantam a hipótese de que a transição e o ajuste positivo à ILPI estão principalmente relacionados à participação do idoso na tomada de decisão de mudar-se para a instituição, aliados a um planejamento prévio. Os resultados de certo modo confirmam os pressupostos, mas não sem a ressalva de que o processo

é bastante idiossincrático e depende das características ambientais da instituição (FARIA; CARMO, 2015).

Já em um estudo sobre a percepção das condições de vida e do processo de institucionalização em uma cidade de Minas Gerais, os idosos apontaram sentimentos conflitantes a respeito da ILPI. Ao mesmo tempo que relatavam ter bom relacionamento com os demais moradores e se referiam à instituição como uma oportunidade de exercer sua autonomia, também relataram sentimentos de solidão e exclusão, principalmente ao se referirem às suas famílias. Os autores destacaram que a institucionalização é vivida como uma ruptura no curso de vida desses idosos, exigindo deles capacidade adaptativa (EVANGELISTA, *et al.*, 2014).

Dentro da perspectiva de desenvolvimento ao longo da vida, considerando que este se dá por fases de mudança e de estabilidade, a dinâmica desses ciclos e a adaptação dependerão de variáveis que podem ser genericamente divididas em pessoais e ambientais (NERI, 2006). Considerando a transição para a ILPI, podemos pensar em fatores como o nível socioeconômico do idoso, sua situação de saúde, a composição familiar, o nível de suporte que tem à disposição, o planejamento e a estratégia prévia à institucionalização, o poder de controlar a decisão, as próprias características da instituição, dentre outros.

A partir do cenário de institucionalização de idosos no Brasil, outro estudo com idosos em ILPIs de Minas Gerais objetivou identificar a composição, o tipo e a quantidade de apoio social que eles recebiam. Os resultados apontaram que as redes sociais dos idosos eram pequenas e, apesar de terem familiares vivos, eram os amigos de fora da instituição que forneciam mais apoio (RODRIGUES; SILVA, 2013).

Considerando então, a institucionalização enquanto uma transição e, portanto, possivelmente, um marco no curso de vida dos idosos; tendo em vista ainda a fundação das instituições asilares no Brasil, com características de caridade que perduram até hoje e o novo contexto de mercado, que marca a heterogeneidade na oferta de serviços institucionais; considerando ainda que os idosos brasileiros geralmente são institucionalizados por falta de cuidadores, por dependência e por não quererem sobrecarregar seus familiares e que é obrigação legal das instituições manter e promover os vínculos familiares e comunitários dos idosos institucionalizados, pergunta-se: qual a relação entre as significações produzidas por idosos sobre seu processo de institucionalização e a percepção de sua rede de apoio social?

Parte-se do pressuposto de que a percepção positiva sobre a rede de apoio que tem à disposição, seja prévia ou/e pós institucionalização, de dentro ou/e de fora da ILPI, influenciará

nos significados atribuídos positivamente ao processo de institucionalização. Considera-se ainda que outros aspectos importantes devem estar envolvidos nessa transição, como as características da própria instituição e o nível de envolvimento do idoso com a decisão e operacionalização da mudança.

Assim, é objetivo geral desta pesquisa, identificar e discutir as significações atribuídas pelos idosos que vivem em uma ILPI filantrópica ao processo de transição do lar para essa instituição e se essas significações se relacionam à percepção que têm de sua rede de apoio.

São objetivos específicos: identificar as características do perfil sociodemográfico dos idosos que estão na ILPI; analisar os aspectos envolvidos no processo de significação que o idoso atribui à sua transição do lar para a ILPI e sua adaptação à instituição; e, também, identificar as percepções dos idosos sobre suas redes de apoio social e possível relação com as significações atribuídas à transição.

Espera-se que a instituição filantrópica seja um *locus* privilegiado de investigação, uma vez que, conforme indica a literatura, é onde moram os idosos mais independentes, mas que não têm familiares ou qualquer outra rede de suporte que possibilitem-lhes permanecerem fora da instituição (PINHEIRO, *et al.*, 2016).

2 POLÍTICAS PÚBLICAS DESTINADAS À POPULAÇÃO IDOSA

Os textos jurídicos no Brasil marcam a entrada na velhice a partir do viés cronológico, ao se completar 60 anos de idade. No entanto, para fins de concessão de benefícios, esse marcador pode se estender aos 65 anos. Deve-se ponderar que “o conceito de idade é multidimensional e não é uma boa medida do desenvolvimento humano” (SCHNEIDER; IRIGARAY, 2008, p. 586), bem como a vivência da velhice dependerá das trajetórias de curso de vida individual, a partir dos contextos socioeconômico e cultural (DUARTE; BERZINS; GIACOMIN, 2016).

Pensar no idoso brasileiro é pensar no idoso ocidental, de uma cultura marcada pelas relações de consumo, onde a velhice, mais que um marcador etário, é também um valor de vida (DEBERT, 2010). A velhice não basta ser saudável, deve ser ativa. Uma boa parte da população brasileira, no entanto, se mantém a margem desses valores, de modo que, como Ecléa Bosi (1994) já indicava, o velho é oprimido porque desde sempre a classe trabalhadora é oprimida.

Ao contrário do que aconteceu com os países desenvolvidos, considera-se que o Brasil passa por uma acelerada transição demográfica, desde a segunda metade do século XX, acentuando-se no início do século XXI (BORGES; CAMPOS; CASTRO E SILVA, 2015). O fenômeno caracteriza-se por níveis, antes elevados, cada vez mais baixos de fecundidade e mortalidade, culminando em uma população cada vez mais velha.

Segundo a Projeção de População divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2018, 25,5% da população deverá ter mais de 65 anos em 2060, uma estimativa de 58,2 milhões de idosos, em contraposição aos atuais 19,2 milhões (9,2%). Somada à população com menos de 15 anos, serão 67,2 indivíduos para cada 100 em idade de trabalhar (15 a 64 anos), também em 2060 (IBGE, 2018). Este é o chamado índice de Razão de Dependência, que hoje é de 44% (44 indivíduos entre 0 e 15 anos e com mais de 65, para cada 100 com idade entre 15 e 64 anos). Este aumento da razão para 67,2% deverá aprofundar os desafios já enfrentados hoje, somando-se aos problemas sociais básicos de saúde, educação e segurança (CAMARANO, 2013).

A inversão da estrutura etária brasileira, ligada ainda às conquistas tecnológicas na área da saúde, está dissociada de um crescimento econômico homogêneo entre todas as camadas sociais (BORGES; CAMPOS; CASTRO E SILVA, 2015). Resulta que os idosos brasileiros, e de países subdesenvolvidos no geral, são marcados por extrema desigualdade social e mesmo territorial, sem garantias de uma existência digna (DUARTE; SANTOS, 2004).

Considerando-se os números atuais e as projeções, há uma pressão demográfica por políticas públicas voltadas para a população mais velha (BORGES; CAMPOS; CASTRO E SILVA, 2015; IBGE; 2014). Para além de políticas de renda e uma controversa reforma previdenciária, há a necessidade de promoção e manutenção da qualidade de vida, aliada a ações de proteção e cuidados específicos, principalmente relacionados a idosos dependentes, que precisam de ajuda para realizar atividades de vida diária.

Estes cuidados, em todo o mundo, geralmente recaem sob a responsabilidade das famílias (CRISTOPHE; CAMARANO, 2010). Em 2015 o IBGE identificou que 84% dos idosos participantes da pesquisa nacional por amostra em domicílios (PNAD), o que não inclui ILPIs, estavam em arranjos domiciliares compostos por família, seja cônjuge, filhos e/ou outros parentes (IBGE, 2016). Boa parte desses arranjos é integrada apenas por casais idosos com um filho ou com um neto, e até mesmo outros parentes idosos, de modo que a oferta do cuidado familiar talvez não seja adequada à necessidade daqueles que necessitem mais de ajuda para as Atividades de Vida Diária (AVDs) (CAMARANO; KANSO, 2010b).

A transição demográfica já está acarretando um aumento da demanda de cuidados com os idosos e a menor disponibilidade de parentes que possam ofertá-los. Os novos arranjos familiares, mudanças na nupcialidade, maior número de mulheres no mercado de trabalho (CAMARANO; KANSO, 2010b); dentre outros fatores, levam à necessidade de pensar novas práticas de cuidado.

Ana Amélia Camarano e Juliana Leitão e Mello (2010a), revisando a dinâmica do cuidado familiar de idosos no mundo, ao longo dos anos, destacam que a função de cuidar tem um forte viés de gênero. A mulher não só é a principal cuidadora, como também a que demanda mais cuidados, uma vez que tem sobrevida maior que a dos homens e, conseqüentemente, está em número maior na população idosa.

Segundo as autoras, há uma tendência mundial, com variações derivadas de cultura e religião, para os filhos perceberem-se, cada vez menos, com obrigatoriedade de cuidar de seus pais idosos. Também é cada vez mais comum que os próprios idosos não assumam a necessidade de serem cuidados pelos seus descendentes, ainda que estes desejem assumir a função (CAMARANO; MELLO, 2010a).

A OMS, em seu Relatório Mundial de Envelhecimento e Saúde de 2015, também ressalta que ainda não há evidências de que a saúde e a qualidade de vida desses novos idosos tenham melhorado, em comparação com as gerações anteriores. Compreendendo as demais transformações sociais que acontecem no mundo, a OMS preconiza que devem ser pensados e

implementados sistemas de cuidados de longa duração, de modo a “contribuir para a coesão social” (OMS, 2015, p. 17), uma vez que podem tirar sobrecarga da família e permitir que idosos dependentes tenham vida digna, já que “o desenvolvimento socioeconômico, o envelhecimento da população e as mudanças nos papéis das mulheres significam que essa prática já não é mais sustentável ou equitativa” (OMS, 2015, p. 18).

Assim, compreendendo que o Estado, a família e o mercado são os principais pilares da seguridade social (PASINATO; KORNIS, 2010), reconhece-se e se destaca a importância de uma divisão de responsabilidades na oferta de cuidados à população idosa, otimizando-se o atendimento de modo a não sobrecarregar nenhum dos atores (CAMARANO; MELLO, 2010b; CAMARANO; SCHARFSTEIN, 2010). Apesar da recomendação da OMS para que o Estado seja o principal provedor, percebe-se a tendência, em países desenvolvidos, pela mercantilização da oferta (CAMARANO; MELLO, 2010a), principalmente em países como os Estados Unidos, que seguem um modelo liberal de seguridade social e político no geral.

O Brasil segue essa tendência, embora a maior oferta ainda seja a de ILPIs filantrópicas (CAMARANO; MELLO, 2010b). Há hoje um maior crescimento da oferta privada com fins lucrativos (CAMARANO; BARBOSA, 2016), culminando em serviços de alto padrão, mas também com altos preços. Perpetuam-se as desigualdades, na medida em que o Estado não assume a sua responsabilidade, mantendo o menor percentual de instituições no país, apenas 5,2% (CAMARANO; MELLO, 2010b) em 2009, ano final do único levantamento que há em nível nacional, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

2.1 Políticas públicas para pessoas idosas no Brasil

Há um consenso de que o Estado brasileiro avançou, nos últimos anos, apenas nas questões de políticas de renda, deixando de lado as de cuidado efetivo da população idosa. Vários autores (cf., por exemplo, CAMARANO; MELLO, 2010a, 2010b; PASINATO; KORNIS, 2010), reforçam a imprescindibilidade de se repensar as políticas públicas voltadas para o cuidado ao idoso. Discute-se a necessidade de se pensar na maior oferta de ILPIs, de cuidadores formais, de centros dia, bem como de qualquer serviço que seja um aliado das famílias, que tire sua sobrecarga e mesmo que a substitua, na sua inexistência, nos cuidados a população mais velha.

No Brasil, em termos legais, a Constituição Federal de 1988, a Política Nacional do Idoso (PNI) de 1994 e o Estatuto do Idoso de 2003, são os principais mecanismos legais que preveem e consolidam os direitos da pessoa idosa. No entanto, o excesso de regulamentação

não se converte em políticas públicas efetivas. A própria criação do Estatuto do Idoso, demarca a falta de força jurídica da PNI, uma vez que o texto mais recente não traz grandes inovações, sendo o seu marco principal o reconhecimento definitivo da velhice como um direito (RIBEIRO, 2016; FALEIROS, 2016).

A PNI tem sua importância revelada pelo momento em que foi elaborada, em consonância com a pressão de movimentos sociais e debates internacionais, prevendo a necessidade de se pensar políticas públicas voltadas para a velhice, que começava a crescer no país. A política “busca assegurar direitos, apresentar princípios e criar condições para a autonomia e a integração social da pessoa idosa” (GIACOMIN, 2016, p. 595), pressupondo que o idoso é um sujeito de direitos que deve ser atendido de forma diferenciada, em todas suas necessidades (CAMARANO, 2016).

Dentre as ações governamentais preconizadas pela PNI, destaca-se a “criação de incentivos e de alternativas de atendimento ao idoso, como centros de convivência, centros de cuidados diurnos, casas-lares, oficinas abrigadas de trabalho, atendimentos domiciliares e outros” (BRASIL, 2010, p. 9-10). O texto da política é bastante generalista e não deixa claras as ações que de fato deveriam ser implementadas, nem quem deveria executá-las, ficando a cargo de ministérios e secretarias ora de assistência social, ora de direitos humanos e mesmo de justiça (BERZINS; GIACOMIN; CAMARANO, 2016), a depender mais de governos do que da própria política (GIACOMIN; MAIO, 2016).

Assim, é praticamente unânime dizer que falta implementação das políticas públicas previstas pela lei (COUTO, 2016; GIACOMIN, 2016; BERZINS; GIACOMIN; CAMARANO, 2016), resultando em uma realidade hoje ainda bem diferente da preconizada. A PNI se resumiria a “uma carta de boas intenções de que cada política setorial deve desenvolver na área do idoso” (RIBEIRO, 2016, p. 383), mas que por falta de efetivação abriu a necessidade de novas leis, como o Estatuto do Idoso.

O Estatuto do Idoso, portanto, vem para consolidar os preceitos das leis anteriores e estabelecer o envelhecimento como direito personalíssimo (BRASIL, 2003), ou seja, como um direito pessoal, inerente à condição de ser humano, de caráter intransmissível e irrenunciável. A lei incentiva a autonomia e o protagonismo dos idosos (FALEIROS, 2016; RIBEIRO, 2016), além de avançar na sua proteção legal, destacando a atuação do Ministério Público (CAMARANO, 2013). O estatuto, entretanto, continua não sendo efetivado no que tange à promoção de políticas públicas voltadas para os cuidados de longa duração, principalmente por não estabelecer prioridades e fontes de financiamento das políticas (CAMARANO, 2013).

Já em 2018 foi criada uma subcomissão de direitos da pessoa idosa na Câmara dos Deputados, para atualizar as leis da PNI e do Estatuto do Idoso. Ainda pouco se sabe sobre o que será efetivamente alterado, mas está na pauta a necessidade de se pensar nas políticas de cuidados, além de atualizar as questões de transporte, previdência, trabalho e emprego, saúde, habitação e moradia (FERREIRA, C; SILVEIRA, W., 2018).

2.2 Políticas de cuidados de longa duração

Por cuidados de longa duração, entende-se o apoio material, instrumental e emocional oferecido, de modo formal ou não, a quem deles necessita e em qualquer idade. Estes cuidados estão associados aos sistemas de saúde e de assistência social dos países, com limites não muito bem definidos entre eles (CAMARANO; MELLO, 2010a). Os cuidadores formais domiciliares, centros de convivência, centros e hospitais dia, são possibilidades de serviços de cuidados de longa duração, além das ILPIs, mais especificamente voltadas para a população acima dos 60 anos.

A PNI já previa e o Estatuto do Idoso reforçou que, dentre outras obrigações da família, da comunidade, da sociedade e do Poder Público, deve-se assegurar ao idoso a convivência familiar e comunitária (BRASIL, 2003). Quando há necessidade, o idoso pode, inclusive, receber pensão de alimentos de seus filhos maiores e capazes, de modo que a principal responsabilidade na oferta de cuidados de longa duração, permanece com as famílias.

A ILPI é o único serviço de cuidados de longa duração previsto e regulamentado nos textos jurídicos. Há algumas iniciativas municipais e estaduais de serviços alternativos bem-sucedidos no Brasil, mas ainda são uma exceção. O já famoso Condomínio Cidade Madura na Paraíba, tem casas adaptadas para idosos de baixa renda que ainda conseguem morar sozinhos. Há ainda nas cidades de Cascavel e Maringá no Paraná, além da cidade de São Paulo-SP, outras alternativas habitacionais semelhantes (COSTA, *et al.*, 2016), além de programas voltados para a atenção domiciliar de idosos dependentes nas cidades de Belo Horizonte-MG e também São Paulo-SP (DUARTE; BERZINS; GIACOMIN, 2016). A oferta desses serviços é essencial para auxiliar as famílias, bem como diminuir a demanda por ILPIs (BERZINS; GIACOMIN; CAMARANO, 2016), promovendo condições de permanência dos idosos em seus lares.

A legislação brasileira favorece (de modo intencional ou não) certo preconceito relacionado às ILPIs, uma vez que atribui excepcionalidade à institucionalização, o que acaba contribuindo para a redução de demanda pelos serviços públicos (CRISTOPHE; CAMARANO, 2010). As leis reforçam o distanciamento do Estado das políticas de cuidados a pessoas idosas,

na medida em que prioriza e responsabiliza majoritariamente a família pelos seus parentes mais velhos, preconizando que o atendimento institucional só aconteça na impossibilidade do atendimento familiar.

Em termos de política pública, a ILPI é tipificada como um equipamento de proteção social especial de alta complexidade do Sistema Único de Serviço Social (SUAS). Significa dizer que os serviços públicos de acolhimento institucional de idosos são voltados para aqueles que estão em vulnerabilidade social, em situação de rua, violência, negligência, abandono ou outros que justifiquem o acolhimento. Nestes casos, o serviço deverá trabalhar ainda pela reinserção social dos idosos, de modo que a longa permanência só será observada na impossibilidade de autossustento ou apoio comunitário/familiar (BERZINS; GIACOMIN; CAMARANO, 2016). Ainda não há no sistema público de serviço social, a oferta de outros equipamentos, apesar do que está previsto na PNI.

Já no Sistema Único de Saúde (SUS), alguns programas importantes como o Melhor em Casa e a Estratégia Saúde da Família (ESF), que compõem a Atenção Domiciliar (AD) facilitam a permanência de idosos com algum nível de dependência ou que necessitam de uma atenção especial em saúde, em suas próprias casas. No entanto, a abrangência dos serviços de AD ainda é baixa e a inclusão de idosos depende da existência de um cuidador responsável no domicílio (BRASIL, 2012; DUARTE; BERZINS; GIACOMIN, 2016).

Na iniciativa privada, apesar de não haver estudos exclusivamente dedicados ao mercado de serviços na velhice, percebe-se que, além de um aumento na oferta de ILPIs (CAMARANO; BARBOSA, 2016), há também a oferta de alto padrão dentro dessas instituições, como também do serviço de centro dia (cf., por exemplo, GIACOMIN; COUTO, 2010), e outras modalidades de atendimento, que vão surgindo, ainda que de maneira incipiente. Os idosos com poder aquisitivo mais alto, também têm acesso a serviços de atendimento domiciliar de alto padrão, inclusive até na modalidade de internação domiciliar, com equipamentos antes restritos ao ambiente hospitalar (ALBUQUERQUE, 2003). Em Recife-PE já é possível encontrar a oferta de serviços de transporte, acompanhamento em consultas médicas e também venda de tecnologias voltadas para a velhice, como sensores de queda e mini rastreadores (PORAQUI, 2017).

2.3 As ILPIs

Sendo escassos os estudos que permitam traçar o histórico dessas instituições, Micheline Cristophe e Ana Amélia Camarano (2010) reuniram os fragmentos que permitiram restituir

parte da cronologia. As autoras encontraram que desde a Grécia Antiga, há registros de instituições coletivas que atendiam os mais necessitados. No entanto, atribui-se à transição do feudalismo para o capitalismo o crescimento desse tipo de estabelecimento, principalmente voltado para os que não tinham ocupação, consequentemente atendendo não só idosos pobres, mas também loucos, órfãos, doentes e outros excluídos no geral (BOIS, 1997 apud CRISTOPHE; CAMARANO, 2010).

Foi só a partir do Iluminismo que as instituições passaram a se especializar e assim surgiram aquelas destinadas ao acolhimento exclusivo de idosos. No geral, estas casas eram mantidas por igrejas, fossem católicas, anglicanas, batistas, dentre outras, e funcionavam a partir de doações de fiéis (CRISTOPHE; CAMARANO, 2010). Já traçando o histórico brasileiro, “a primeira referência de asilo encontrada foi de uma instituição destinada a soldados, a *Casa dos Inválidos*, inaugurada no Rio de Janeiro, em 1797, em uma chácara [...] especialmente construída para este fim” (FILIZZOLA, 1972, apud CRISTOPHE; CAMARANO, 2010, p. 148), mas que teria sido fechada brevemente.

A primeira casa específica para a população idosa teria sido “o Asilo São Luiz para a Velhice Desamparada, criado em 1890, na cidade do Rio de Janeiro” (NOVAES, 2003, apud CRISTOPHE; CAMARANO, 2010, p. 148), que já se preocupava com as questões sociais específicas da velhice, mas ainda assim funcionava isolado da cidade. Hoje, aos 128 anos, ainda está em funcionamento e, apesar de filantrópica, destina-se a idosos de alta renda, já que possui alas onde se cobram mensalidades mais altas.

De acordo com as informações disponíveis no próprio *site* da instituição:

Em 04 de setembro de 1890 o Visconde Luiz Augusto Ferreira D’Almeida fundou o “Asylo São Luiz para a Velhice Desamparada”. A intenção do fundador, homem de grande visão, não ia além da proteção de alguns funcionários de sua fábrica de tecidos “São Lázaro”, abrigando-os na Chácara comprada no bairro do Caju. Com o passar do tempo, o então “Asylo São Luiz para a Velhice desamparada” já recebia idosos de toda a sociedade, graças ao auxílio de vários empresários e com o apoio das irmãs religiosas do Sagrado Coração de Jesus, construíram o que hoje é a Casa São Luiz. O nome foi dado em homenagem a São Luiz, que foi Rei da França, o primeiro monarca a preocupar-se com os direitos das pessoas idosas. (BITTENCOURT, 200-)

Depois disso, é difícil traçar o restante do percurso dessas instituições até os dias atuais. Destaca-se apenas o que é comum encontrar na literatura sobre o tema, o caráter marcadamente filantrópico e religioso no geral das instituições e a importância histórica das Santas Casas de Misericórdia e da Sociedade São Vicente de Paulo, tanto pela antiguidade quanto por manter ainda hoje um grande número de instituições (CRISTOPHE; CAMARANO, 2010).

Assim, no contexto brasileiro, considera-se que “as ILPIs não são resultado de uma política pública e sim a marca registrada da sua ausência, guardando uma relação profunda com a filantropia e a religião” (GIACOMIN; COUTO, 2010, p. 215), de onde surgiram no passado. Estas raízes históricas ainda são fortemente associadas às instituições atuais. De acordo com o levantamento do IPEA, de 3.294 instituições que participaram da pesquisa, 65,2% eram filantrópicas, com destaque ainda para as instituições religiosas (CAMARANO; MELLO, 2010b).

Devem-se reconhecer as transformações importantes pelas quais as instituições passaram, sem desconsiderar os vários problemas que ainda as cercam. As ILPIs brasileiras já praticam novas formas de cuidado, sem práticas de restrição e controle totalitário, adequando-se à maioria das normas e legislação vigentes. Ainda assim, são muito heterogêneas, refletindo as desigualdades socioeconômicas do país (CRISTOPHE; CAMARANO, 2010).

Para a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), a partir da Resolução da Diretoria Colegiada (RDC) nº 283 de 2005, que regula o funcionamento das ILPIs, estas são definidas como “instituições governamentais ou não governamentais, de caráter residencial, destinada a domicílio coletivo de pessoas com idade igual ou superior a 60 anos, com ou sem suporte familiar, em condição de liberdade e dignidade e cidadania” (p. 3).

O termo ILPI abarca, portanto, todas aquelas instituições que tem função de moradia, ou seja, o caráter de longa permanência. No entanto, até hoje são diversas as denominações usadas para tratar dessas instituições: abrigo, lar e, até mesmo, clínica de repouso geriátrico. Não só as denominações ainda hoje usadas são diversas, como os próprios serviços o são, dividindo-se principalmente entre instituições de assistência social e de saúde (CAMARANO; MELLO, 2010a).

A Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia (SBGG), que cunhou o termo ILPI, a partir do original, da OMS, *Long Term Care Institutions*, já abarcando essa diversidade dos serviços, dá a seguinte definição:

As ILPIs são estabelecimentos para atendimento integral institucional, cujo público alvo são as pessoas de 60 anos e mais, dependentes ou independentes que não dispõem de condições para permanecer com a família ou em seu domicílio. Essas instituições, conhecidas por denominações diversas – abrigo, asilo, lar, casa de repouso, clínica geriátrica e ancionato – devem proporcionar serviços nas áreas social, médica, de psicologia, enfermagem, fisioterapia, terapia ocupacional, odontologia, e em outras áreas, conforme necessidades desse segmento etário (SBGG, 2008).

Assim, a qualidade dos serviços e o que é ofertado por cada uma das instituições varia muito e é de se esperar que as privadas, que cobram valores mais altos por seus serviços, ofereçam também uma qualidade diferenciada de atendimento (CRISTOPHE; CAMARANO, 2010). É nessa questão de mercado que reside o problema, uma vez que a maioria das instituições brasileiras é filantrópica e não conta com poder aquisitivo suficiente para garantir o melhor atendimento a seus idosos. A forma como se configura a oferta de institucionalização, portanto, contribui para a manutenção das desigualdades.

O Estatuto do Idoso prevê que, em caso de institucionalização, algumas obrigações são destinadas às ILPIs. Destacam-se a preservação dos vínculos familiares, o atendimento personalizado e em pequenos grupos, participação do idoso nas atividades comunitárias, de caráter interno e externo à instituição, e preservação da identidade do idoso (BRASIL, 2003). Assim, a institucionalização não deveria significar ruptura com os laços familiares e comunitários. Além do papel da própria instituição em preservar esses laços, pensando na divisão de responsabilidades, destaca-se que a família também tem a função de acompanhar o atendimento prestado pelas instituições, em parceria com o papel do poder público, de fiscalizá-las (CAMARANO; SCHARFSTEIN, 2010).

Dentre outras obrigações legais das instituições, o Estatuto também prevê os órgãos que deverão fiscalizá-las, tais como os Conselhos do Idoso, o Ministério Público e a Vigilância Sanitária, mas também deixando aberto para outros que sejam previstos em lei (BRASIL, 2003). No geral, as fiscalizações obedecem aos parâmetros estabelecidos pelo próprio Estatuto, mas principalmente os definidos pela Vigilância Sanitária a partir da já citada RDC nº 283 de 2005.

Esta RDC é considerada a norma mais rígida de controle das instituições, pois abrange desde a garantia à liberdade de credo até a distância mínima entre camas nos dormitórios (ANVISA, 2005). Embora o objetivo seja o de estabelecer um padrão mínimo de funcionamento e todo o documento seja uma espécie de instrumental para as fiscalizações, a maioria das ILPIs não conseguem cumprir com todas as normas. Em casos extremos, quando não se cumprem necessidades básicas como alimentação e higiene, as fiscalizações acarretam na interdição das casas.

2.4 Perfil e função social das ILPIs

De acordo com o levantamento do IPEA (CAMARANO, *et al.*, 2010), entre 2007 e 2009 havia 3.548 ILPIs funcionando no Brasil, das quais 3.294 participaram da pesquisa. Destas, 65,2% eram filantrópicas, 28,2% privadas e apenas 6,6% públicas ou mistas. O total das

instituições cobria apenas 29,9% dos municípios brasileiros concentrando-se nas capitais e em especial na região sudeste, mais especificamente no estado de São Paulo, que concentrava 34,3% das ILPIs. No Nordeste, havia 8,5% das instituições, apesar de contar com 24,7% do total da população idosa do país.

Embora não haja dados mais recentes, estima-se que com o aumento da demanda e com a mudança do paradigma dos asilos para ILPIs, as instituições que mais cresceram tenham sido as particulares, com fins lucrativos (CAMARANO, *et al.*, 2010; CRISTOPHE; CAMARANO, 2010). Destaca-se que embora sejam ainda minoria, existem ILPIs que oferecem serviços de luxo, desde grandes casas cercadas pela natureza, até prédios com estrutura de hotel, com quartos individuais, personalizados e com várias atividades possíveis.

É mais comum, no geral, que as ILPIs públicas e filantrópicas tenham idosos mais independentes e com demanda consequente de acolhimento. Nestas instituições, os serviços oferecidos geralmente são mais básicos e menos personalizados. Já nas instituições privadas com fins lucrativos, a maior demanda é de idosos dependentes, que necessitam de maior apoio de saúde e contam então com serviços mais especializados. Em todo caso, os serviços de medicina e enfermagem são os mais comumente encontrados em qualquer instituição (CAMARANO, *et al.*, 2010).

Os estudos (cf., por exemplo, ARAÚJO; SOUSA NETO; BOS, 2016; LINI; PORTELLA; DORING, 2016) sobre a população idosa institucionalizada revelam que os idosos brasileiros, de modo geral, mudam-se para ILPIs por viverem sós, não terem companheiros, filhos ou cuidadores que possibilitem a permanência no seu lar. Mesmo quando os idosos apontam que decidiram a mudança por conta própria, os motivos intrínsecos ligados a essa decisão estão relacionados ao temor de sobrecarregar seus familiares (ARAÚJO; SOUSA NETO; BOS, 2016).

O levantamento do IPEA chama a atenção, no entanto, para estes motivos estarem relacionados à natureza jurídica das instituições, sendo a procura motivada por saúde associada às instituições privadas e a falta de moradia associada às públicas e filantrópicas. A partir dos levantamentos realizados, considerando ainda os dados de levantamentos da população idosa no Brasil, estima-se que mesmo assim, o número de abrigados em ILPIs seja de apenas 1% da população idosa total do país. Destes, há ainda o predomínio de mulheres, 57,6% do total de residentes (CAMARANO, *et al.*, 2010).

O público que as ILPIs atendem hoje dividem-se em dois grupos principais (CAMARANO; KANSO, 2010b): aqueles idosos que por algum tipo de comprometimento,

físico ou mental, têm dificuldades para desempenhar as AVDs; e aqueles que não têm condições de arcar com seu próprio sustento, ou seja, manter sua própria casa e toda a administração doméstica. Deve-se considerar também o papel de proteção social desempenhada pelas ILPIs. Nem todos os idosos dispõem de uma rede de cuidados, mesmo na família, que é também uma instituição idealizada, onde ocorrem a maioria dos eventos de violação de seus direitos (FONSECA; GONÇALVES, 2003), de modo que “o pertencimento a uma instituição pode representar uma alternativa de amparo, proteção e segurança” (CAMARANO; SCHARFSTEIN, 2010, p. 163).

É comum ainda, que as instituições públicas brasileiras atuem na tentativa de reverter o abrigo, ou seja, devolver os idosos ao convívio social, quando estes têm condições de renda, moradia e mesmo tenham resolvidos os conflitos familiares e situações antes de violência/violação de direitos (BERZINS; GIACOMIN; CAMARANO, 2016). Nas instituições privadas, embora as equipes não estejam orientadas para um atendimento temporário, deve-se observar que o acolhimento pode sempre ser revertido, seja por vontade dos idosos e/ou familiares, ou por ter sido determinada a temporariedade por medida protetiva do Ministério Público ou judicialmente.

É indiscutível que a ILPI é uma modalidade de atendimento essencial, pelas funções que cumpre e pela demanda que tende a crescer. Mas também são imprescindíveis o incentivo à formação de cuidadores formais, criação de centros e hospitais dia, bem como de qualquer serviço de cuidados de longa duração no geral, que possam servir de alternativa à população idosa.

3 CURSO DE VIDA E CIRCUNSCRITORES DE DESENVOLVIMENTO

Partindo de uma perspectiva socioconstrutivista interacionista de desenvolvimento humano, entendendo a indissociabilidade dos processos biológicos, sociais e culturais, a velhice situa-se como uma etapa de vida que integra o desenvolvimento ao longo de todo o ciclo vital. Nesta perspectiva, caracteriza-se o desenvolvimento humano por um processo de perdas e ganhos, com fases de estabilidade e mudança, continuidade e ruptura.

São os momentos de mudança, de quebra, ou descontinuidade que no geral demarcam pontos importantes no desenvolvimento humano, uma vez que exigem uma resposta, um ajuste ou adaptação à nova situação. Para Tania Zittoun (2009), no curso da vida, essas situações podem ser chamadas de rupturas, compreendendo o fim de um modo de ajuste e um processo de transição para um novo funcionamento. Este processo geralmente envolve três esferas interdependentes da mudança: a construção identitária, a aquisição de conhecimento ou habilidades e os processos de significação (ZITTOUN, 2008).

A partir de uma ruptura, as pessoas se engajam em um reposicionamento nos campos social e simbólico. Neste processo, ocupa lugares que implicam uma transformação na sua própria identidade, bem como lhe pode ser exigido novos conhecimentos e habilidades sociais e cognitivas. Interligado a estes fatores, as pessoas também passam por processos de significação, a partir da elaboração das emoções e experiências, através da mediação simbólica, principalmente, mas não somente, a partir da linguagem verbal (ZITTOUN, 2008). Esta última será a esfera de análise privilegiada neste trabalho, uma vez que está mais acessível a um interlocutor, neste caso, pesquisador.

A transição não está associada a nenhuma fase específica do curso de vida, não tem “saídas” ou respostas previsíveis, pré-determinadas, e não apenas está relacionada a ajustes intrapsíquicos, mas também a ajustes entre as pessoas e seu ambiente. O desenvolvimento, portanto, não pode ser linear, como também não pode ser previsível (ZITTOUN, 2009), embora seja “possibilitado e circunscrito por um enorme conjunto de fatores e processos em interação dinâmica” (CARVALHO; LORDELO, 2002, p. 231).

Em paralelo, a perspectiva *lifespan*, de desenvolvimento ao longo de toda a vida, diferencia dois tipos de eventos de vida, que atuam de forma concorrente e que se influenciam mutuamente: os não normativos, imprevisíveis ou inesperados; e os normativos. Mudanças normativas seriam, de certo modo, previsíveis, na medida em que existem marcadores genéticos

e biológicos, que são graduados pela idade; e marcadores psicossociais, graduados por contexto histórico-cultural (NERI, 2006). São exemplos do primeiro caso as produzidas pela puberdade e climatério; são exemplos do segundo, as determinadas por processo de socialização dentro de uma cultura, como ingresso na escola, casamento, etc.

Mudanças não normativas podem ser drásticas e inesperadas, como a morte violenta de um familiar, com consequente processo de adaptação, ou mudanças mais fáceis de controlar, como mudar de endereço, ou, ainda, mudanças esperadas a partir do contexto de vida dos sujeitos, como a decisão planejada de ter um filho quando se atinge certa idade, na cultura ocidental. Pode-se dizer que, atualmente, limites normativos estão menos previsíveis nas sociedades ocidentais, por não mais oferecerem tanta estabilidade como antes. As trajetórias dos sujeitos são cada vez menos lineares, menos marcadas por ritos institucionais e mais individualizadas, descentradas, passando por mudanças constantes (OLIVEIRA; REGO; AQUINO, 2006; ZITTOUN, 2009).

Anita Liberalesso Neri (2006), a partir da leitura da perspectiva *lifespan*, também problematiza que, quando se fala em eventos normativos, pressupõe-se considerar, a partir dos marcadores genéticos, biológicos e psicossociais, “o cumprimento de tarefas evolutivas, as expectativas sociais e as ecologias específicas do desenvolvimento envolvendo a família, a educação, o trabalho, as instituições e as políticas sociais” (p. 20). A depender do período histórico e do contexto cultural, as regras sociais são menos rígidas, influenciando em trajetórias de vida mais variadas e independentes. Assume-se que, embora ainda se possa falar em eventos que, talvez não sejam “normativos”, mas esperados a partir do contexto sociocultural, e, neste trabalho especificamente, a nível mesmo biológico, no geral observa-se que as trajetórias individuais, mesmo entre os idosos institucionalizados, são muito diversas, por mais que compartilhem de pontos comuns.

Assim, trabalha-se com a noção de transição apresentada por Tania Zittoun (2009, p. 410), como um “processo de mudança catalisada por uma ruptura, visando um novo ajuste sustentável entre a pessoa e seu ambiente” (tradução livre). Compreende-se esse ambiente enquanto sociocultural, e a mudança resultando em respostas indeterminadas, imprevisíveis, ainda que circunscritas, dentro de um número possível de respostas, e que organizam minimamente o desenvolvimento em uma direção (ROSSETI-FERREIRA; AMORIM; SILVA, 2004).

A entrada em ILPI possivelmente constitui-se uma mudança importante no curso de vida dos idosos. No entanto, considerando o caráter multidimensional e multidirecional das

mudanças, variáveis pessoais e ambientais vão influenciar as respostas e a percepção do idoso em relação a essa transição, podendo inclusive não ser percebida como uma ruptura, ou um evento não normativo, na medida em que, cada vez mais, na velhice, desenha-se a institucionalização como uma possibilidade.

Considerando a transição para a ILPI, pode-se pensar em muitos fatores relacionados a essa mudança. Têm-se como exemplos: o nível socioeconômico do idoso, sua situação de saúde, a composição familiar, a rede de apoio que tem à disposição, o planejamento e a estratégia prévia à institucionalização, as características ambientais da instituição, o poder de controlar essa decisão, além de suas próprias características de personalidade, como a facilidade ou dificuldade que tem em conhecer novas pessoas, dividir espaços, seguir rotinas, dentre outras.

A mudança para a ILPI não obedece a um padrão (CAMARANO; SCHARFSTEIN, 2010). O idoso pode sozinho decidir pela mudança, como pode decidir com sua família. Também não é incomum que algumas famílias decidam pela institucionalização, contra a vontade do idoso. Na ausência de família, em situação de vulnerabilidade, ou mesmo por conflitos e violência familiar, o Estado ainda pode encaminhar os idosos para ILPIs, com ou sem seu consentimento. Este processo de decisão e de operacionalização da mudança deve desempenhar papel decisivo em como o idoso produz seus significados e está atrelado a condições sociais e de vida dos próprios idosos.

3.1 Processos de significação

Jerome Bruner (1997) defende que o conceito central de uma psicologia humana é o significado, bem como os processos e transações envolvidas na sua construção. “A própria forma das nossas vidas – o esboço grosseiro e em perpétua transformação da nossa autobiografia que carregamos em nossas mentes – é compreensível para nós mesmos e para os outros apenas em virtude desses sistemas culturais de interpretação” (p. 39).

Assim, todas as culturas constituem uma noção do que seria canônico, normativo, de como as coisas funcionam, ou deveriam funcionar, como é a própria mente e mesmo a dos outros. A este princípio, o autor chama de “psicologia popular”, enfatizando que, estando as pessoas investidas na previsibilidade dos acontecimentos, quando algo excepcional lhes acontece, é necessário interpretar a excepcionalidade de forma a torná-la compreensível (BRUNER, 1997).

Voltando para Zittoun (2009), as rupturas, no geral, devem ser percebidas pelas próprias pessoas como um evento significativo e, nesse sentido, mesmo os eventos que poderiam ser

chamados de normativos, podem ser percebidos como desafiadores e desencadeadores de mudança. Assim, uma transição compreende a dinâmica de produção de significados, dar sentido ao novo.

Para Bruner (1997, p. 22), “o divisor na evolução humana foi cruzado quando a cultura se tornou o fator principal para dar forma às mentes daqueles que viviam sob sua influência”. A cultura assume um papel constitutivo, onde estão arraigados os sistemas simbólicos disponíveis para a construção de significados pessoais, e é só em virtude da participação na cultura que esses significados se tornam públicos e compartilhados (BRUNER, 1997). Assim, há uma interrelação constante: pessoa e cultura são indissociáveis.

Estas articulações e a dinâmica da produção de significados ocorrem em uma trama que pode ser pensada em paralelo à metáfora de rede. Esta vem sendo utilizada nas diversas ciências, apresentando como ideia central a imagem de distintos pontos, sem ordenação aparente, conectados como teias, compreendendo múltiplas articulações que se configuram de diferentes maneiras, dinamicamente, a depender do momento, do contexto e das pessoas envolvidas (ROSSETI-FERREIRA; AMORIM; SILVA, 2004).

A rede pode ser definida como um “espaço produtor de significados” (CARVALHO, *et al.*, 2012), na medida em que é um espaço de negociação e compartilhamento. É na relação com os outros que a rede se configura. Inicialmente, na infância, é a partir da dinâmica de cuidados que a criança recebe, na relação com a mãe e outros membros familiares próximos, quando ela se inicia no mundo simbólico e se produzem as primeiras significações compartilhadas, através da interação (BRUNER, 1997). A partir de então, há um número crescente de parceiros de interação social com os quais serão negociados e (re)atualizados novos significados, incluindo diversas configurações que as redes comportam ao longo da vida (CARVALHO, *et al.*, 2012). A produção desses significados pressupõe não apenas saber “o que dizer, mas como, onde, para quem e sob que circunstâncias” (BRUNER, 1997, p. 67), de modo que com a aquisição da linguagem, também se apreendem os cânones da cultura.

Assim, o desenvolvimento não pode ser pensado individualmente, ele está entrelaçado nas relações com os outros e com o seu ambiente sócio histórico e cultural. Cada pessoa está imersa em uma rede que se configura de um modo específico e que se interliga a outras, formando uma grande malha. Nos pontos em que as redes se encontram, os significados são negociados, muitas vezes a partir de conflitos e crises, que possibilitam o desenvolvimento (ROSSETI-FERREIRA; AMORIM; SILVA, 2004).

Na perspectiva da Rede de Significações (RedSig), que se apoia, dentre outros, no próprio Bruner, considerando a natureza discursiva e o caráter semiótico da constituição humana, a ação de significar assume papel central no desenvolvimento das pessoas. Imersas em uma “malha semiótica”, em interrelação dialética, elas constituem-se a si mesmas, as outras e ao entorno. Neste processo sujeitam-se a certos aspectos circunscritos, mas também contribuem para o restabelecimento de circunscritores, de modo que não se é totalmente passivo, passando sempre por negociações, de modo a reconfigurar a própria rede, fazendo do desenvolvimento simultaneamente determinado e indeterminado (ROSSETI-FERREIRA; AMORIM; SILVA, 2004).

O self, o si mesmo, ou o que se pode chamar também de identidade, neste sentido, é um produto das “situações nas quais ele opera” (BRUNER, 1997, p. 96), dependente de um diálogo, não só à nível macro, com o contexto, ou interpessoal, como também à nível intrapsíquico. Ainda de acordo com Bruner, é um relacionamento entre um locutor e um Outro Generalizado, um meio de estruturar a consciência, o posicionamento, a identidade e o comprometimento entre as pessoas.

Para os autores da RedSig, perpassando as condições pessoais, interacionais e contextuais do desenvolvimento, situa-se a matriz sócio histórica, que compreende os elementos ideológicos, socioeconômicos e políticos, ou seja, o contexto macro em geral, “todos historicamente construídos e em contínua construção” (AMORIM; ROSSETI-FERREIRA, 2004, p. 108). Envolve múltiplas e antagônicas condições e discursos, de modo a dar condições ao estabelecimento de posicionamentos diversos. Assim, estabelece relação dialética, não sendo um dado imodificável da realidade.

Em paralelo, Bruner afirma que:

a cultura nos provê igualmente de diretrizes e estratégias para encontrar um nicho entre estabilidade e mudança: ela exorta, proíbe, atrai, nega, gratifica os compromissos que o si mesmo assume. E o si mesmo, usando sua capacidade para a reflexão e para projetar alternativas, evita, adota, ou reavalia e reformula o que a cultura tem a oferecer (1997, p. 96).

A matriz sócio histórica concretiza-se no aqui e agora das situações (AMORIM; ROSSETI-FERREIRA, 2004). Coerente com esta perspectiva, concebe-se a ILPI constitutiva da matriz subjacente às relações de pessoas que lidam com essas instituições. Em outras palavras, a materialidade das instituições, as subjetividades que se constituem no interior das relações dos institucionalizados de uma ILPI e com os outros, são perpassadas pela matriz sócio

histórica. Esta é circunscrita por pessoas, espaço e tempo e, primordialmente, pelos processos de significações que daí decorrem.

O momento, o contexto e as pessoas que estão em interação influenciam a emergência de certos sentidos e significados, em detrimento de outros. Assim, estes podem ser mais ou menos amplos, a depender dos vários aspectos envolvidos na situação (ROSSETI-FERREIRA; AMORIM; SILVA, 2004). Quando as possibilidades são mais restritas, a rede pode se configurar de forma mais rígida, com poucas possibilidades de ação, caracterizando um enredamento, ou um “padrão”.

3.2 Circunscritores e institucionalização

O enredamento, tal como anunciado no subtópico anterior, dificulta “a (re)significação e a criação de novas formas de autodescrição, posicionamentos e papéis, reificando comportamentos, sentimentos e ações, colocando a pessoa em uma determinada posição sobre a qual o controle e o agenciamento podem ser ainda menores” (SILVA; ROSSETI-FERREIRA; CARVALHO, 2004, p. 93). Assim, considerando a indissociabilidade entre pessoa e contexto, inclusive físico, uma ILPI pode funcionar na emergência de circunscritores mais fechados, até mesmo contribuindo para o enredamento das ações dos institucionalizados.

Em outra perspectiva, considerando o histórico asilar associado ainda as ILPIs, não é incomum achar na literatura a relação entre as instituições e o que Erving Goffman (2015) chamou de instituição total, “que pode ser definida como um local de residência e trabalho onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo, levam uma vida fechada e formalmente administrada” (p. 11). Por definição, podem-se encontrar proximidades e diferenças entre o conceito e as instituições aqui tratadas, principalmente considerando que mesmo entre elas há diversidades e divergências imensas quanto ao funcionamento, a oferta de serviços, a administração, a população que atende, dentre outras.

Lucas Graeff (2007), sem rejeitar que em alguns casos pode se aplicar o conceito de instituição total, destaca que as sociedades disciplinares estavam em seu auge quando Goffman escreveu seu livro “Manicômios, prisões e conventos”. Para o autor, essas sociedades se transformaram reflexivamente, de modo a possibilitar a construção de trajetórias significadas singularmente pelos atores sociais. Em sua própria pesquisa, observou que a instituição promoveu uma política de “abertura”, cedendo a algumas resistências e protestos de seus

moradores, em um movimento coerente com o momento sociopolítico, que exige, legalmente inclusive, adequações das instituições (GRAEFF, 2007).

Ressalta-se que as características das instituições totais não precisam estar todas reunidas em uma mesma instituição. Algumas vão ter mais fortemente certas características que outras, ou serão mais fechadas que outras. De qualquer forma, o que caracterizaria a totalidade da instituição, seria a barreira, inclusive física, de relação social entre os internos e o mundo externo (GOFFMAN, 2015). Assim, pelo menos por sua definição legal, uma ILPI dificilmente poderia ser caracterizada como instituição total, uma vez que deve garantir que o idoso tanto receba visitas, como também saia livremente.

Na prática, no entanto, se reconhece que a delimitação de horários para visita, o impedimento que os idosos saiam sós da instituição, como o próprio abandono familiar e barreiras de convívio comunitário, acabam propiciando certo grau de isolamento. Estas características podem estar associadas mais diretamente à própria instituição, sendo mais ou menos fechada, mas também aos internos, que podem ser mais ou menos dependentes, o que limitaria sua autonomia (CRISTOPHE; CAMARANO, 2010). Assim, considerando as relações de poder, o momento sócio histórico, bem como as inter-relações pessoa e meio, são mais ou menos diversas as possibilidades de configuração da rede, de modo que os circunscritores são diferentes, para as diferentes pessoas (SILVA; ROSSETI-FERREIRA; CARVALHO, 2004).

De qualquer forma, não se pode ignorar, mesmo em instituições que oferecem melhores condições, que os efeitos da institucionalização existem, em maior ou menor grau. De acordo com Zittoun (2016), as instituições atuam sobre os sujeitos por dentro e por fora, desde a internalização de normas e valores, até mesmo criando as condições de interação possível no seu espaço, por exemplo. Para a autora (p. 3), “as instituições criam o cenário para a ação e produção de significados” (tradução livre).

Nesse sentido, as instituições podem ser definidas como “significados e padrões de interação, temporariamente solidificados” (ZITTOUN, 2016, p. 2), de modo semelhante ao que já se definiu por “enredamento”, podendo cristalizar-se em diferentes formas: materialmente (como nas paredes de uma ILPI); simbolicamente, na forma de textos (como o regulamento interno da instituição), ou construções que permeiam o ideário e se mostram na comunicação verbal (como as representações sociais dos asilos).

Pensando em termos de instituições totalitárias, Tania Zittoun (2016) destaca que as pessoas as experienciam de formas diferentes, de modo que mesmo as mais fechadas, não conseguem tornar os institucionalizados em cópias uns dos outros. As instituições atuam,

portanto, na produção de significados, como circunscritores, limitando ou possibilitando ações dos institucionalizados (ROSSETI-FERREIRA; AMORIM; SILVA, 2004).

É importante entender esses processos limitadores e possibilitadores para distinguir como as pessoas podem inovar suas ações, mantendo liberdade e autonomia, mesmo em uma ILPI. Graeff (2007) sinaliza que, na instituição que pesquisou, os idosos construíam “espaços de intimidade”, em paralelo ao que Goffman (2015) chama de “estojos de identidade”, que pode ser um armário, por exemplo, que os possibilitavam guardar objetos biográficos, aqueles que trouxeram consigo de suas casas, bem como escolher suas próprias roupas, dentre outras estratégias que permitem preservar a identidade dos abrigados, como resguardar certa liberdade. A tendência é que, cada vez mais, as ILPIs possibilitem um atendimento mais individualizado e personalizado, de modo a preservar mais as identidades e intimidade dos que acolhem, em coerência com o que pede o contexto macro atual. Dito isto, considerando também a matriz sócio histórica e a regulamentação legal das ILPIs, entender o funcionamento institucional, desde a sua natureza jurídica até suas práticas de rotina, é essencial para entender parte do processo da produção de significados dos idosos institucionalizados.

Assim, a pergunta que orientou a investigação, como já anunciada ao final da introdução, foi: qual a relação entre as significações produzidas por idosos sobre seu processo de institucionalização e a percepção de sua rede de apoio social? Como objetivo geral buscou-se identificar e discutir as significações atribuídas pelos idosos que vivem em uma ILPI filantrópica ao processo de transição do lar para essa instituição e se essas significações se relacionam à percepção que têm de sua rede de apoio. Considerando o caráter da pergunta de pesquisa e o objetivo geral a ser alcançado, fez-se uso de uma abordagem qualitativa, perscrutando-se o fenômeno sob estudo com suas singularidades e significações (MINAYO, 2017).

4 MÉTODO

Atualmente, segundo os dados de fiscalização do Ministério Público de Pernambuco, funcionam na cidade do Recife, 24 ILPIs, entre públicas, filantrópicas e privadas. Destas, 13 instituições atendem um público misto, ou seja, idosos homens e mulheres, enquanto que as demais atendem, exclusivamente, ao público feminino (PERNAMBUCO, 2017). Ainda de acordo com o documento, são ao todo 740 idosos institucionalizados na cidade. São 601 mulheres e apenas 139 homens, confirmando os dados encontrados nacionalmente, que indicam que mais mulheres moram em ILPIs que homens (CAMARANO; KANSO, 2010a).

Esse quantitativo de idosos em Recife integram os três tipos de ILPIs – públicas, filantrópicas e privadas. Foram considerados inicialmente, as 13 instituições que atendem simultaneamente ao público feminino e masculino, uma vez que interessava compor o estudo com participantes de ambos os gêneros. Dado o histórico de institucionalização no Brasil estar ainda profundamente ligado à filantropia e ao fato de as instituições filantrópicas serem mais acessíveis a voluntariado, estágios, pesquisas e mesmo visitas abertas, deu-se, então, preferência a esse tipo de ILPI.

A instituição que aceitou participar da pesquisa foi, então, uma filantrópica que atende homens e mulheres e está localizada em um subúrbio da cidade de Recife. A anuência da ILPI englobou livre acesso às áreas comuns da casa, dentro do horário de visitas, o acesso a funcionários que pudessem esclarecer dúvidas, e a visualização dos prontuários dos idosos, para os procedimentos de seleção e coleta de dados.

O diretor da instituição foi entrevistado, a partir de um roteiro semiestruturado, para fornecer as informações sobre a história da instituição, as regras, horários e demais informações que seriam complementadas a partir do regimento interno. Este documento foi solicitado insistentemente pela pesquisadora, mas não chegou a ser disponibilizado. Considerando esta entrevista inicial e as demais informações coletadas nas demais entrevistas e no diário de campo, descartou-se consultar o regimento. Estes dados compõem o subtópico de caracterização da instituição.

4.1 Caracterização da instituição

A instituição é filantrópica, gerenciada pela associação de uma igreja evangélica de Recife. Segundo o diretor, foi fundada no ano de 1985, para atender pessoas carentes. Ao todo são quarenta e quatro vagas, atualmente preenchidas por completo. Dessas, trinta e seis são

preenchidas por mulheres e oito apenas, por homens. A instituição só atende em modalidade de ILPI, ou à residentes, como o responsável chamou os idosos.

Até hoje o perfil de idosos residentes é de baixa renda, sendo que apenas seis recebem mais que um salário mínimo. A maioria dos idosos tem familiares e/ou amigos fora da instituição, de modo que recebem visitas sempre e também costumam passar dias fora da ILPI (alguns possuem a chave do portão de entrada da instituição inclusive, além das chaves de seus próprios quartos). O responsável citou apenas um caso que foi necessário comunicar ao Ministério Público, para intervir em busca de um filho, que não mantinha nenhum contato com a mãe. Mas, mesmo essa idosa, recebia visitas de outros familiares. O perfil geral dos residentes é também de maioria independentes para as AVDs e o responsável relatou que há apenas dois homens e quatro mulheres que apresentam quadro demencial.

Perto da instituição há farmácia, padaria, mercado, igrejas e outros pontos comerciais que os residentes que são independentes costumam frequentar. Também costumam sair para consultas médicas, a maioria pelo SUS. Não é comum que agentes comunitários de saúde visitem a instituição, mas a equipe de enfermagem teria o contato de uma agente que viabiliza a marcação de consultas, quando necessário. Para os idosos mais dependentes, é possível a contratação de um cuidador que os acompanhe em consultas fora da instituição, além de motoristas, tendo dois que comumente atendem a casa.

O espaço físico da instituição se divide em uma grande casa principal, antiga, que fica logo ao lado direito da entrada. É onde funcionam a cozinha, sala com mesas para refeições, terraço que serve de área comum e também onde se realiza o culto diariamente, escritório, alguns quartos, para idosas com dificuldades de locomoção e uma espécie de enfermaria, nos fundos, em um anexo, onde ficam cinco idosas acamadas, além de uma idosa cadeirante, pelas melhores condições de acessibilidade dessa casa. Observou-se no decorrer das visitas que durante o dia as moradoras desse anexo passavam boa parte do tempo em poltronas em uma área comum na frente dos quartos, uma espécie de corredor, com uma televisão ligada.

Ao lado esquerdo da entrada, mais ao fundo, depois de um “pátio” de terra, há um prédio anexo de dois andares, em formato de “L”, com um corredor aberto e os quartos lado a lado. Tanto no térreo quanto no primeiro andar há áreas de convivência, com mesas e cadeiras. Todos os participantes são residentes desse prédio, de modo que os encontros aconteceram majoritariamente nesse espaço. Todos os quartos desse prédio anexo são duplos e com banheiro. Percebe-se que cada um conta com artigos pessoais de seus moradores, caracterizando suas próprias decorações.

O espaço térreo tem menos quartos, pois uma área é destinada aos funcionários e à lavanderia. Oito idosos ficam no térreo, sendo dois deles acamados e outros quatro com dificuldades de locomoção, sobrando apenas dois completamente independentes para as AVDs. Há uma grande rampa de acesso ao primeiro andar, onde ficam treze idosas que são completamente independentes para as AVDs, as quais o responsável se refere como as mais “durinhas”. Há ainda um segundo andar neste prédio, que parece funcionar apenas como depósito. De frente à entrada, também recuada, depois do pátio e à frente da lavanderia, de modo à “escondê-la”, fica uma pequena casa, com uma placa de identificação de “Consultório Médico”, onde a equipe de enfermagem guarda prontuários e medicamentos, que são levados aos idosos no horário adequado.

Quanto aos horários de visita, o responsável afirmou pedir que sejam realizadas preferencialmente no horário da manhã, já que os idosos teriam menos atividades. No entanto, na parede de entrada da casa principal e nas paredes do térreo e primeiro andar do prédio anexo, há placas que fixam o horário (09h às 11h, 13:30h às 14:30, 17h às 18h) para visitas. No decorrer das visitas notou-se que os visitantes circulavam em outros horários, sinalizando que há flexibilidade. Além dos visitantes, durante todo o dia há bastante movimentação em horário comercial, de voluntários e estudantes de faculdades que realizam estágio na ILPI. Nos horários mais tranquilos, após o almoço, por exemplo, muitos moradores dormiam, algumas idosas bordavam ou faziam “fuxico”, outros liam a bíblia, revistas, ou assistiam televisão. Em algumas ocasiões também se encontravam grupos, conversando nas áreas comuns.

Diariamente, das 15h às 16h, acontece um culto que, embora não tenha participação obrigatória, conta com ampla adesão dos idosos. Fora esta atividade diária, nas manhãs das segundas-feiras, há terapia ocupacional e de terça a sexta, o dia inteiro, alunos de fisioterapia de faculdades particulares atendem os residentes individualmente. Alguns sábados também acontecem atendimentos de psicologia, com estudantes de uma faculdade particular da cidade. Estas atividades acima citadas e outras eventuais, dependem do voluntariado e do convênio com faculdades e universidades, de modo que são bastante rotativas. A única médica que atende à instituição, uma geriatra, faz parte da equipe voluntária.

Na casa trabalham doze funcionários, que se dividem em quatro técnicas de enfermagem, duas cuidadoras, duas cozinheiras, duas auxiliares de serviços gerais, uma lavadeira e uma “ferista”. O próprio responsável reconhece que a equipe deveria contar com mais pessoas, principalmente na função de cuidador, já que a proporção de idosos é maior. Há ainda a necessidade de profissionais de medicina, enfermagem e nutrição, mas por falta de verba para

contratação, a instituição conta com os serviços de forma voluntária ou conveniada, de modo que nem sempre os tem disponíveis.

Além do horário fixado para o culto, as principais refeições diárias também têm horário fixo: 7h para o café da manhã, 11h30 para o almoço e 16h30 para o jantar. Estes horários não são tão flexíveis quanto o de visitas e os residentes não têm livre acesso à cozinha, embora possam ter frigobar em seus quartos, para armazenar alimentos e comer em outros horários. Também são oferecidos lanches entre as refeições e após o jantar.

4.2 Participantes do estudo

Foi critério de inclusão na amostra, ser residente da ILPI que acolheu a presente pesquisa e mostrar disponibilidade e interesse em participar do trabalho, a partir de contatos preliminares. O critério de exclusão foi ter registro em prontuário de possíveis comprometimentos intelectuais, uma vez que o procedimento de coleta exigia, minimamente, memória e fala preservadas e organizadas.

Inicialmente, foram realizadas visitas para conhecer a instituição, conhecer os residentes, o funcionamento institucional e os modos de relacionamento, a fim de interferir minimamente em suas rotinas, como também formalizar os acordos de pesquisa, além de possibilitar a seleção intencional da amostra. Também, como sugere Maria Cecília Minayo (2012, p. 623), para “imersão na realidade empírica na busca de informações previstas ou não previstas no roteiro inicial” e que poderiam demandar adequações de teoria e método.

Também como sugere Ecléa Bosi (2003, p. 60), considerando que “a pré-entrevista abre caminhos insuspeitados para a investigação”, esses encontros preliminares com os possíveis participantes foram essenciais para colher informações importantes, que guiaram o resto do trabalho. A autora afirma ainda que a relação de pesquisa envolve responsabilidade pelo outro, um compromisso ético, e que a qualidade da entrevista depende ainda da qualidade da relação estabelecida entre pesquisador e pesquisado. Assim, nesses primeiros encontros e mesmo depois de iniciada a coleta, propriamente dita, investiu-se em conhecer um a um os moradores da instituição, possibilitando a entrevista com aqueles que se sentiam mais confortáveis com a pesquisadora.

Minayo (2017) sugere que, numa abordagem qualitativa, considere-se um número de participantes que seja suficiente para propiciar reincidência e complementariedade das informações. Assim, não foi predeterminado o número inicial de entrevistados, com a condição de que fossem ouvidos homens e mulheres, até o ponto em que as informações

parecessem "saturadas". De todo modo, todos os idosos considerados aptos a participarem da pesquisa foram abordados, direta ou indiretamente. Alguns rejeitaram, outros evitaram mesmo qualquer contato com a pesquisadora. O aumento do número de participantes implicaria, portanto, o acesso a outra ILPI. Por fim, foram entrevistados oito mulheres e dois homens, totalizando uma amostra de 10 participantes, que pareceu ter cumprido os critérios acima definidos e que são apresentados a seguir, a partir de nomes fictícios.

Tabela 1 - Participantes

PETÚNIA	70 anos	8 meses na ILPI	viúva
VIOLETA	84 anos	3 anos na ILPI	viúva
MARGARIDA	82 anos	10 meses na ILPI	divorciada
ROSA	67 anos	2 meses na ILPI	solteira
ÍRIS	75 anos	8 anos na ILPI	viúva
TULIPA	80 anos	15 anos na ILPI	solteira
JASMIN	96 anos	4 anos na ILPI	viúva
BROMÉLIA	82 anos	6 anos na ILPI	solteira
JACINTO	75 anos	5 anos na ILPI	solteiro
DELFINO	72 anos	8 meses na ILPI	viúvo

Foi explicado, de forma geral, do que tratava a pesquisa, reiterando que cada participação era voluntária e poderia ser encerrada a qualquer momento. A participação foi consentida a partir de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, sendo solicitado ainda a permissão de uso de gravador de voz, durante os relatos. As entrevistas foram realizadas em áreas de convivência da instituição, prioritariamente escolhidas as que estavam vazias ou aquelas que os próprios participantes preferiam. Considerando que a ILPI é um espaço coletivo e a rotina institucional é bastante movimentada, não raro ocorreram interrupções, mas que não pareceram ter comprometido o trabalho.

Considerando que a pesquisa qualitativa se dá por aproximações e que as investigações sempre abrem caminhos para aprofundamento (MINAYO, 2017), observa-se que o campo seria mais bem contemplado se grupos de idosos de diferentes ILPIs, de diferentes naturezas jurídicas,

fizessem parte da amostra. Mas dado o recorte temporal e a demanda de um tratamento também mais aprofundado que esses dados exigem, o que impossibilitaria lidar com um número muito maior de participantes e acesso a outra ILPI, optou-se por este recorte na amostra. Pesando ainda a já discutida multiplicidade de fatores que a institucionalização e a própria sigla ILPI abrigam, pondera-se que o fenômeno aqui estudado não poderia se esgotar neste estudo, devendo ser ainda abordado sob diferentes perspectivas quanti e qualitativamente.

4.3 Material e procedimentos de coleta

Foi examinado o prontuário de cada idoso participante do estudo, para análise dos seus registros sociodemográficos, como os que indiquem a idade, o tempo de institucionalização, a renda e também as pessoas de sua rede fora da instituição. Prevvia-se que essas informações eram importantes para a caracterização do grupo investigado e para a análise dos relatos. Além disso, foram vistos os registros médicos, para checar os critérios de exclusão.

O principal procedimento de coleta foi uma entrevista, baseada no modelo de narrativas autobiográficas (OLIVEIRA; REGO; AQUINO, 2006). Este instrumento permite que os entrevistados falem livremente sobre os tópicos que julgam ser mais importantes, revelando aspectos que marcaram sua história de vida e que marcam também os contextos de desenvolvimento, de relações sociais, de poder e seu posicionamento geral no mundo. “As narrativas permitem, dependendo do modo como nos são relatadas, universalizar as experiências vividas nas trajetórias de nossos informantes” (ABRAHÃO, 2003, p. 81). Assim, as produções narrativas, por mais que tratem de trajetórias pessoais de vida, podem dar pistas sobre as reivindicações do grupo de idosos institucionalizados, de modo a desvelá-las a partir da pesquisa, podendo reverberar, em mudanças reais, para além das reflexões acadêmicas.

Foi solicitado a cada participante que falasse, livremente e sem interrupções, sobre sua história de vida, destacando os aspectos que ele próprio julgasse importantes, construindo uma narrativa até seu momento atual de vida, indicando o término do relato. A instrução inicial foi: *quero que o Sr./a Sra. me conte, livremente e do modo que achar que deve, sobre sua história de vida, destacando o que julgar importante e me indicando quando finalizar seu relato.*

Todos os participantes tiveram algum contato preliminar com a pesquisadora, em maior ou menor grau. Assim, já estavam informados sobre sua presença na instituição e o motivo de estar ali. Ainda assim, alguns tiveram dificuldades de entender o que se pedia a partir da instrução ou tiveram dificuldades mesmo de desenvolver um relato corrido, sem intervenções da entrevistadora. Desse modo, em algumas entrevistas a pesquisadora precisou fazer algumas

intervenções, na tentativa sempre de manter a tarefa em foco ou estimular a continuidade dos relatos. De todo modo, no momento em que os participantes iniciavam suas falas, era evitado ao máximo a intervenção da pesquisadora.

É importante considerar que a narrativa tem um caráter dialógico, apoia-se nos outros e, em situação de pesquisa, é inevitável que se apoie no pesquisador, no que o entrevistado acha que o seu ouvinte deseja escutar, bem como na relação que se estabelece entre eles, e que é perpassada por papéis e status sociais (JOVCHELOVITCH; BAUER, 2002). Assim, a “pessoa traz para a situação presente, para o momento da interação, sua história particular, que é a história de alguém envolvido em múltiplas posições e engajado em diferentes formas de discurso” (OLIVEIRA; GUANAES; COSTA, 2004, p. 81). No uso discursivo da linguagem, considerando ainda o posicionamento das pessoas, deve-se ponderar, além do caráter mais estável do discurso, aquele em que se reconhecem amplamente seus significados, o seu caráter mais fluido, que se dá nas interações, quando as pessoas assumem e negociam posições, atribuindo significados pessoais (OLIVEIRA; GUANAES; COSTA, 2004).

Maria Helena Abrahão (2003, p. 85) lembra ainda que, ao trabalhar com narrativas, participa-se “na elaboração de uma memória que quer transmitir-se a partir da demanda de um investigador”. Os fatos narrados são ressignificados, reconstruídos, intencionalmente ou não, por uma memória que é seletiva. No momento da narração, a pessoa organiza e recria o passado no presente.

Para Bruner (1997) as narrativas têm a função de estruturar o idiossincrático, promovendo negociações e evitando conflitos e rupturas. As pessoas estão investidas na previsibilidade dos acontecimentos. Quando algo de excepcional acontece, precisam interpretá-lo de forma compreensível. “Os seres humanos, em suas interações, formam uma noção do canônico e do comum como um pano de fundo contra o qual interpretam e dão significado narrativo às violações e afastamentos de estados ‘normais’ da condição humana” (BRUNER, 1997, p. 65).

Esse tipo de relato evidencia, portanto, que nas trajetórias de vida não há uma linearidade previsível e progressiva de eventos, que o desenvolvimento é um processo simultâneo de perdas e ganhos, “e, principalmente, ambiguidades, rupturas e descontinuidades” (OLIVEIRA; REGO; AQUINO, 2006, p. 121). O uso de narrativas autobiográficas justifica-se, portanto, à medida que ao narrarem suas histórias, as pessoas sinalizam, elas mesmas, os pontos que julgam importantes no seu curso de vida, os pontos de viragem, ou de ruptura. A inclusão da transição do lar para a ILPI no relato, já indicaria, então, se o processo foi recortado como

marcador do curso de vida e se foi significado como uma ruptura, e como foi significado, sem que fosse necessária, de antemão, uma intervenção mais diretiva do pesquisador, ao perguntar sobre essa passagem.

Como observado em pesquisa realizada em Portugal (FARIA; CARMO, 2015), o processo de transição é bastante idiossincrático, assim como os marcadores de ciclos de vida que são identificados nas narrativas. No entanto, também dialogam com o que é culturalmente estabelecido e com os significados que são compartilhados (OLIVEIRA; REGO; AQUINO, 2006). Assim, deve-se atentar para que a singularidade das narrativas não se confunda com um relativismo, considerando uma matriz sócio histórica que perpassa os relatos, e o que se espera e pode se encontrar em comum neles.

Considerando que “a maneira pela qual a narrativa é engendrada pelo sujeito faz coro à mentalidade de uma época” (OLIVEIRA; REGO; AQUINO, 2006, p. 127), os relatos devem indicar as marcas históricas associadas às significações sobre ILPIs, mas de um modo singular, como aparece na história de vida dos que narram. O próprio gênero de narrativas seria também uma marca histórica da pós-modernidade, observando que considera o nível das experiências individuais, que são cada vez mais “desinstitucionalizadas” (OLIVEIRA; REGO; AQUINO, 2006). O gênero de narrativas também oferece um contraponto importante no modo como as pessoas relatam suas vidas de dentro de uma instituição, ou como significam, singularmente, a experiência institucional.

Deve-se considerar ainda, como sinaliza Bosi (1994), que nas narrativas não se busca a “realidade dos fatos”, ou uma “verdade”. É o que Bruner caracteriza como “indiferença factual”, lembrando ainda que “uma história é sempre a história de alguém” (1997, p. 53). Importa o que as pessoas julgam importante narrar na sua história de vida, considerando que enquanto narram usam “filtros”, lembrando de algumas coisas e esquecendo de outras, ou selecionando acontecimentos em detrimento de outros, seja intencionalmente ou não. Desse modo, não foi interesse de pesquisa buscar por motivos, justificativas ou contrapor os relatos a “fatos”. Também na fase de análise, o interesse estará voltado para as significações que emergiram dos relatos, privilegiando o que o idoso “decidiu” falar naquele momento.

Todas as entrevistas aconteceram em uma única sessão, com duração entre 15 minutos e 1 hora e 12 minutos. Não raro, em outros momentos, depois das entrevistas, os participantes voltavam a falar de assuntos que integraram seus relatos, em conversas informais, ou mesmo acrescentavam informações ao que tinham dito antes. Estas conversas não foram gravadas, mas foram registradas em um diário de campo, que foi utilizado em todas as visitas à instituição.

O registro no diário abrangeu tanto os aspectos descritivos, dos espaços físicos, das pessoas e dos momentos; até os reflexivos, principalmente no que se refere às impressões da pesquisadora sobre os espaços, pessoas e momentos, como também sobre o próprio processo de pesquisa e condução das entrevistas. Este material proporcionou uma “visão panorâmica” (ROSSETI-FERREIRA; AMORIM; SILVA, 2004) do campo, auxiliando em todas as fases e momentos da coleta de dados, sendo consultado sempre para prosseguir com cada visita.

A pesquisadora esteve, desde a entrada até a saída da instituição, com um caderno e caneta em mãos (o diário de campo). Em alguns momentos, estando sozinha, fez anotações detalhadas de tudo que observava. Estando acompanhada, e mesmo nos momentos da entrevista, tomou apenas pequenas notas em forma de palavras chaves, que pudessem lhe puxar a memória mais tarde, para escrever mais detalhadamente os episódios. Quando não era possível tomar notas simultaneamente, isto era feito o mais rapidamente possível, muitas vezes no próprio percurso de volta pra casa, no ônibus.

Preferencialmente no mesmo dia, as anotações eram digitalizadas, da forma mais detalhada que a memória permitisse, formando uma espécie de relatório de tudo o que aconteceu no dia, somado às impressões da pesquisadora. As anotações que derivaram dos prontuários dos participantes foram digitalizadas em um documento separado, identificado não pelos dias de visita à instituição, como no diário, mas sim pelo nome de cada idoso. A caracterização da instituição e dos participantes, deriva desses documentos. Já no capítulo de discussão, privilegiou-se o material das narrativas, como foco de análise.

Foi consentido ainda o acesso ao livro de registro de visitas dos idosos, que é de uso obrigatório em ILPIs. Estava previsto inicialmente, consultar esse documento para identificar o número de pessoas e a frequência com que visitavam os idosos participantes. No entanto, considerando que o método não se interessa pela confrontação das narrativas com fatos e que os relatos foram ricos em dados sobre a rede de apoio dos idosos, descartou-se o uso desse material.

4.4 Procedimentos de análise

Fez-se uso da análise fenomenológica dos relatos, uma vez que, enquanto método, essa análise interessa-se pela investigação de aspectos particulares da experiência humana, a análise da vivência cotidiana, orientada à descoberta de significados expressos pelos sujeitos sobre suas próprias experiências (DECASTRO; GOMES, 2011).

Para Virgínia Moreira (2004) há diversas vertentes de pesquisa fenomenológica e o que as definiria como fenomenológica seria a finalidade de buscar o significado da experiência, motivo pelo qual o método tem aparecido de forma crescente (DECASTRO; GOMES, 2011), aliado a outros procedimentos de pesquisa qualitativa, que de forma geral inspiram-se na fenomenologia (TRINDADE; MENANDRO; GIARNODOLI-NASCIMENTO, 2007).

Considerando o objetivo principal desse estudo – identificar e discutir as significações atribuídas pelos idosos ao processo de transição do lar para a instituição e se essas significações se relacionam à percepção que têm de sua rede de apoio – ainda que a perspectiva teórica de base da investigação não tenha sido fenomenológica, julga-se adequado esse modelo de análise. Reforça essa ideia as características dos próprios dados obtidos, a partir de entrevista aberta, oral e com poucos participantes, como é comum na metodologia fenomenológica (QUEIROZ, 2007).

De forma alinhada aos estudos com narrativas e que buscam por significados, o método fenomenológico procura na própria expressão significativa dos sujeitos os temas e as generalidades sobre o fenômeno investigado, sem se preocupar também com a confrontação com os fatos. Assim, na análise, deve-se encontrar uma variedade grande de situações, mas também um tema ou estrutura que é comum a todos os relatos (BULLINGTON; KARLSSON, 1984). Então, o interesse do estudo não está nas vivências particulares, mas em como pessoas diferentes experienciam uma condição que lhes é comum (GOMES, 1997).

A análise fenomenológica, dessa forma, deve chegar à “‘constituintes de significados’, ou seja, temas constituintes das descrições e reveladoras da ‘Estrutura’ do fenômeno vivido” (TRINDADE; MENANDRO; GIARNODOLI-NASCIMENTO, 2007, p. 78), sendo que a “estrutura” se dá na articulação desses constituintes e não somente na sua explicitação.

São encontrados na literatura diversas descrições do método que visam, a partir da redução fenomenológica, chegar a essa estrutura. Aqui, decidiu-se por fazer uso da descrição realizada por Zeidi Araújo Trindade, Maria Cristina Smith Menandro e Ingrid Faria Gianórdoli-Nascimento (2007), por se considerar que são pesquisadoras brasileiras experientes no trabalho com esse método e que conseguiram formular passos detalhados da análise, sintetizando o trabalho de outros grandes pesquisadores da área.

Assim, na primeira fase é realizada a transcrição integral das entrevistas, com todos os seus detalhes, inclusive não verbais, pela própria pesquisadora, caracterizando o relato bruto da entrevista. Na segunda fase, em consonância com o que sugere Minayo, (2012) as transcrições passam por uma “leitura atenta, reiterativa e cheia de perguntas” (p. 624), caracterizada por

uma completa imersão nos dados e permitindo que se “localize temas significativos e comuns presentes na experiência vivida pelos participantes” (TRINDADE; MENANDRO; GIARNODOLI-NASCIMENTO, 2007, p. 83), ou o que as autoras chamam de “unidades de significado”.

Estas unidades podem ser derivadas dos próprios objetivos do trabalho como também devem emergir dos próprios relatos. Assim, neste trabalho, são identificadas as seguintes unidades de significado: marcadores de curso de vida, concepções sobre condições sociais, motivos para institucionalização, aspectos da transição e adaptação, percepção de apoio social, aspectos que envolvem a velhice e religiosidade.

Na terceira fase se faz a distribuição de trechos brutos de cada um dos relatos, nas unidades de significado. Alguns trechos repetem-se em mais de uma unidade e esta fase serve pra confirmar a identificação das unidades, bem como revê-las e mesmo excluir algumas. A fase seguinte, a quarta, caracteriza-se pela padronização parcial desses trechos em terceira pessoa, sintetizando o conteúdo. Algumas transcrições literais são mantidas e aparecem na estrutura final, que é elaborada na quinta e última fase da análise.

A estrutura deve articular as unidades de significado encontradas em um texto narrativo único. Esse texto final, que é apresentado na seção dos resultados, é escrito na ordem cronológica dos acontecimentos na vida de cada um dos participantes, a fim de explicitar a tarefa que lhes era dada, ainda que em muitos relatos brutos não parece haver essa linearidade, com idas e vindas comuns a qualquer relato oral. Como há relatos com tempos e densidades diversas, as estruturas de cada um deles também diferem em tamanho e conteúdo.

É função desses textos finais, aproximar-se o máximo possível da realidade de cada um dos participantes (TRINDADE; MENANDRO; GIARNODOLI-NASCIMENTO, 2007). Na sessão de discussão deste trabalho, empreendeu-se o esforço de articular estes resultados, a partir do referencial teórico adotado, a fim de chegar aos pontos experienciados coletivamente pelos entrevistados e que atendem aos objetivos deste estudo.

5 RESULTADOS

A seguir, são apresentadas as 10 estruturas, ou narrativas, resultantes do trabalho de análise. Os nomes dos participantes foram todos substituídos por nomes fictícios e as narrativas são apresentadas na ordem em que ocorreram na coleta de dados.

PETÚNIA – 70 anos: *“a minha história é essa, partida assim uns pedacinho, mas... Se quiser fazer um livro, nós faz, tudo bem direitinho, dá pra rir e dá pra chorar.”*

Petúnia nasceu em uma fazenda, na cidade de Florânia, no Rio Grande do Norte. “Perdi minha mãe com dois anos; quando eu nasci já fazia um ano que meu pai era cego. Aí então a gente foi morar em Campina Grande; eu, meu pai e um irmão. Eu com três anos e meu irmão com seis”. A família morou na cidade até que o irmão se casou. A partir de então ela e o pai passaram por pelo menos seis mudanças de cidade, até chegarem em João Pessoa. “Em João Pessoa eu tirei um menino da maternidade pra criar. Lá eu me casei, meu pai faleceu, o meu esposo era daqui eu vim embora pra’ qui, pra Água Fria. Ele comprou um terreno ali por trás do campo do Santa Cruz.”

O esposo de Petúnia faleceu em 1995 e o seu filho já estava casado, de modo que ela passou a morar só. Ela conta que houve uma ocasião em que uma freira foi morta na sua vizinhança e ela conheceu outra freira que morava na mesma casa da que morreu. Ela “fazia parte” de um “abrigo” da cidade. A nova amiga a convidou para se voluntariar na instituição, “pra ajudar nas *costura*, em tudo”. Tendo aceito, Petúnia conta que a freira costumava lhe convidar para morar na instituição, justificando que “você mora só, vem morar aqui, depois que você não prestar mais você vai querer vir e eu não lhe quero mais”.

Por outro lado, o filho de Petúnia pediu para construir um primeiro andar na casa dela, para morar com sua esposa e filhos. Ele teria argumentado que assim ela ficaria sempre acompanhada, pois eles se veriam toda hora e os netos dela, por serem muito “apegados”, com frequência dormiriam com a avó. Petúnia concordou e o filho ainda pediu ajuda financeira para a construção. Ela fez um empréstimo bancário, no limite concedido, e depositou o dinheiro na conta dele. O filho teria contratado três trabalhadores e iniciado a reforma, de modo que Petúnia não poderia permanecer em casa, por temer acidentes. Foi quando ela decidiu alugar outro imóvel, temporariamente.

No mesmo período em que deixou sua casa, Petúnia começou a sentir dores “no pé da barriga”, tendo se submetido a uma ultrassonografia que identificou um cisto no ovário; em consequência, ela passou por um procedimento cirúrgico. Já estava no imóvel alugado há oito meses quando decidiu chamar o filho, para questionar sobre a obra da sua casa. “Aí ele veio, aí eu disse a ele: G, e a casa? Oito meses eu no aluguel! Ele disse: mãe, me roubaram, pedreiro, e eu não tenho mais dinheiro pra fazer, terminar. Aí eu entrei em desespero, né? Aí eu disse a ele: então diga onde tá minhas telhas e minhas madeira, que é de primeira, que eu mando cobrir e

vou pra dentro da minha casa. Ele disse: olha, nem sei de telha, nem de madeira, não sei de nada. Eu procurei chão e não encontrei!”

Precisando de cuidados pós-cirúrgicos, Petúnia decidiu se mudar para o “abrigo” onde era voluntária e pediu a uma amiga, que desse o recado à freira que havia lhe oferecido uma vaga na instituição. Nesta primeira mudança, Petúnia precisou levar guarda-roupa, televisão, ventilador, cama e suas roupas, doando seus outros itens de casa. “Olhe, mas foi num instante, dei tudo. Tinha duas *máquina* de costura, num instante eu dei, dei tudo. Se for no preço, é num instante.” Petúnia permaneceu nessa ILPI por quase oito anos. Em janeiro de 2017, o diretor lhe comunicou que deveria desocupar a instituição até o mês de março. “Aí eu disse: tá certo. Aí o mundo desabou na minha cabeça, né?”

Na mesma época, seu filho lhe chamou para uma “surpresa”, um churrasco na sua casa, onde ele estava morando, sem ter realizado a obra no primeiro andar. Petúnia aproveitou para falar ao filho sobre a situação na instituição. “Eu não tenho pra onde ir, ele (o diretor) me falou que abrigo da prefeitura é muito ruim, que as (idosas) que não têm família vai pra o abrigo da prefeitura. Aí ele (o filho) disse: não, a casa é da senhora, a senhora vem. Eu disse: tá certo”.

Em três dias, a nora de Petúnia desocupou um dos quartos da casa para ela, mas Petúnia não aceitou, “eu não vou morar junto não, num dá certo”. O filho, por outro lado, justificou que não poderia sair da casa, pois não teria condições de pagar um aluguel. Ele é taxista e o seu lucro teria diminuído desde que o aplicativo Uber, de motoristas particulares, foi lançado. Petúnia admitiu, então, fazer um quarto no primeiro andar, ideia que logo abandonou porque “não ia dar certo; eu já velha subindo escada e descendo, né? Eu digo não, falei com Jesus, Jesus me orientou, eu digo o melhor é repartir a casa.”

Petúnia explicou ao filho a razão de ter desistido do primeiro andar e propôs uma divisão da casa, consultando-o sobre a melhor maneira de fazê-la, se no sentido longitudinal ou no sentido horizontal. “Eu disse: você tem uma mulher e três filhos e ela é quem cuida da casa; ela quem sabe o que é melhor pra vocês, amanhã eu venho aqui”. O filho escolheu repartir a casa na horizontal, destinando a primeira metade, a frente da casa, à mãe. Para Petúnia, a escolha do filho foi “Porque eu não tenho carro; ele sabia que eu não ia deixar o carro dele na rua, né?”

Petúnia contratou um pedreiro e iniciou a obra. “Fiquei com dois *vão*, a sala aonde era o terraço... Eu fiquei com a sala e um quarto. Aí comprei... Fui pra o agiota, fiz um empréstimo.” Ela conta que por estar “aperreada” deixou o dinheiro com o pedreiro, que comprou todo o material necessário e iniciou a obra. Ela se preocupou em fazer novas instalações elétricas e hidráulicas, para ter independência da parte da casa destinada ao filho. Petúnia conta que

faltavam R\$200,00 para pagar o pedreiro, quando pediu ajuda ao filho. “Eu digo: G é o seguinte, tá faltando R\$ 200,00 e eu vim lhe pedir. Ele disse: eu não tenho. Eu digo: você tem, você não dá porque não quer. Aí ele se levantou, veio pra cima de mim, aí disse: tá me chamando de *xexeiro* é? Eu não sou *xexeiro* não, me respeite (com o dedo no meu nariz)! Saia; me respeite! E eu andando de costa, eu andando de costa.... Aí eu saí, né?”

Petúnia conta que ao sair de lá, pegou um ônibus, mas passou direto de sua parada, saltando na Praça do Diário. “Meu Deus, que é que eu vim fazer aqui? Eu digo: pera aí, eu sei que é que eu vou fazer. Fui pra delegacia do idoso, prestei uma queixa”. Ela conta que foi também à Celpe para ligarem a luz de sua casa (a parte que reformulou), independente do restante do imóvel. Comenta que toda a ligação elétrica ainda está no seu nome, com um débito acumulado de R\$ 2.300,00, como também a conta de água, com débito de R\$ 910,00. O seu nome já estava negativado no Serviço de Proteção ao Crédito (SPC) e Serasa. Petúnia buscou os comprovantes e levou ao delegado responsável.

Em 5 de agosto de 2017, Petúnia mudou-se de volta para sua casa. “Aí eu vi que não ia dar certo, porque eu ouvia a voz dos meninos, ninguém falava comigo, eu ouvia as voz dos meninos. Eu tava chorando, chorando...”. Petúnia conta que em uma ocasião que estava indo ao culto da igreja que frequenta, à noite, tinha chovido e ela pisa em falso, no meio fio, ao subir na calçada para proteger-se de um carro. Ela relata que caiu e “arrancou o couro todinho do meu joelho; era sangue”. Nessa ocasião se sentiu desamparada: “eu digo: meu Deus, não tem ninguém pra pedir socorro.” Petúnia decidiu pedir ajuda ao seu pastor no dia seguinte, para conseguir uma vaga na ILPI atual, que conhecia por fazer visitas com a igreja. “Eu não tenho condições, eu aqui, essa casa desse jeito. Todo mundo chega entra, abre seu portão, fecha, né isso? Entrou, ninguém fica mais em calçada, nem em rua, nem em casa dos outros”.

O pastor conhecia a “chefe” da instituição e apelou a ela para conseguir uma vaga. No entanto, não conseguiu de imediato. “Aí eu disse a ele, chorando, em depressão, aí ele foi, veio aqui... Meu pastor. Aí falou não sei com quem aí, sei que arranjou.” Após passar pela triagem, novamente Petúnia se desfez de seus itens de casa e se mudou para a ILPI. “Aí o que eu tinha, tinha tudo novinho, comprei em agosto e dei em setembro. Dia 4 de setembro (de 2017) eu vim pra cá.”

O conflito com o filho foi judicializado e o processo ainda tramita no fórum de Joana Bezerra. Mas por não contar com advogado particular, teme que o processo ainda demore muito a ser julgado: “Eu já deixei pra lá, sabe. Já fez um ano agora em janeiro. Pronto e aqui, aqui é que eu tô, até quando Deus quiser.” Ela conta que recebeu orientações diversas de pessoas com

“a cabeça mais fria” que a dela, aconselhando-a a vender o imóvel. No entanto, o juiz teria dito que 50% da venda seria do filho, enquanto que uma advogada que esteve como voluntária na instituição, teria dito que o filho não teria direito a nada.

Petúnia conta que o filho é “de criação” mas que foi registrado como consanguíneo. O juiz teria lhe dito que o registro foi uma “loucura” e ela justifica: “Mas como eu ia levar esse menino pra médico? Como eu ia botar esse menino pra estudar, sem ter um registro? Como eu ia dizer que ele era filho adotivo que eu não conheço a mãe dele? Não sei onde mora, nunca vi. Porque para ele ser adotivo, a mãe dele tinha que assinar como me deu, né?” Religiosa, Petúnia afirma que deixou o caso “na mão de Deus”. “Se Deus ver que ele merece essa casa, com tudo, Deus faça por onde não apareça ninguém pra tomar as providências, né, pra dar andamento nesse processo. E se Deus ver que ele não merece, ele bota a advogada aqui para gente dar andamento”.

Petúnia encerra sua história, acrescentando: “Fiquei viúva com 45 anos, não quis mais saber de homem. Sofri muito.” E compara sua vida a um livro, sinalizando os pontos que ficaram de fora do seu relato: “Pronto, a minha história é essa, partida assim uns *pedacinho*, mas... Se quiser fazer um livro, nós faz, tudo bem direitinho, dá pra rir e dá pra chorar. Aí entra a vida do meu marido, entra vida de irmão, entra tudo. Tá certo?”

VIOLETA – 84 anos: *“E nessa caminhada da vida eu tô por aqui ainda, ele não me quis lá em cima ainda e é sem dúvida nenhuma, eu tenho muita coisa pra fazer.”*

Violeta nasceu no engenho Nova Cintra na cidade de Timbaúba-PE, onde o pai morava e trabalhava. “Eu nasci numa família muito pobre, pobre mesmo. Meu pai trabalhava num engenho. Trabalhava 5 dias no engenho pra pagar a casa que morava. Casa de barro, cama de vara, né?” Apesar da pobreza, Violeta entende que os pais ofereceram o que tinham para oferecer. “Ele deu pra gente o que ele tinha, o que ele recebeu dos pais, né? Da família, é o que... Amei meus pais até a morte, até quando eles foram embora.”

Realça que o pai era bastante trabalhador e que após uma jornada inteira de trabalho no engenho, ainda “chegava em casa, trabalhava até de noite limpando mato, preparando o terreno para plantar também”. A alimentação da família vinha da terra, do que o pai plantava (milho, feijão...) e também dos animais que criavam (galinha, porco, cabra...) “Aí tinha fartura porque ele preparava e guardava, né? [...] Pronto, a gente fazia farinha... Carreguei muito balaio de

mandioca, muito pote d'água lá debaixo de dentro das canas, entendeu? Muito *feixo* de lenha da mata. A minha vida foi toda assim. A minha e dos meus irmãos. Ele criou 11 filhos, né?”

Por causa do trabalho do pai, Violeta ainda se mudou várias vezes e chegou a ir pra um colégio “pra ser freira”, onde ficou “cinco ou seis anos” e foi “aspirante de freira”. “Mas graças a Deus! Graças a Deus que eu não fiquei e eu tô aqui pra glória do meu senhor e salvador Jesus Cristo”. Diz ainda que sua história daria um livro e que o escreveria, se soubesse ler e escrever. Avalia que tudo serviu como experiência e mesmo que “o sofrimento ensina a gente”. “A vida da gente é uma história mesmo. [...] A gente fica sabendo assim de muitas coisas”.

Violeta casou e conviveu 40 anos com o esposo. Desses, 36 foram no Rio de Janeiro, onde ele faleceu. “Trabalhei muito no Rio de Janeiro também, em casa de família. Fiz curso de corte e costura, trabalhei também. Trabalhei. Minha vida toda trabalhando. Aí ele morreu, aí eu vim *pr' aqui*. Vim morar... Morei lá em Paudalho, lá na *chão*... Um terreno lá que eles (os pais) deixaram lá com a casa. A casa sempre de barro, né? Mas aí eu tive uma vida maravilhosa, né? Não conhecia a riqueza, não conhecia nada, né? Mas comia o que tinha e tinha uma vida boa maravilhosa. A gente achava, né?”

O esposo construiu uma casa no Rio de Janeiro, que ela vendeu e comprou outra, em São Lourenço da Mata-PE, onde morou até ir para ILPI. Ela não teve filhos e conta que o esposo “nunca quis criar filho assim, dos outros, né?” Ela morou só a partir da viuvez, mas decidiu adotar uma menina. “Eu peguei uma menina pra criar e essa menina me deu um bocado de trabalho. Meteu a cabeça, mergulhou nas drogas, entendeu? [...] Eu levava pro conselho... Conselho tutelar, pra me aconselhar, pra dizer o que é que eu ia fazer. Aí eles *botava* ela no abrigo. No... No lugar, né? Não era abrigo não, era casa do menor parece. Ela fugia e assim ficou, um bocado de tempo”.

A filha passava o dia em casa, dormindo e saía à noite, deixando Violeta só. “Ia pra rua e chegava lá alta madrugada, tudo. Eu fiquei com medo, né? Assim, dela já grande, já com 18 anos... Quando ela saiu do abrigo ela já *tava* com 16, 17 anos. Saiu por conta dela, disse que não ia mais. Eu digo, tudo bem”. Apesar do medo, diz que a filha nunca a agrediu. “Ela era legal, entendeu? Mas eu falava muita coisa para ela e eu dizia: aqui eu não quero um lápis de ninguém. Se você roubar você dê fim por lá mesmo, porque aqui eu não quero. Que a gente não anda... Não sabe... Tá pela rua, não sabe o que é que tá fazendo, né?”

Fora o medo, Violeta tinha que manter o cuidado para que a filha não roubasse coisas de valor da própria casa. “Dinheiro dentro de casa mesmo eu não podia deixar, sabe? Meu cartão de receber uma vez foi parar lá em Paudalho. A menina me ligou dizendo que o meu cartão *tava*

lá, eu fui, troquei, sabe? Essas coisas assim, que dá trabalho mesmo. Aí eu disse: eu vou procurar um lugar, pra mim”.

Ao decidir se mudar e procurar um “abrigo”, conseguiu ajuda na igreja que frequentava. “Aí eu na igreja, né? Falando com a menina, S, ela é psicóloga, eu disse: S, eu vou-me embora, eu vou morar num abrigo. [...] Mas não falei também por quê, nem por que não, né? Porque eu não gostava tá falando, entendeu? A minha vida assim... Pra ninguém. Falava com Deus, entregava a Deus e sempre em oração, sempre orando”. A psicóloga conhecia a instituição e se ofereceu para acompanhar Violeta em uma visita.

Uma semana depois, conheceu a ILPI com a amiga. “Aí me botou dentro do carro, ela com o marido e veio bater aqui”. Na época a instituição tinha uma diretoria diferente, que lhe atendeu e explicou sobre o funcionamento. Violeta não quis tirar todas suas dúvidas na frente do casal, mas já tinha certeza que queria ficar. “O pensamento só dizia: eu venho embora. E eu fui embora”. Disse a diretora que voltaria para conversar e pediu o endereço em detalhes à amiga, para conseguir voltar à instituição de ônibus. “No dia seguinte logo, eu saí cedo e vim bater aqui. Cheguei aqui, tal... Tava a irmã J (diretora), são evangélicos, né? Aí a irmã J, conversei com ela, perguntei como é que era, quanto pagava, que é que fazia. Perguntei tudo, debulhei tudo que eu queria conversar com ela [...] Aí ela me explicou tudinho, eu disse assim: eu venho, guarda minha vaga”. Havia vaga no mesmo quarto que permanece até hoje.

Violeta voltou pra casa decidida e já foi se desfazendo de móveis e eletrodomésticos. “Em 15 dias eu... Tinha de tudo na minha casa, tudo. Móveis de quarto, de cozinha, de banheiro, de terraço, micro-ondas. Tinha tudo e eu ainda fazia trabalho pra fora, artesanato. Tinha muita coisa, muita coisa mesmo. Aí, acabei com tudo, quando foi em 15 dias eu já não tinha mais nada. Uns eu ainda peguei R\$ 100,00 sabe, outros eu dei”. Ela recebe pensão por morte do esposo e diz que ganha “um pouquinho também, né... Além”. A renda permite que pague as despesas da instituição e “ainda comprar umas coisinhas aí. E nem tudo é dinheiro na nossa vida, né? O dinheiro é uma parte principal na nossa vida e a gente tem que saber usar”.

Na mudança, levou consigo uma televisão e ainda comprou um frigobar para seu novo quarto, para manter frutas e outros produtos naturais que gosta de consumir. “E eu acabei que vim embora e eu tô aqui. Tô feliz, satisfeita, o lugar é bom, a... quem, a direção também é muito boa, compreensiva, é tudo limpinho.” Os funcionários da casa são responsáveis pela limpeza e alimentação, de modo que Violeta avalia positivamente o tempo livre que ganha. “E a gente não faz nada. Ela (funcionária) até o quarto da gente, o banheiro quem lava, é os *empregado* aí da

casa, sabe? O que eu faço é... Eu faço exercícios, eu faço hidroginástica, saio para resolver minhas coisas, resolvo tudo...”

Para se manter ativa, Violeta faz aulas de hidroginástica há 15 anos, aproveitando programas voltados para o público idoso, desenvolvidos pelo Serviço Social do Comércio (SESC) e pela Universidade Aberta à Terceira Idade (UnATI). Além da hidroginástica, também fala das outras atividades que participou nesses programas. “Eu nadava lá no... Eu tinha... Eu tinha umas 6 ou 8 medalhas, da terceira idade, né? Que a gente tinha natação lá também. Tinha tudo pra gente lá em Tiúma (unidade do SESC em São Lourenço da Mata-PE), né? E eu participava de tudo. Aprendizagem, o ensino de, de... Artesanato, de boneca, dessas coisas assim, eu fazia muito.” No último ano, decidiu não fazer as aulas, pois pratica fisioterapia com os estagiários que a ILPI recebeu. Também se distrai fazendo artesanato.

Acredita na influência de Deus na sua vida, na concessão de sua longevidade e avalia que tem tudo, “[...] graças a Deus. Tenho nada que reclamar da vida não”. Ela faz parte da igreja adventista e costuma fazer atividades que eles oferecem pelo seu canal de televisão. “Eu faço questionário, [...] eu ligo pra Novo Tempo e eles *manda* questionário, né? Ai eu... O que eu peço eles *manda*. Eu faço, aí mando pra lá, eles *corrige*... Pastor Arilton (Arilton Oliveira, pastor da rede de televisão Novo Tempo) corrige e me dá ponto e ainda manda um CD para mim, né? Aí eu... eu tô feliz da minha vida.”

Bastante religiosa, destaca ainda a importância da sua fé, para além de religiões. Revisando seu passado, compara seus possíveis erros com os da filha. “Eu acho que K era errada, eu acho que eu ainda era mais do que K. Eu nunca me prostituí, nunca assim... Com meu marido... Nunca... Mas no Rio de Janeiro só vivia por dentro das *macumba*, por dentro da... Deus cuidou muito de mim, viu? Deus cuidou muito de mim e eu agradeço muito isso a ele. [...] Tenho 84 anos, vou fazer já 85, daqui a 6 meses eu faço 85 anos. Mas o meu Deus tem sido fiel para comigo.”

Violeta completou três anos na instituição. “[...] tô com 84. Vim *pr’ aqui* com 81. Se nos meus 59 anos... Porque você sabe que entra aqui com 60, né? Eu já devia tá esperando a minha vaga aqui, né? Eu sempre falo isso. Mas a bíblia diz que tem tempo, dia e hora pra tudo. Tudo é na hora certa. Então, essa é minha história.” Avalia ainda que tem muito pra fazer em vida e destaca que gosta de conhecer e conversar com novas pessoas. “E nessa caminhada da vida eu tô por aqui ainda, ele não me quis lá em cima ainda e é sem dúvida nenhuma, eu tenho muita coisa pra fazer.”

MARGARIDA – 82 anos: “Aí é quase o regime de um internato, né? Hora pra... pra comer, hora pra dormir, hora pra levantar, né?”

Margarida nasceu na cidade de Catende-PE, em um engenho chamado Pau d’Óleo. “Meu pai era assim, não tem essas barraquinhas de ponta de rua? Pronto, meu pai tinha um barracão no engenho, pra vender alimentos àqueles trabalhadores rurais, aquele povo assim...”. Aos 7 anos, se mudou para uma usina “pacata” e “bonitinha”, onde morou até se casar. Ela conta que “todo mundo se dava com todo mundo” e que as missas de Natal e ano novo eram celebradas no terraço de sua casa, com a ajuda do pai. “Na missa de ano novo o... o padre, depois da missa, ele tomava café, aí vinha passar... pra fazer os casamentos. Aí ele fazia uma roda e ele ficava no meio pra fazer os casamentos. Papai era quem preparava aquela escrita, né? Que é pra mandar pra... pra igreja em Palmares”.

Da usina, só saía para visitar as tias na cidade de Garanhuns e as irmãs, depois que casaram. Margarida tinha 9 irmãs, “só que duas morreram novinhas e as outras morreram tudo adulta, avó...” Só uma das irmãs se formou. “A mais nova, que é quem tá cuidando de mim, ela também tem... Tem o pedagógico, tem contabilidade, tem administração e... É quem... Mas nós outros, não estudamos. Eu fiz até o segundo ano de ginásio, aí levei *pau* e não fui mais (risos).” As irmãs eram “professoras leigas” na usina e Margarida chegou a ser aluna delas. “E daí fui estudar num, num... em Garanhuns, no Santa Sofia. Mas não gosto de estudar.”

Aos 29 anos se casou e então se mudou para João Pessoa, na Paraíba, cidade de origem do seu esposo. O casamento durou nove anos, dos quais julga que cinco foram “ótimos”. “Tem até umas *passagem* interessante... Bom... Mas depois, acontece, né? Aí pronto, me separei. [breve silêncio] Mas mesmo assim, com a separação, eu... Não sei, as que morreram (as irmãs), hoje em dia não sei... Mas eu tenho uma gratidão a ele, porque ele foi muito bom pra papai e mamãe.” Margaria conta que seu pai ficou cego e o seu ex-esposo era quem costumava acompanhá-lo em consultas, exames, passeios e visitas a parentes. “Nessa época não tinha, é... essas facilidades da... enfermeiro... sei lá... vir fazer em casa, que hoje tem né? E... ele foi muito bom”.

Margarida não tem mais contato com o ex-esposo, mas não esquece o cuidado que ele teve com seus pais. “Ele... trabalhava em laboratório, né? Hoje é representante, na época era propagandista, vê que nome grande... Aí... mas ele levava. Papai precisou operar, ele providenciou tudinho”. Margarida não teve filhos e após o divórcio, permaneceu morando só por 36 anos. Começou a trabalhar no comércio para se manter, setor em que se aposentou e ainda trabalhou um período, mesmo depois de aposentada.

Ela conta que apesar de não ter estudado, gosta bastante de ler, “só que infelizmente hoje em dia eu não posso”. Margarida começou a ter problemas na visão cerca de 14 anos atrás, quando procurou a instituição Altino Ventura, que é referência em oftalmologia no estado e atende pelo SUS. “Quando eu fui pra lá, esse olho esquerdo eu via uma mancha roxa e eles não cuidaram, só... Em 14 anos, só fiz exames”. Só em 2016 soube que o motivo de perder a visão foi um derrame, que não foi tratado.

Margarida decidiu procurar uma clínica particular e soube que precisava realizar uma cirurgia. Para arcar com os custos altos, teve que vender o seu apartamento e decidiu se mudar para a ILPI. “Eu já estava aqui quando ele foi vendido, já estava aqui. Pra poder fazer a cirurgia, eu tive que vender.” Fora a perda da visão e a venda do apartamento, diz que a idade de 82 anos e outros problemas de saúde como artrose e labirintite, motivaram a mudança. “E morava num apartamento de segundo andar. [...] Então minha irmã mais nova, que hoje só somos três, e... Ela disse que eu não podia continuar nesse apartamento, por causa da minha idade, da artrose, do problema da vista. Ela conseguiu uma vaga aqui.”

A influência da irmã de Margarida na decisão pela mudança, também tinha a ver com o local que ela morava. “Era um apartamento de plano habitacional. Pequeno, todo... Já viu como é, né?” Ela conta que onde morava “tem de tudo [...] Tem gente que hoje em dia faz faculdade, tem outros que não fazem nada e... Tem educação, outros não têm... E minha irmã não gostava lá do ambiente (risos). Porque éramos pobres, mas éramos pobres assim... que papai tinha muito cuidado. A gente lá... Lá na usina visitava as pessoas, conversava, ia na casa de um e na casa de outro, mas papai não gostava. Queria mais a gente dentro de casa, como eles diziam no interior, pra não se misturar.”

Foi a própria irmã quem procurou por uma instituição para Margarida. Antes, uma outra irmã já havia estado em uma ILPI, mas por avaliarem como “péssima”, pesquisaram por outras. Margarida justifica que não poderia morar com a irmã, pois não teria espaço. “Porque hoje em dia, apartamento ou casa, são três quartos, um quarto da fami... do casal, um quarto é da filha, outro quarto é do filho. E agora com a internet, cada um com a sua, né? Não tem espaço... pra outra pessoa. Pronto, vim pra cá. Tô satisfeita aqui”. Ainda assim, sente falta de sua própria casa, já que morou 36 anos sozinha. “[...] tudo só seu, no lugar que você gosta, no lugar... necessário. É... é diferente viver. Mas mesmo assim ainda é bom, porque é um quarto pra duas pessoas, banheiro privado e... [...] Tô satisfeita aqui. Mas sinto falta, né?”

Ela se mudou pra instituição em julho de 2017. “Vim fazer a entrevista, depois eu vim... Como é? Passei um dia, pra conhecer, pra ver o ambiente e depois eu fui pra casa e mandaram

me chamar. Telefonaram chamando, que eu tinha sido aprovada, que eu vinha pra cá.”. Sobre a adaptação, diz ter sido tranquila, mas porque já teria morado em condições semelhantes. “Agora também eu me adaptei logo porque eu estudava interna, né? Aí é quase o regime de um internato, né? Hora pra... pra comer, hora pra dormir, hora pra levantar, né? É quase o... o sistema de um internato.”

A irmã é a principal referência de suporte de Margarida e as duas se mantêm sempre em contato. “Ela sempre vem me buscar, eu vou... Eu vou almoçar na casa dela... Dezembro eu fui passar Natal lá, porque no ano novo ela foi pra Maragogi. Já saí... No dia das mães eu fui almoçar também com ela. Sábado, esse agora, ela veio e a gente almoçou aí na ‘rainha’ (delicatessen próxima da instituição). Aí tem umas sobrinhas, tem 16 sobrinhos aqui, mas... Não vem me ver. Só uma, vem me ver, assim mesmo demora.”

Margarida conta ainda que recentemente, em uma atividade com uma psicóloga voluntária na instituição, foi pedido que escrevesse sobre as saudades do tempo de infância. “Aí eu disse que era chupar cana dentro do rio, embaixo de uma ponte.” Ela finaliza o seu relato resumido, justificando que “Não é muito grande não a minha vida (risos).”

ROSA – 67 anos: “*A gente também sente falta. Eu sentia falta das minhas irmã... da minha família. Mas me diga, de que eu vou sentir falta agora?*”

Os pais de Rosa trabalhavam para uma família proprietária de uma empresa de ônibus, em Garanhuns. Na infância, morou na fazenda dos patrões dos pais e logo cedo começou também a trabalhar para eles. “Eu me lembro que quando eu era pequena, 8 anos, 9 anos, comecei a trabalhar em casa de família... 9 anos. Ali no Espinheiro. Eu e minhas irmãs. A minha mãe não podia sustentar a gente, a gente ia crescendo e ia querendo as coisas, né? Querendo as coisas e ela não podia, que morava em fazenda. Fazenda é assim, o que dá na semana é só pra comer, comprar comida”.

Os donos da fazenda pediam para levar as crianças pra trabalhar em outras propriedades, da mesma família. A mãe de Rosa, de início, não queria se separar das filhas. Mas, por achar que podia cada vez menos suprir as necessidades delas, concordou que elas comessem a trabalhar, se assim elas quisessem. “Aí a gente quis. *Fomo* uma pra casa de um, pra casa de outro, pra casa de outro... *Era* quatro irmã.” Rosa se mudou então, da fazenda em Garanhuns, para Recife.

Rosa trabalhou por 25 anos como doméstica e já com dificuldades em continuar trabalhando “não podia me abaixar, né? Limpar as coisas, limpar embaixo do lugar, tudinho...”, conseguiu se aposentar em 2008. Rosa passou ainda 10 anos morando sozinha, mas sentia medo. “Que esse povo pensa que a gente tem dinheiro. Aposentado tem dinheiro. Eu vejo na televisão [...] Via na televisão esses *malandro* aí, que rouba, pensa que a gente tem dinheiro, né? Mata é a pessoa... Se for casa de telha, destelha até a casa pra descer, pra matar a pessoa. Eu *mesmo*, eu não quero não... Quero morar mais só não.”

Recebeu então, o convite de uma senhora, para morarem juntas, até que esta faleceu. “Aí... a pessoa que me aposentou, aí na Guabiraba, me levou pra casa dela né? ‘*Vamo* morar comigo, você não tem mais família aqui...’ Meus pais morreram lá em Garanhuns, a mais velha tá no Rio... Aí eu fui. Passei 6 anos com ela, morando com ela lá na Guabiraba. Quando foi em 2016 ela morreu. Pra mim foi um desastre, né?” Já no início de 2017, a nora dessa senhora ofereceu também moradia a Rosa e assumiu uma procuração em seu nome. O acordo durou um ano, “mas tudo assim... diferente”.

A insatisfação de Rosa era por continuar passando muito tempo só. “Ela é nova, tem 53 anos, gosta de sair... Gosta de sair... Ficar em casa só de noite? Deus me livre! Ela tem o namorado dela, passa o fim de semana fora, na casa dele”. Ela temia que algo de ruim pudesse lhe acontecer, principalmente à noite. Rosa responsabiliza a procuradora pelo seu cuidado e acha errado que ela lhe deixasse só, podendo inclusive virar alvo de algum tipo de denúncia. “Sozinha... adoeço, tudinho... cai, leva uma queda dentro de casa, de noite, de madrugada... arriscado até denunciar né? Como disseram a mim: vai terminar denunciando... se a polícia chegar aí você vá... vá, não fique sozinha não. Se fosse pra me levar eu ia mesmo.” Ela conta que durante o dia não sentia medo de ficar só, já que havia bastante movimento e era conhecida na comunidade, mas que a noite todos se trancavam em suas casas. “No outro dia a pessoa amanhece morto. Eu quero nada! Só quero mesmo quando Deus me levar.”

Já no início de 2018, decidiu procurar outro lugar pra morar e a procuradora a ajudou. “Foi lá pro conselho tutelar, falou com um rapaz que conhece ela” e pediu sua ajuda para procurar um lugar pra Rosa morar. A primeira sugestão teria sido para que alugasse uma casa e contratasse uma pessoa que pudesse passar o dia com ela. “Eu digo: oxe, e meu dinheiro dá? Num dá moço. Meu dinheiro só dá mesmo pra mim, porque eu tenho que comprar remédio e se eu for alugar uma casa tenho que pagar o aluguel. Comprar remédio, pagar aluguel, pagar luz e água... E dá pra pagar uma pessoa com o mesmo dinheiro? Num dá não... Não dá, né?”.

Foi então que o homem sugeriu a ILPI e passou o contato para a procuradora de Rosa. “Ligou *pr’ aqui*, falou com o diretor... Ela não sabia nem onde era...” Depois do primeiro contato com a instituição, a direção pediu que levassem Rosa para uma entrevista e para passar o dia na casa. “Aí fiquei por aqui o dia todinho, vendo o movimento como é que é. Eu num arranjo lugar mais arranjado que esse canto... Tudo mais caro, né? [...] Aí eu disse: gostei... gostei...”

Rosa conta que gostou da direção da ILPI, pelo responsável ser “atencioso” e “delicado”. “E fala direitinho, delicado, atencioso... É o que eu gosto, né? Não gosto do grosso. Ele sendo, né? Atencioso, delicado... É o importante, pra o comandante, né? Daqui.” Para se mudar, foi informada que deveria levar as roupas de cama, as roupas individuais, um guarda-roupa ou uma cômoda. Mas a instituição não tinha ventilador e nem tinha cama: “só tinha aquele resto de cama velha. Aquelas *cama* velha de antigamente... de... de ferro, lembra? Que antigamente tinha muita cama de ferro, *n’era?*”

O diretor providenciou um ventilador de imediato, mas pela cama Rosa ainda precisou pedir mais vezes. “Agora aquela cama eu não quero não, diretor. Todo mundo tem suas caminhas direitinho, não vejo a cama ranger de ninguém aqui, só eu...” Três semanas depois, ainda com a mesma cama, Rosa falou com o diretor mais uma vez. Por fim, perto já de completar dois meses na casa, ela aproveitou que tinham homens trabalhando com consertos na casa, para pedir ajuda com a cama. Como não tinha conserto, conseguiu finalmente a troca por uma cama de criança, que estava guardada no depósito da instituição. “Agora ó! Tô dormindo tranquila [...] Quando for pra falar, eu falo mesmo... Eu falo mesmo! [...] Eu não quero problema com ele, sou novata, tem dois meses”.

No entanto, outro problema surgiu, quando a companheira de quarto de Rosa, Violeta, pediu para que ela fizesse uma cópia da chave do quarto. “Mas quando eu cheguei, não tinha. Só tinha a dela e ela é uma pessoa já mais de idade, tem 80 e tantos anos, e eu tenho 70, mas tenho mais cabeça assim... E ela quando quer, ela quer mesmo”. Novamente, foi falar com o diretor, para pedir uma chave. “Lá vai eu aperrear o homem de novo.” O diretor pediu para Rosa “esquecer” a chave, pois, no caso de uma delas ter algum problema, com a porta trancada eles teriam de a “arrombar”. “Aí disse: bom... Já falou assim, um pouquinho mais grosso né? Eu disse: vou esquecer mesmo. E não pedi mais. Aí ela fica todo dia ‘cadê tua chave?’ E num sei o quê...” Rosa então decidiu fazer a chave por conta própria. “[...] Trouxe o dinheiro e mandei fazer. Se abrir direitinho, tudo bem. Se *num* abrir... Tenho nada a ver.”

Rosa conta que sempre que a procuradora pergunta, responde que está gostando “bastante” da instituição, já que tem sempre refeições em horários certos, a casa se mantém organizada e limpa, e também conta com uma equipe de saúde. “[...] que é que eu quero mais? Não lavo roupa, não cozinho, não varro casa, não lavo prato, não lavo banheiro, nem varro quintal. Lá eu fazia tudo, agora eu não faço é nada, faço comer e dormir. Aí vai fazer dois meses que eu tô aqui, dia 09 de junho (2018). Eu tô gostando. Eu gostei das pessoas... Ser delicado, é o que eu gosto, só ser delicado.”

Rosa avalia que a instituição foi a melhor opção para suas necessidades, já que não tem família e dependia sempre da casa de outras pessoas para morar. “Se fosse sair daqui *pr’ ali*, pra ficar aonde? Na rua é? [...] E aqui ó... *Num* é meu... *Num* tenho nada aqui, mas pago como se tivesse... como se eu tivesse na minha casa.” Além disso, gosta do fato de estar sempre acompanhada, já que a ILPI é bastante movimentada. “Eu nunca fico só, feito... feito disse o diretor: você nunca vai ficar só. E chega gente demais aqui. Tem gente aqui... tudo né... vizinho um do outro. Os *quarto* tudo pegado um no outro, como é que eu vou ficar só? O pessoal sai, mas de noite tão em casa.”

Hoje a única despesa de Rosa é com a ILPI. Ainda sobra um “trocadinho” da sua renda, que, além de comprar remédios, guarda para comprar outras coisas, como tinta pra cabelo. Como o dinheiro não é suficiente para pagar um salão de beleza, ela conta com a ajuda da procuradora, que também trabalha como cabelereira. A procuradora é responsável por administrar a renda de Rosa, fazer o pagamento da instituição e ainda presta apoio visitando, saindo com ela quando necessário e também com cuidados pessoais. “Aí quando foi hoje, o banco só liberava se eu fosse. Quando foi hoje, eu fui com a menina no banco. Ela pagou aqui, comprou os *negócio*, o material do meu cabelo e pra semana acho que ela vem fazer.”

Rosa lembra que ao contrário das irmãs, que eram “dependente de índio”, sempre gostou de seu cabelo curto, “que nem homem”. As três irmãs de Rosa casaram e duas, que moravam em Pernambuco, faleceram. Com a irmã mais velha, que morava no Rio de Janeiro, falou pela última vez em 2002, por telefone, para avisar do adoecimento e depois da morte da irmã mais nova. Não sabe se a irmã continua viva, porque perdeu seu contato. “Aí ficou eu e essa do Rio. Aí como eu disse, nunca mais eu soube não. Perdi o telefone, perdi o endereço... Mudança de casa, né? Aí perdi.”

Por vontade própria, não teria deixado de morar com a família no passado e hoje também preferiria morar com eles. “A gente também sente falta. Eu sentia falta das minhas irmã... da minha família. Mas me diga, de que eu vou sentir falta agora? Se tivesse meus pais, tivesse

minha família, eu tava... Tenho certeza que tava com a minha família, com minhas irmã. [...] Minha família toda era de Garanhuns, morreu... morreu. Eu sou de Garanhuns e se eu pudesse eu nunca tinha saído de lá.”

ÍRIS – 75 anos: “*E quando chega uma pessoa assim, que dá aquela palavra de amor, é um remédio. Num é um remédio? É. É um alívio.*”

As lembranças de infância de Íris são do interior do Rio Grande do Norte, “perto de Currais Novos”, embora na sua identidade conste que o nascimento tenha sido em Timbaúba, interior de Pernambuco. Ela conta que não lembra muito do passado, mas criança no “interior” brinca muito e lembra que subia uma serra, brincava “nos matinho” e não tinha medo, a não ser quando via algum homem e associava ao “papa-figo”. “Criança em sítio, eles *brinca* muito, com medo de papa-figo. Pastorava vaca... Era bom. Era bom demais, né? Mas naquele tempo que era mais calmo, hoje os *menino* vive mais preso...”

O pai trabalhava em fazenda e se mudava constantemente. Da mãe não tem lembranças, já que ela morreu muito cedo. O pai de Íris foi casado três vezes e as três vezes ficou viúvo. A mãe dela foi a segunda esposa dele. Desse casamento, foram duas filhas. “Pessoal dizia que a gente parecia gêmea.” Ela foi criada pela madrasta “e depois, maior já... já grande assim... com 17 anos mais ou menos, minha irmã nos trouxe aqui pro Recife [...] me trouxe, eu e minha irmã. [...] Ela ficou com a gente como mãe, tomou conta de mim e dessa minha irmã.”

Íris lembra que deu seu primeiro voto já em Recife e que foi levada para cidade para ter melhores condições de cuidado. “Eu quase morro com uma dor de dente muito forte. Aí foi nisso que ela também tomou conta e trouxe pra eu me tratar. Porque ele estourou assim que tinha que extrair o *caquinho* que ficou. Nos *sítio* assim, às vezes nem tem muitas *condição*, né? Aí foi que ela me trouxe e eu ainda extrai esse *caquinho*, ele ainda quase me mata. Passei de uma hora da tarde até nove e meia da noite com hemorragia.”

A irmã casou e mudou-se para São Paulo e a irmã mais velha, que as acolheu, faleceu. Os irmãos do primeiro e do último casamento do pai que ainda são vivos, não tem contato com ela hoje em dia. Íris se casou aos 30 anos, com um viúvo. “Mas era uma benção. Era... Era... O pessoal pensava que ele era meu pai. Porque sempre fui uma pessoa... quer dizer, o pessoal não me acha velha.” Vinte e um anos depois, ele faleceu e ela ficou com um filho de 15 anos de idade. “Fui pai e mãe, e fui sofredora. [...] É muito ruim uma mãe ficar... Porque hoje os *esposo*

são *ruim*, mas o meu esposo era... Ele *num* era meu esposo. Ele era pai... Pai, irmão e esposo. E perdi, né? E fiquei com um filho de 15 anos.”

Íris não tinha renda própria e quando o esposo faleceu passou 10 meses sem renda alguma, até ser liberada a pensão por morte. Ela recebia ajuda de familiares e da igreja e chegou a ficar totalmente sem dinheiro; temendo que seu filho passasse fome. “Ele estudava, ele tra... ele trabalhava, porque fazia estágio, e meu esposo morreu, eu fiquei cuidando dele. [...] E chegava de eu não ter nada pra dar a ele, de comer... E com vergonha de falar ao pessoal, eu falei a Deus, né?” Íris conta com detalhes um episódio em que não tinha mais mantimentos para a semana seguinte; ela foi para a igreja e ao voltar para casa ela se ajoelhou e orou, chorando. Enquanto orava, uma pessoa bateu na sua porta. Era alguém da família que lhe trouxe cem reais. Íris novamente se ajoelhou e agradeceu a Deus “porque tinha aparecido dinheiro para eu fazer a compra e meu filho não passar fome”.

O filho de Íris hoje tem 39 anos, mas ela nunca esquece esse dia e conta que depois desse episódio não teve mais dificuldades. Ela tinha uma garagem sem uso em casa e conseguiu alugá-la. Além desse aluguel, contava com ajuda da igreja que frequentava, recebendo cesta básica. “Aí abriu a porta, porque não faltou mais nada. Sabe o que era que eu fazia? Eu ajudava aquele mais necessitado que *tava* perto de mim.” Íris também recebeu ajuda de vizinhos e conta sobre um vizinho em particular que “era bom, como um filho”, que logo após a morte de seu esposo se ofereceu para pintar a casa dela, “pra tirar aquela tinta que meu... meu marido deixou, pra eu não ficar chorando e lembrando”. Esse vizinho chegou a morar um tempo em um dos quartos vagos da casa dela, quando se separou da esposa, contribuindo também com a cesta básica que recebia do trabalho.

O filho de Íris terminou os estudos, começou a trabalhar e casou. “Ela é minha nora, mas eu tenho ela como uma filha.” Com a nora “tomando conta” do filho, ela quis se mudar para um lugar que pudesse “ficar à vontade, sem ser mais dona de casa. Aí em sonho Deus me mostrou aqui. [...] Eu pedi a Deus e Deus me mostrou. Quero ficar aqui porque eu entrego a eles e fico livre. Porque dona de casa é muita responsabilidade e eu já entreguei por causa... Quero entregar, porque eu já sofri muito.”

Quando Íris decidiu se mudar pra ILPI, encontrou resistência do filho que, por sua vez, foi acusado de abandono pelos vizinhos. “Deus me mostrou e eu vim. Ninguém queria. Ele mesmo dizia: não mamãe... Botar mamãe num negócio de abrigo, essas coisas... Eu digo: num vou não, eu quero ir conhecer.” A nora teria mediado a situação e convencido o esposo a levar a mãe pra conhecer a instituição. “Mas e... as *vizinhança* e família não queria. Ficou muito

zangado com ele”. Uma “conhecida” que trabalhava na ILPI guiou a visita da família e no fim, o filho cedeu. “Ele ficou calado, quando saiu disse: vamo... eu gostei, até eu queria vir.” Íris quis se mudar para fazer uma “experiência”. A nora, mais uma vez, mediou para que o esposo concordasse. “Deus sabe, Deus ajuda né? Mas ele deixou. Ficou tudo bem, mas a família e é... os *vizinho* foi pior. Só faltava dar neles dois”.

Já na instituição, Íris recebeu a visita de um dos vizinhos e pôde acalmar os ânimos. “Aí eu mostrei disse... aí ele olhou pra mim e disse: Dona Íris, você está no paraíso! Disse: é... é M, pois por favor diga... converse lá com o pessoal pra deixar meu filho e V em paz, porque eles num tem... num pode ser maltratado, porque não são eles. Eu pedi a Deus e Deus me mostrou.” O vizinho atendeu o pedido dela e logo ela recebeu a visita também de outros vizinhos.

A ideia negativa que eles tinham da ILPI estava vinculada a uma outra instituição, perto da vizinhança de Íris. “Mas graças a Deus, aqui não. Aqui é... aqui eu vivo bem. [...] Mas eu nunca fui ali não. Mas diz que naquele tempo passado, era um pouquinho difícil. Aí o pessoal quando viram que eu vinha pra um lugar assim, eles pensaram que era lá. Aí eles ficaram *zangado* com meu filho. Só faltou apanhar, o bichinho. Todos os dois, ele e minha nora.” Depois das visitas, todos aceitaram a mudança, já que havia sido a escolha da própria Íris. “Porque sempre o pessoal disse: como é que um filho bota uma mãe... Porque eu fui uma mãe que graças a Deus que eu tenho orgulho de mim. Todo mundo sabe. Eu fui uma mãe que sofria por ele. E o pessoal acharam que ele *tava* me desprezando.”

Íris completou oito anos na casa e conta que parte da adaptação envolveu também sua neta, com três anos na época. “Ela chegava aqui ‘eu não vou não, vou ficar com vovó, vou ficar com vovó’. Eu digo: não meu amor, vá. Depois vovó vai, vá. Aí pronto, ficou. Ela foi se acostumando. Quando eu ia em casa ela dizia: ah vovó, vovó vai pra casinha dela né? Aí tudinho se acostumaram e hoje, graças a Deus, é tudo acostumada”. Íris hoje tem três netas e a família toda mora na casa dela. “Mas eu quero mais é *vir* pra cá. Porque eu sou assim... Eu gosto de onde eu estou ser sempre... ter sempre gente.”

As netas são ainda crianças, a mais velha tem 12 anos. “Aí elas ficam ‘ô vovó...’ Aquele carinho com vovó e vovó... e eu toda vida gostei de criança”. Íris explica que o filho é o único herdeiro e já fez reformas na casa, que é, então, dele e das filhas dele. “Agora, quando eu for... Se Deus mandar pra casa, é nossa, né? Mas quem era o herdeiro... que é o herdeiro? É ele. Ele é filho único.” Uma das mudanças foi no tamanho do muro, por questões de segurança. Para Íris hoje a criminalidade é maior, “Porque você não sabe as condições, como é que... Eu vejo,

a gente vê os outros, tem medo também da gente, né? Confia em Deus, mas a gente tem. Porque esses malandro pode pular o muro e... e fazer refém de alguma...”

As netas estudam e o filho e a nora trabalham, assim, na casa ela ficaria sozinha. “Fiquei assim, só gosto de tá acompanhada.” Ainda assim, sempre passa algum tempo com a família, embora prefira ficar na instituição. “Eu acho melhor aqui. Agora eu num sei, Deus é que sabe. Eu acho melhor aqui. [...] ‘vai pra casa’, mas eu gosto mais daqui. Logo eu... Eu digo brincadeira com o pessoal, o pessoal fica rindo ‘porque dona de casa não para e se eu for pra casa eu vou virar dona de casa’. Porque eles *trabalha*, né?” Íris conta que na ILPI não precisa realizar nenhuma atividade doméstica. “Num lavo prato, fico na vida de anjo [...] com a vida de princesa, vida de rainha. Tem quem faça... É a vida.”

Íris chega a passar um mês inteiro, ou tempos mais prolongados em casa e recebe apoio da família quando precisa de consultas médicas ou adoece, por exemplo. “Eu tô pra ir de novo, que ela (a nora) vai marcar o médico... [...] Aí depois vai marcar e eu vou de novo pra casa, não sei se vou demorar ou não. Mas eu demoro o tempo que eu quero...” Também não descarta a possibilidade de voltar a morar na sua casa “Tanto *foi* eu dizer ‘eu quero ficar’ e Deus dizer ‘tu vai pra casa’. E eu... A minha vida aqui eu gosto. Se eu quiser ir pra casa... Aí assim, já tem... tem as meninas, minhas *netinha*. ‘Ô vovó, o seu quarto...’ Como é? ‘O quarto de vovó! O quarto de vovó’... Quer dizer, nunca deixa de ser meu quarto, né? Aí eu fui agora e disse ‘pronto, agora é o quarto de vovó e das *menininha*’. Aí... é uma benção.”

Íris faz amizade facilmente, se relaciona bem com todos com quem convive e gosta de estar na ILPI também por estar sempre acompanhada. “Aqueles pessoas que *dirige* (diretoria da instituição), pra mim são umas *pessoa*... umas *bença*. [...] A que saiu, pra mim, graças a Deus... Me dava manga... era uma pessoa muito legal, pra mim. E esse daqui também. São como uns filho legal, eu gosto, eu gosto... Tu acredita que é muito difícil eu dizer que uma pessoa é ruim? (risos) É... é muito difícil.”

Ainda assim, reconhece que as vezes é difícil se relacionar bem com todos. “Porque você sabe... eu não penso o que você pensa. Sempre tem a diferença de cada um ter seu pensamento, mas eu... Aquele que eu vejo que é mais *pesadinho*, a gente tem paciência... a gente não escuta uma coisa que... que não seja boa e assim vai levando. [...] Essa mesmo, minha... minha companheira aí... ô! (referindo-se a companheira de quarto, Tulipa, e fazendo sinal de positivo com os dois polegares) Muito legal! Mais ou menos já vai, acho que já vai caminhando uns cinco anos que eu moro com ela. É muito legal, muito legal!”

Íris conta que apesar de ter 75 anos, as pessoas sempre lhe atribuem menos idade. “Eu digo: sabe porque é? É porque eu não sou muito apavorada, eu sou calma.” Ela raramente perde essa calma e lembra que a primeira vez que falou um pouco mais alto na ILPI é lembrada até hoje, com brincadeiras, pelas companheiras. Para ela, uma “boa palavra”, “a alegria” e o “amor” são “um grande remédio”. “E quando chega uma pessoa assim, que dá aquela palavra de amor, é um remédio. Num é um remédio? É. É um alívio. É isso. A minha história é assim, meia... meia fora, mas é o que eu sinto, é o que eu gosto.”

TULIPA – 80 anos: *“E eu não sabia se de repente eu ia amanhecer o dia desconhecada, cheia de problemas, né? Pra dar trabalho... Aí vim morar aqui.”*

Tulipa nasceu em Recife, na rua da Regeneração, em Água Fria, mas diz que queria ter nascido no interior. “A minha infância foi ótima. Não foi ruim não... Fui pro colégio e tal... [...] A... a adolescência também, foi boa. Não foi ruim...” Ela conta que “corria” do colégio, apesar de gostar da “merenda”. Foi criada pela tia e conta que ela cozinhava muito bem, dava uns “*carãozinhos*”, mas que tudo que aprendeu foi com ela. “Você tem que sentir no coração que você vai fazer... *num* faça aleatoriamente, faça bem feito. Já que você vai fazer, faça bem feito. E assim eu faço.”

Tulipa é aposentada e trabalhou durante 26 anos, como telefonista. Embora a profissão exigisse apenas 25 anos para se aposentar, por gostar do trabalho, ela passou um ano a mais. “Antigamente existia telefonista, agora não tem mais. É telemarketing, aquele... né? Aquelas coisas... Antigamente existia telefonista, né? Pros... trabalho, tal. Eu fui telefonista... Aliás eu... eu me considerava até uma boa telefonista.” Ela conta que fazia tudo, também no trabalho, sempre bem feito, conforme a tia ensinou. Ela conta que apesar de gostar do trabalho, “fazia planos *gostoso* para a aposentadoria e quando ela chegou, eu não soube administrá-la... (risos)”

Depois que a tia que a criou faleceu, Tulipa foi morar com uma amiga, que considerava como irmã. Elas moraram por muitos anos juntas e passaram por muitas mudanças de endereço. Moraram inicialmente na Várzea, depois na Rua 7 de Setembro, no Edifício Ouro, onde passaram mais tempo. Depois se mudaram ainda para Caxangá e voltaram a morar no centro da cidade, no Edifício Duarte Coelho e, por fim, em Boa Viagem. A amiga teve três filhas, duas que ainda moram em Recife e uma em São Paulo.

Na velhice a amiga precisou de cuidados e Tulipa assumiu a função com as duas filhas que moravam aqui. Até que decidiu se mudar para a ILPI. “Então, veja bem, eu vim morar, mas

eu tinha sempre contato com ela. Ia pra lá, passava um dia... sem... uma semana lá, as *festividade* ia pra lá... Eu *tava* sempre em contato, não abandonei não. [...] As *menina* queria sair, aí me chamava, eu ia ficava com ela, né?” A amiga faleceu quatro anos atrás e Tulipa se mantém em contato com as filhas e netas dela. No dia da entrevista, ela estava organizando uma mala, para passar uns dias fora, na “casa da minha neta do coração.” Tulipa costuma sair muito e passar dias fora, nas casas das “netas” e “bisnetas”.

Apesar da “irmã” e das “netas”, ela decidiu morar na instituição por não ter familiares consanguíneos vivos morando em Recife. “Só tinha eu e meu irmão. Meu irmão faleceu, ficou eu. E em seguida também meu pai resolveu viajar. Então minha tia... Eu tenho uns *primo* e umas *prima* em São Paulo, mas eu não tenho... perdemos o contato. Era carta, esse negócio todo... não tinha telefone antigamente”. Ela se mudou para a ILPI em 2003, quando tinha 66 anos, temendo que chegasse a “idade crítica” e precisasse de cuidados. “Porque eu pensei assim, você sabe, quando a gente é jovem, tudo bem. Mas quando a gente fica na idade, assim... as *coisa* vai ficando diferente. E eu não sabia se de repente eu ia amanhecer o dia *desconhecada*, cheia de problemas, né? Pra dar trabalho... Aí vim morar aqui.”

Tulipa já conhecia a instituição, pois faz parte da igreja que a mantém. Em um trabalho voluntário, visitou a casa pela primeira vez em 1999. “Viemos aqui fazer um trabalho, né? E quando eu entrei ali no portão, que abriram o portão que a gente entrou, eu disse assim: Ai! Eu venho morar aqui. Aí eu digo que um anjo disse ‘amém!’ E Deus carimbou, né? Eu que falei isso. Aí entrei, fizemos a... Aqui tinha um... uma mangueira aqui, no meio um cajueiro, lá na esquina tinha outro pé de mangueira (mostrando o pátio de entrada da ILPI, que hoje é apenas um chão de terra). Era *arvorizado*, muito bonito! Arre... as mesas, *tava* tudo arrumado, tal. Então vai... aquela festa toda... Que o lar *num* era assim feio não, do jeito que tá agora. Agora... agora tá um abrigo mesmo. Antigamente era um lar! Todo arrumadinho, bonitinho, entendeu? Tinha uma praça aqui, linda!”

Ao fim da visita, Tulipa já foi à diretoria, deixar o nome na lista de espera por vaga. A diretora da época, pediu para que ela voltasse depois, para conversarem melhor. Três semanas depois, ela voltou. Estavam ainda construindo o prédio anexo, onde hoje Tulipa mora. Ela foi avisada que seria chamada, ao fim da obra. Até 2003 ela não recebeu retorno sobre a vaga e pediu ajuda a um pastor, que contatou a instituição e enviou Tulipa novamente em visita. Como a reforma já havia sido concluída, havia vagas. “Quando foi no dia 17, que eu cheguei em casa disse que ia morar no lar, foi um (faz barulho imitando choro). ‘Vou pra lá, porque é bom e tal,

já fico lá quando tiver *veinha*, é... tô lá...’ Aí o pessoal *num* gostou muito não, mas... aceitou. Aí eu vim, dia 17 eu vim e aí tô aqui.”

O dia 17 era em abril de 2003, “às duas e quarenta e cinco da tarde”. Tulipa conta que toda a sua bagagem eram suas roupas, além de um ventilador e colchão que comprou quando Collor “deu aqueles *dinheiro* que ele tomou”. Antes de entrar na instituição conseguia fazer mais coisas com a sua renda e julga que hoje o dinheiro rende menos. “É... o governo deixou a gente desse tamanho (mostrando o dedo polegar e o indicador em pinça). Eu ganhava bem... [...] Mas, de repente... Quando eu vim morar aqui, eu vim com plano de saúde, com dinheiro no banco, com tudo. Depois, foi, foi, foi... acabou. [...] e tudo encareceu, antigamente era mais barato as coisas. Era beleza, menina! Mas agora tudo encareceu”.

Antes, quando morava com a amiga, ela não tinha despesas de aluguel e alimentação. Com o dinheiro extra, participava mais de atividades da igreja e conseguia economizar. Já na ILPI, precisa destinar boa parte da sua renda para o pagamento da casa. “Agora, a única coisa que eu não gosto, paixão, é que... O décimo terceiro, aqui a gente paga. Aqui, né? A gente paga o décimo terceiro. É isso que eu *num*... É a única coisa que eu pago, que *num* é de agrado meu. É isso. É o plan... É o meu décimo terceiro. O décimo terceiro o governo deu pra gente fazer alguma coisa, eu *num* faço nada. Ninguém aqui. É a única coisa.”

Tulipa avalia que a crise econômica atual afetou não só as pessoas, que estão desempregadas, quanto a própria instituição e outras, que inclusive fecharam. Religiosa, ela faz uma avaliação da crise a partir da bíblia: “Se você for ler lá e... é... *Genes*, você vai encontrar sobre José do Egito. José do Egito, ele foi governador do... governador... ele foi o governador do Egito, porque... pelo sangue... o... o faraó teve... ele disse para ser 7 anos de bonança! Mas nós tivemos... a gente... a gente vive 7 anos de bonança, 7 anos arrojado e 7 anos ó... bem sacrificado. E nós agora estamos em 7 anos de sacrifício, tanto de saúde... no mundo inteiro, de tudo.”

Tulipa está na instituição há quinze anos. “Vou lhe dizer, eu amava isso aqui. Pensa numa pessoa apaixonada pelo (nome da instituição). Que aqui realmente era um lar! Mas agora está num abrigo. Era um lar, mas agora é abrigo mesmo.” Mesmo com a crítica, ela conta que vive bem na ILPI. “Tem tudo aqui. Eu *num* compro água, *num* compro pão, eu *num* compro bolacha, eu *num* compro sabonete, eu não compro pasta de dente. Entendeu? Né bom não? É jóooia!”

A rotina na instituição é agitada. Tulipa costuma tomar banho e se deitar às 17h. “Tomada banho, deitada, cheirosinha, deitada. Cinco horas. Chego lá... chego... palavra

cruzada... pronto. Durmo a noite toda. Às vezes eu acordo, fico assim pra lá e pra cá, pra lá e pra cá, depois durmo. Cinco horas da manhã é um... fuzuê, que... um reclama, um fala... Não quer tomar banho, ‘fulano, vai tomar banho! *Bertano*, num sei o que...’ Sabe como é? Então eu me acordo, cinco e meia minha companheira acorda, puuuuuxa o negócio (fazendo barulho com a boca indicado o som do puxar), *pá* na chave da porta... essas coisas que a gente não pode evitar, porque é o nosso dia a dia.”

Tulipa tem 80 anos e é totalmente independente para as AVDs. Acostumada com esse tipo de intervenção de universitários na instituição, assume que a entrevistadora também queira saber sobre isso. “Tudo eu faço sozinha, que você vai perguntar isso. Tomo banho sozinha, é... evacuo sozinha, ninguém vai me... botar no banheiro pra evacuar. É... faço xixi, essas *coisa* toda. Vou tomar café, sozinha. [...] Não sei, futuramente... Espero em Deus que eu vá assim longos tempo, né? Tomando e fazendo tudo eu... eu sozinha, né?”

Ela justifica que é normal que as pessoas reclamem e é inclusive importante reclamar, para conquistar mudanças. “Se o povo não vai pra rua bater as *panela*, reclamar porque... num é? Não recebe as coisas boas.” Apesar das reclamações, “que todo mundo reclama”, Tulipa avalia que tem uma vida boa. “A perfeição não existe. A felicidade também num é... a felicidade tá dentro de você. Se você quiser que o dia de hoje seja bonito, a é... né... você é que determina que ele é bonito. Entedeu? Pronto. Eu a.. graças a Deus eu vou dormir alegre, acordo feliz. Porque... acordei. A perna me dói, mas eu espicho ela, ajeito e tal, dou uns... flexão, e levanto.”

Por fim, Tulipa avalia que o mundo “num dá mais pra viver, não”, já que “a vida humana num vale dez reais”, com as pessoas matando “por um celular”. Finaliza seu relato então, dizendo: “Tô aqui, num sei o dia de amanhã. Se eu tô... se amanhã eu amanheço viva ou se amanheço esticada, não sei. Quem sabe é Deus. Que nós vivemos na dependência total... Que se dependesse de mim, eu já tinha ido embora.”

JASMIN – 96 anos: “*Eu tenho fé em Deus de não adoecer, que lá em baixo é... horrível. Lá em baixo é horrível.*”

Jasmin lembra pouco da infância. Ela nasceu na Paraíba, mas sua mãe, recifense, veio fazer tratamento médico na cidade e trouxe a filha. A mãe foi internada no Hospital Centenário e lá faleceu. Jasmin tinha 06 anos e ficou sob os cuidados de uma tia materna. “Com 06 anos me colocaram no Colégio Pritaneu. O Pritaneu que era um colégio que tinha lá na Boa Vista, hoje num existe mais.” Estudou ainda por um período com a própria tia, até que ela decidiu matriculá-la em um colégio interno.

Ela já estava com o “enxoval” pronto quando o pai, que continuou na Paraíba, decidiu se casar novamente e veio buscá-la. “Titia disse: não, vai não G, você não vai levar ela não G, que ela tá matriculada no Colégio São José. Já tá tudo pronto, só falta findar o ano, pra ela entrar, para o ano. ‘Ah, mas... eu vou me casar, ela precisa tá comigo, *num* sei o que...’ Eu sei que fui me embora. Fui pra companhia... Isso foi em junho e ela casou em julho. Eu fui em dia de... Santo Antônio. Chovia que Deus mandava, na estrada afora, daqui pra João Pessoa. Não era calçado, era barro. E fui pra casa dela (a madrasta), onde ela morava. Até ela... até ela casar. Casou no dia 28 de julho. Aí... fui morar com ela.”

Durante a viagem, perguntou ao pai como iria chamar a madrasta. “Ele disse: como você quiser. Eu digo: então vou chamar de mamãe e chamei de mamãe até ela morrer. Morreu com 106 anos”. O pai havia construído uma casa em um bairro novo de João Pessoa, que ainda não tinha energia elétrica, instalada anos depois. “Quem botou luz foi meu marido, que ele era... era, ele tinha a arte de ferreiro, serralheiro... e trabalhou na usina, onde faz lu... tem luz...” Ela lembra que no dia do casamento, com a casa no escuro, corria atrás da noiva, chamando-a de mãe. “Que naquela época, quando havia casamento, o povo dizia: *vamo* ver a noiva, *vamo* pro sereno, *vamo* pro sereno ver a noiva... Quando a noiva entrava, né? E o povo tudo do lado de fora e eu atrás dela ‘mamãe, mamãe, mamãe!’ Chamando ela de mamãe. Aí, eu me lembro disso, ouvi o povo lá fora, disse: eeeita, a noiva já tem uma filha! (risos)”

Jasmin tinha nove anos quando passou a morar com a madrasta e descreve uma boa relação com ela. “Nunca me judiou, nunca me bateu, nunca me entregou a meu pai”. Ela conta que a única vez que a madrasta contou algo ao seu pai foi quando desconfiou do namoro dela com um rapaz que morava defronte e que se tornou o seu marido. Em 10 de setembro de 1936, aos 15 anos, Jasmin casou e viveu com o esposo por 62 anos, até a morte dele.

Logo depois do casamento, o casal se mudou para Santa Maria, no Rio Grande do Sul. A irmã do esposo havia se mudado pra lá e deixado em João Pessoa dois filhos, que pediu ao irmão para levar em seguida. Com o favor, prometeu que haveria emprego pra ele. “Meu marido entusiasmou-se, ‘vamo simboa, pro Rio Grande.’ Vendemos o que tinha... coisa pouca, que a gente morou numa casinha pequena, tinha pouco, ele era... [...] trabalhava nessa oficina, nesse negócio de... eletricidade. Deixou o emprego e a gente vendeu as coisas. Não tinha... A gente foi embora, com os dois filho dele (do cunhado), pra Santa Maria. Tomamos um navio em Cabedelo [...] Era um navio pequeno, só tinha primeira... primeira classe e terceira. A gente como *num* tinha... pouco dinheiro, a gente foi na terceira.”

O navio parava em cada porto que passava e a primeira parada foi em Recife. O casal aproveitou para visitar os familiares de Jasmin. Ela lembra que ao reembarcarem, a terceira classe estava lotada. “Era rede armada, era gente vomitando, era menino chorando, era mijô no chão. Aquele povo que vem... pra ir pro sul. Aí meu velho disse: não vou ficar aqui não, não vamos ficar aqui, vamos subir.” Ela já estava grávida do primeiro filho e o esposo improvisou abrigo em um corredor no convés do navio. “A gente subiu. Subiu... e no corredor, no... no corredor do navio, tinha uma ferramenta, coberta lá... ele arranhou umas *tábua*, minha filha, uns *papelão*... Quando o navio fazia isso (inclinando a mão) que voltava, a água batia que salpicava a gente”. A viagem durou 23 dias.

Chegando em Porto Alegre, ainda tiveram mais um dia de viagem de trem, para Santa Maria, onde o cunhado os esperava. “A gente foi pra casa dele. E a cunhada. Mas nunca dá certo a gente morar com gente. Não queira morar com ninguém, minha filha.” A chegada foi marcada por bastante alegria, até que uns dias depois o esposo de Jasmin perguntou por emprego e descobriu que o cunhado não havia conseguido nenhum. “Daí num prestou. O *vêi* ficou aperreado, ficou... Eu esperando neném, ele desempregado, na casa dos *outro*. É verdade que era a casa da irmã dele, mas era dos *outro*, não era nossa.”

Sem emprego, o esposo foi até o quartel da cidade. “Nesse... nessa região, tinha um oficial que trabalhou com ele no 22 BC em João Pessoa. Ele era... ele era militar, mas ele deu baixa pra casar... Pronto. Quando ele tava no... na esquina... Isso foi mandado por Deus, não pode ter sido por outra pessoa. Esse oficial bota a cabeça na janela, casualmente, pra olhar o movimento, qualquer coisa. Reconheceu ele.” O esposo então pediu para conversar com o amigo, que pediu pra ele voltar no dia seguinte, quando lhe perguntou se ele gostaria de voltar a servir. “Disse: claro, tenente! Que eu tô desempregado, preciso trabalhar. [...] Ele, contou a história dele, contou toda a história, que tinha vindo, tudo... de João Pessoa.” Ele então foi encaminhado pra outro tenente e no dia seguinte já estava de farda. “Aí ficou lá. Pra felicidade dele... nossa! Nós passamos lá... três anos.”

A família do casal se concentrava na Paraíba e em Pernambuco e a vontade do esposo de Jasmin, era voltar a morar perto deles. O tenente chegou a oferecer um emprego no Rio de Janeiro, pra onde o casal ainda viajou, mas passou apenas um mês. Não convencido a ficar, o casal voltou para João Pessoa. Jasmin estava grávida do segundo filho. Ela ficou um período na casa do pai e o esposo na casa do pai dele. O pai dela conseguiu um emprego para o genro, “nas obras contra a seca”. Mas o esposo não recebia salário regularmente e decidiu deixar o emprego. “Papai nem gostou. Não gostou *mermo*, que ele deixou um emprego federal, muito

bom, *num* sei o que... Ele disse: É seu G, é muito bom, mas se pagasse todo mês. Mas não paga. Passa dois, três meses sem pagar e eu preciso de dinheiro."

Tendo família em Recife, Jasmin decidiu se mudar pra cidade com o esposo, ficando um período na casa dos avós, enquanto não conseguiam uma casa e um emprego para ele. Já tinham três filhos na época, que ficaram em João Pessoa, com a madrastra dela. "Então, fiquei procurando casa com ele, tudo... e pedi a vovô pra ver se conseguia emprego pra ele... com tia G, tia C.... Eu sei que falaram... com os *grande*. O governador nessa época era primo do meu avô. Aí meu avô falou pra ele, pra ver se conseguia uma casa na Reeducação (Diretoria de Reeducação e Assistência Social), casa de vila. [...] Emprego... tia G tinha muita amizade com C. C era sogra do governador de Pernambuco, J F."

Com a influência da família, conseguiram um emprego para o esposo de Jasmin na companhia energética, onde ele trabalhou até se aposentar. "É a Celpe hoje, antigamente era Ce... era *Trami* e era dos ingleses (The Pernambuco Tramways & Power Company Limited)". Jasmin então voltou pra João Pessoa, pra buscar os filhos, enquanto o esposo dormia na casa dos avós dela e fazia as refeições no trabalho. Com os três filhos em Recife, alugaram uma casinha que ficava no "oitão" de outra casa, na Caxangá. O imóvel não comportava muitos móveis e Jasmin lembra que as cadeiras ficavam penduradas nas paredes.

Em um dia comum, Jasmin lavava roupas quando recebeu a visita de um funcionário da prefeitura procurando por ela. "Porque meu avô botou meu nome na casa, pra lá, não foi o nome de A (esposo), foi no meu nome. Disse: Sou eu doutor, sou eu. 'Eu vim buscar a senhora pra ver uma casa em Areias, a senhora quer ver a casa?' Eu digo: graças a Deus! Quero doutor, pelo amor de Deus! Quero! Fiquei tão contente..." Jasmin trocou de roupa, deixou o filho mais velho cuidando dos mais novos e foi na "baratinha" (carro bem pequeno com dois lugares na frente e uma carroceria fechada) até a Reeducação, que funcionava na Rua da Aurora, para buscar as chaves da casa. "Aí eu fui com o motorista pra Areias, na rua do... Padre Lima, número... número 58 se não me engano, eu sei que era Padre Lima."

Jasmin conta que a casa tinha uma sala, dois quartos, uma cozinha, um banheiro e um pequeno quintal. Na ocasião da visita a casa estava suja, com caixas de injeção, gazes e algodão espalhados. "Tudo *caiado* de amarelo, ninguém podia cai... pintar de outra cor. Todo mundo a... era tudo amarelo. Acredita? Todas as casas. Ninguém podia... nem podia pegar... pregar quadro nas *parede*, pra não ter buraco. Mas meu velho fez e botava." Jasmin aceitou a casa e a família teve que passar por um exame de saúde obrigatório, antes de poder se mudar.

Ela e o esposo fizeram uma limpeza pesada na casa, antes da mudança. Jasmin lembra que havia muitos carrapatos nas paredes e percevejos nas camas. O morador anterior tinha morrido de tuberculose e ela e o esposo acabaram se contaminando. “Eu apanhei inflamação na pleura, meu marido apanhou tuberculose.” O esposo de Jasmin chegou a passar um ano de licença do emprego, para se tratar. Um tio dela era enfermeiro, funcionário público, e conseguiu facilitar o acesso da sobrinha aos exames. Para se tratar, contou com a ajuda do avô, que pagou todo o tratamento particular. Duas vezes ao dia ela tomava injeções, que eram aplicadas pelo esposo de manhã e à tarde pelo tio enfermeiro.

Já o tratamento do esposo era com comprimidos. “Esse remédio era muito ruim, uns *comprimido* grande... ele me escondia muito, ele *num* tomava. Peguei uma vez ele jogando fora, eu digo: A, *num* pode! Que o governo dava e era remédio próprio pra isso, exclusivamente. [...] Eu sei que foi um ano, nessa luta.” A cada três meses ele passava por uma radiografia, até que perto de completar um ano de tratamento, recebeu alta. “Aí tirou um, graças a Deus tava todo curado. [...] ele morreu cansado, ele tinha problema de asma, apanhou uma asma que não sei como... ele ficava muito cansado. E toda vez que ele ia no médico pedir a radiografia, aparecia a cicatriz... da... no pulmão... sobre o tratamento. Pronto, ficou bom. Morreu com problema de asma, em aparelho respiratório.”

O casal morou nessa casa durante três anos, até que perceberam que um vizinho, guarda civil, chegava em casa à noite bêbado e batia na esposa. O esposo de Jasmin fez uma denúncia na Reeducação e pediu para que conseguissem outra casa pra ele morar com a família. Eles se mudaram então para Santo Amaro e pagavam trinta e um cruzeiros pela casa, até que “abriu decreto né, negócio lá... quem quisesse comprar, ela a título de compra... podia fazer negócio” e eles compraram. Hoje, Jasmin mantém a casa alugada e com a renda extra, consegue pagar o plano de saúde. Na época, o casal passou a pagar pouco mais de 100 cruzeiros por mês, “até terminar, não sei quantos anos”.

Jasmin conta que passou a morar só depois que o esposo faleceu. “Pagava uma pessoa, faltava”. O filho mais velho chegou a lhe convidar por três vezes para morar com ele, mas na falta de convite da nora, ela preferiu não aceitar. O casal tem duas filhas, ambas adultas e casadas, de modo que moram só. O apartamento em que vivem tem um quarto com banheiro, desocupado, que o filho ofereceu a Jasmin. “Ele me chamou na vista da... da nora. Mas a nora *num* disse nada, ficou calada. Aí eu *num* ia, de jeito nenhum eu ia. Tornou eu... fui lá outras vezes, passar um fim de semana, ele tornou a me chamar, na vista dela. Ela calada *tava*, calada ficou. Pronto... A última vez eu *tava... tava* na minha casa. Ele foi me visitar e a gente

conversando, eu digo: É meu filho, eu vou pro... pra, procurar um lar, um abrigo. ‘Não há necessidade não, mãe. A senhora pode ir lá pra casa.’ Eu digo: não meu filho, vou não. Vou pro abrigo. Também... não disse a ele, até hoje não disse a ele.”

Ela teve 6 filhos, três ainda estão vivos, dois moram em Recife, nos bairros da Torre e Boa Viagem, outro mora no Janga, em Paulista, região metropolitana. “Um tá doente que eu nem sei como é que ele tá, ainda não fui lá vê-lo. Que é o mais velho, tá com 82 anos, vai fazer agora no dia 31, desse mês. O que nasceu em Santa Maria... O outro é caçula, o que mora no Janga é caçula. Tá com 60 anos, o caçula. Mora no Janga... É, ele é... ele viaja muito, ele é representante. Viaja muito a São Paulo, a reuniões com os *empresário*. Viaja muito a João Pessoa... Aqui no Recife, viaja o interior todo quase...”

Jasmin aceitou a ajuda de um pastor, que é também médico de um hospital público da cidade e prometeu levá-la na instituição, assim que tivesse uma folga. Algum tempo depois, em abril de 2014, ligou para ela, chamando pra ir no mesmo dia. Eles foram atendidos por um funcionário que mostrou toda a casa, mas informou que não tinha vaga. Em julho, Jasmin voltou a falar com o pastor sobre a vaga, já querendo buscar outra instituição. O pastor novamente entrou em contato com a ILPI e eles voltaram a visitar. Ainda não havia vaga, mas dessa vez a diretora da época prometeu que Jasmin seria a primeira a ser chamada, quando a vaga surgisse. Ela ainda passou o dia na instituição, para conhecer melhor e fazer o teste.

No início de agosto, recebeu o telefonema do pastor, avisando que havia uma vaga. “Eu digo: o senhor tá brincando comigo?! ‘Não, eu não tô brincando com a senhora, eu tô falando a verdade’. ‘O senhor tá falando a verdade mesmo?’ ‘Ah, ela telefonou pra mim, dizendo que lhe avisasse que o seu lugar *tava* pronto, que a senhora se preparasse, pra levar um guarda roupa de solteiro, cama de solteiro, a cômoda...’ Aí... eu já tinha a minha cama, trouxe. A minha nora com... comprou um guarda roupa, comprou a cômoda e a mesinha de cabeceira. Tudo isso eu trouxe. Eu cheguei aqui no dia 11 de agosto... de 1914... 2014. Vai fazer 4 anos agora em agosto. E aí terminou a minha história.”

Apesar de sinalizar o fim do relato, Jasmin continuou contando sobre sua vida, já na ILPI. Hoje ela divide quarto com Bromélia, mas teve uma primeira companheira que teve que se mudar para o anexo que fica nos fundos da casa principal. “Chatinha demais... Muito chatinha, mas a gente... a gente tem que saber viver, né minha irmã? Vivi com ela, mas ela adoeceu de uma forma que teve que descer. Que quem adoece, desce. Eu tenho fé em Deus de não adoecer, que lá em baixo é... horrível. Lá em baixo é horrível. Aqui nós *temo* banheiro, lá em baixo parece que são quatro banheiro pra todo mundo. E diz que é mijo pelo chão, é cocô, quando

num... quando num... sei lá. Essa que tá morando aqui comigo contou, a outra também, que mora lá... Diz que é horrível, horrível... banheiro... Então, eu já disse, eu espero não descer. Eu dou a... ajudo, como eu já ajudo as *cozinheira* e elas aí trazem o meu almoço, né? Eu compro minhas coisas, eu lanche, almoço, janto... num desço. Nunca desço pra jantar, muito difícil. Como aqui. Pão... como queijo”.

Jasmin está com uma dieta restritiva, por causa da concentração excessiva de potássio no sangue. Ela sentia muita dor de barriga e enjoo. “Mas não era no... pra tá no banheiro. É aquela dor enjoada, sempre, sempre, sempre, sempre. E eu fui pra casa da minha nora, com meu filho, e... lá minha nora foi pras... pra uma aula e na saída dela eu fiquei sozinha. Fiquei sozinha, lá, vomitei muito, foi uma coisa séria. Vomitei, vomitei. E a dor na barriga, a dor na barriga... Quando ela chegou da aula, eu disse pra ela”. No outro dia, a nora a levou pro hospital, onde fez exames de sangue e urina. Jasmin precisou ser internada na UTI. A nora a acompanhou.

No dia de seu relato completavam oito dias que ela havia sido internada e ela mostrava nos braços os hematomas provocados pelas injeções. “Quando a gente saiu da UTI era nove horas da noite. Nove *hora* da noite. Cheguei em casa, tomei um... No outro dia, ou foi no outro, foi que ela veio me dizer, que o médico tinha dito que eu *tava* correndo risco de vida. O potássio que subiu...” Jasmin esperava a visita da nora no horário do almoço, com os resultados de exames solicitados na ocasião. “E agora encerrou viu, minha irmã?”

BROMÉLIA – 82 anos: “*Aqui que é o lugar de quando a pessoa não tem família viver. Quem tem vive e eu que num tinha?!*”

Bromélia nasceu com sete meses e dos seis irmãos que sua mãe lhe deu, apenas um, mais velho, sobreviveu. O nascimento foi na cidade de Goiana-PE, mas lembra que sempre se mudou muito com os pais. Das mudanças na infância, lembra de um lugar que morou e não tinha casa. “Me lembro que eu tinha doença de olho, ficava sentada numa rede, mas *num* tinha... *num* tinha... casa. Era um lugar que guardava coco, aqueles *lugar*, aqueles *pau* assim... Quando eu dava... Dava um relampo (relâmpago) e eu tava na rede e eu clareava todinha. Então a vida da gente era assim, tanto fazia papai tá aqui como ir *simbora pr’ outro* canto. Era que nem... Num esquentava lugar não, era assim”.

É do pai que guarda mais lembranças. Ele costumava bater na mãe de Bromélia e no irmão. “Ele *num* era um bom pai, *num* era um bom marido... [...] Ele tinha um cavalo, uma besta. Dava naquela besta, do jeito que dava na besta, dava em... no meu irmão. Então ele (o

irmão) vivia muito abatido, ele era calado, caladinho e tudo... trabalhador, respeitador, que nem pai..." Apesar de trabalhador, o pai, além de bater na esposa e no filho, também mantinha relacionamentos fora do casamento. "Só vivia atrás de viúva... atrás de viúva e... Assim, tinha dois *filho* de outra mulher e eu conheci outra mulher dele. [...] E mamãe calada, aguentando tudo isso e ainda apanhar?" Para Bromélia, não só a mulher deve respeitar o homem, como o homem também deve respeitar a mulher.

Os pais chegaram a se separar algumas vezes e Bromélia ficava sempre com a mãe, que chegou a construir uma casinha, em um "pedaço de chão" que ganhou. "Ela fez dois *vão* e uma *cozinhezinha*, um quarto e uma salinha. Só. Esses três *vão*, a gente morava. Nem porta de cozinha *num* tinha direito." A mãe também trabalhava bastante, fazendo corda e ajudando o esposo, quando estavam juntos. "Mas ele não se conformava com isso, era pau. Não sei porque que dava... Dava porque ela reclamava que ele dava no filho, né? [...] Aaah, eu... comigo não. Deu duas vezes em mim, *oia* (batendo as palmas da mão) *escapoli*."

Até que a mãe faleceu e Bromélia teve que morar com o pai, já que era menor de idade. "Tomei banho, botei a roupinha debaixo do braço, fui-me embora. Eu até disse assim a ele: papai, não dê em mim não que eu não tenho mais mamãe." Bromélia conta que cerca de oito dias depois de se mudar pra casa do pai, ainda vestindo luto, foi mandada pra casa de uma família em Recife. Ela lembra que sofreu muito nessa casa: "Até pontapé eu levava do filho dela (a dona da casa)". E até hoje sente-se magoada com o pai, por ele a ter deixado na casa, sem notícias. "[...] passei um mês e quinze dia, comi *brocha* nessa casa. Ai fiquei com raiva dele. A gente tem uma filha só, deixar vir pro Recife e não procurar saber como é que ela está. Quando eu cheguei lá fiquei revoltada (falando mais alto). [...] Não adianta não. As pessoas tem gênio e tem que botar pra fora, se não morre (falando ainda um pouco exaltada - pausa)."

Bromélia pedia todos os dias para voltar pra casa e conta que o esposo da "patroa" sempre prometia levá-la. "E eu todo dia pedia e ele lá sentadinho, que já não tinha saúde mermo. E ela não, e ela com a.. com a cabeça levantada assim, braba que só uma foice." Ainda assim, lembra que anos depois, quando esteve desempregada, voltou a ficar nessa casa, enquanto procurava emprego. "Aí ela disse: Bromélia, tu num quer trabalhar aqui não? Eu disse: quero não, Dona... Ela achou ruim... 'Trabalhar com a senhora, quero não...' Mas ela sempre me acolhia lá e eu saía pra procurar emprego, sabe?"

Bromélia ainda voltou a morar com o pai e conta sobre vários dos eventos que lembra ter passado com ele e das atitudes do pai que não concordava. Certa vez, ele bateu no filho de uma das viúvas com quem ele se relacionou. "Aí a polícia mandou chamar ele. Quando mandou

chamar ele, aí ele pegou as *trouxa* de novo (batendo palma) foi-se embora lááá pro... pra pegar o... o... o... a... o bote, pra ir pro outro lado. Aí ele foi indo... podia nem andar, que ele tinha uma forquilha no pé que não podia calçar e nem botar o pé em pé. Aí foi com a bunda no chão, se arrastando, arrastando, arrastando... Arrastando até lá, pra pegar o bote. Pegamos o bote, fomos embora pro outro lado.”

Ela permaneceu com o pai até que decidiu pedir ajuda ao irmão, que já não morava mais com eles, aproveitando uma ocasião que o pai saiu pra pegar caju e fugindo de casa. Além do irmão, Bromélia tinha um tio materno que morava na casa que era da mãe dela e conhecia ainda outras pessoas, do tempo que morava com a mãe. “Titi... titi ainda era vivo, agora titi tinha uma mania de querer que eu fosse morar com ele. Não, ele é tio, não é pai. Não vou. Aí eu tava aqui... trabalhando aqui no Recife e de vez em quando eu ia lá. Ia... tinha dia que eu chegava lá ele tava *bêbo*, conversando com os *pariceiro* dele, me esculhambando, dizendo que eu estava amigada aqui no Recife. Tinha mais essa, eu guardando essa...”

Bromélia veio morar em definitivo em Recife e ficou trabalhando como doméstica. Lembra que costumava ficar pelo centro da cidade, procurando emprego o dia inteiro. Se não conseguia emprego, voltava pra casa da família que a acolhia e para pagar o favor, “quebrava o galho” na limpeza da casa. Poucos empregos eram fixos. “Não parava em canto nenhum. Só teve duas *casa* que eu parei. Foi uma da... uma que a menina eu quando fui pra lá ela *tava* com cinco dias de nascida, eu fui pra cozinha. C... Aí eu passei seis anos e sete meses lá nessa casa. Ela hoje tá nos Estados Unidos, já casou-se... Passei seis anos e sete meses nessa casa. E outra lá no... no... lado do... no Grande Hotel, aquele Edifício JK. Trabalhei ali seis anos e sete meses também... numa casa.”

Ela lembra que no período que estava empregada precisou passar por uma cirurgia e teve dificuldades pra conseguir todos os procedimentos nos hospitais públicos, já que sua carteira de trabalho estava assinada há poucos meses e o acesso à saúde dependia de emprego. O primeiro médico que a atendeu teria se recusado a realizar a cirurgia, argumentando que ela não teria direito. Só com a intervenção de familiares dos patrões dela e em outro hospital, com outro médico, foi que conseguiu a cirurgia gratuitamente. Bromélia lembra do nome do médico e o elogia. “Logo depois que ele me operou faleceu. Um bom médico. Bom médico”. Também lembra que no período que ficou internada, acabou conhecendo os visitantes de outros pacientes. “Eu já tava esse tempo todinho com eles, né? As *pessoa* já... as visita delas já me conhecia. [...] Pois bem... Então são essas coisas todinha que acontece na vida, né? Minha filha... Eu sei que

passei isso tudo, mas tô feliz.” Bromélia se aposentou por tempo de serviço, cerca de 20 anos atrás.

Para Bromélia, “tem que suar a camisa pra poder comer”. Já que ela mesma trabalhou desde muito nova e não “morreu”. Lembra que na infância levantava cedo, mesmo antes dos pais, que continuavam dormindo enquanto ela ia “pro mato”. “Pegava coco, caju, manga... pra comer. Aí pegava aquele coco, chegava na venda, vendia aquele coco, trocava aquele coco por pão. As vezes dava mais dinheirinho, pouquinho, ele me dava trocadinho, na minha mão, eu vinha me embora pra casa. Chegava em casa, comia um prato de papa de farinha de trigo com leite de cabra. E ainda comia um pãozinho... um pãozinho daquele. Então a minha vida foi assim, eu não tive vida de mama... vida de... de tá dormindo nove, dez horas.”

Bromélia fez algumas amizades ao longo da vida, que mantém até hoje e chegou a morar com várias delas. Conta que uma amiga em particular não a visitou mais, “porque enricou e nunca mais veio aqui.” Sobre as outras, Bromélia conta em especial de uma que tem 15 filhos, que ela acompanhou de perto. “Tem dez do primeiro marido e cin... e... cinco do segundo”. Ela costuma ainda passar algum tempo na casa dessa amiga, ou mesmo de algum dos filhos dela, e estava se preparando pra passar uns dias com ela. “É porque é longe, eu tenho que... o pastor... me levar de carro, né?”

Ela conta que a amiga sempre a deixava acompanhada por um dos filhos quando precisava sair e Bromélia diz que até hoje tem saudades dele. “Ele era zelador, ele... às vezes ele cismava com a minha cara, mas ele gostava de mim. Às vezes ele olhava assim, dizia: esse menino parece que não gosta de mim não... Mas é porque ele bebia. Ele bebia... mas ele é uma pessoa muito boa mesmo. Ainda hoje eu tenho saudade dele, tenho”. Bromélia conta ainda sobre vários outros amigos e seus filhos, com quem conviveu e viu a família crescer.

Ela lembra em especial de um “belo amigo” que era casado. Houve um período que a mulher dele adoeceu e precisou ser internada, período em que se aproximou mais dele. Bromélia conta que o casal teve muitos filhos e ela acompanhou o nascimento de todos. De um dos filhos “ela quaaase morre dele, porque ele tava crescendo nas trompa. Quase morre, esse ela quaaase morre. Acho que o *veio* (velho) tava com *oio* (olho) em mim! (risos)” O amigo sempre a procurava e ela conta que em uma ocasião ele perguntou: “Bromélia, se eu ficasse viúvo, tu se casava comigo? Eu disse: não. Eu disse não, que os filho dele é, ó... Deus me livre, Deus me livre! De aperreio já chegou...”.

Ainda assim, Bromélia chegou a morar na casa desse casal algumas vezes, mas sempre se desentendia com a mulher e saía. “Era muito ciumenta, brigava com o marido que só. Brigava

que só, ainda hoje arenga... ainda hoje arenga. Aí ali não deu pra mim não”. Mesmo depois de se mudar, o amigo sempre lhe procurava e a convidava pra voltar pra casa dele. “Peguei minhas *coisinha*, fui pra lá, depois de aborrecimento eu saí, depois voltei de novo... Que eu queria tá num quartinho só, sabe? Mas aí depois ele ajeitou... eu botei um dinheiro, né? Pra ajeitar um quartinho pra mim lá. Fui pra lá... que eu... Depois fui morar na frente, num quartinho, pagando R\$200,00. Mas o buraco onde eu morava por lá era uma... é uma taxa que dá pra água e luz, uma taxa.”

A esposa do amigo chegou a questionar se ela estava mesmo pagando os valores e ela então saiu de lá em definitivo. Foi então que pediu ajuda ao pastor, para conseguir vaga na ILPI, onde já completou 6 anos. “Eu pedi a ele pra vir pra cá, que eu já conhecia [...], eu já tinha me inscrevido, a muitos anos, eu já tinha me inscrevido. Aí eu já conhecia”. Bromélia não se lembrou da possibilidade de ir morar na ILPI, assim que se aposentou, mas, avaliando as mudanças pelas quais passou, preferiria ter ido pra instituição antes. “Não tinha vindo quebrar a cabeça... Não, tinha vindo logo *praqui*. Quebrou muito a cabeça, a gente de trouxa, daqui, *pr’ ali*, pra acolá. Já chega. Desde o início da minha vida que era trouxa, né? Como eu lhe dizia, até papai não parava em canto nenhum. Aqui que é o lugar de quando a pessoa não tem família viver. Quem tem vive e eu que *num* tinha?!”

Hoje o amigo mora no interior, mas já a visitou na instituição. “Aí ele teve aqui. Aí veio ele e outro, que ele não pode andar mais só não, que ele tá diabetes, tem problema de coração... Aí... ele... lá... me abraçou, me abracei nele ‘*nego severgonha! Nego severgonha!*’ O colega dele assim sentado e eu ‘*nego severgonha! Nego severgonha!*’ ‘E você pode sair aqui?’ ‘Posso sair, só avisando, aí eu posso sair.’ ‘*Nego severgonha!*’ Mas eu num vou não... por causa da mulher dele. Por ele eu ia, mas por causa da mulher dele... Mas eu gosto muito da família.”

JACINTO – 75 anos: “*A gente quando tá velho num é a mesma coisa não. Se cansa do dia a dia, dessa vida... vai e vem... os problema da vida... a idade... A gente se cansa.*”

Jacinto nasceu em Recife e foi criado pela avó. “Então, um camarada disse: rapaz, você tem um cheirinho... desculpa eu perguntar, fosse criado por vó? Eu disse: fui. Ele disse: porque você tem um cheirinho de vó. Eu tenho um cheirinho de vó...” Para ele, sua infância foi “frustrada”. Conta apenas da lembrança de um amigo da época, com quem manteve contato até mais velho e que em certa ocasião disse que a vida de Jacinto “dava pra escrever um livro”.

Jacinto não concluiu os estudos e se culpa por não ter estudado o suficiente. “Eu me revolto comigo mesmo, me subestimo. *Num* pode ser assim, né? Subestimar a gente mesmo? Num pode...” Ele cursou até o terceiro ano do curso primário. “Adoro ler mas... não tenho condição de tá lendo, né?” Também iniciou um curso profissionalizante, em uma escola pública. Ele lembra que “Eles dão um lanche... É muito bom. Tem muitas profissões. Bordado, pintura em tela... Agora tem coisa assim que é mais pra mulher, né? Os *outro*... pintura em tecido, tem várias coisas, você tem que decorar aquilo. Eu tentei, mas não consegui, não. A pessoa tem que ter a memória muito boa...”

O pai de Jacinto era pedreiro e foi com ele que começou a trabalhar. “Peguei serviço pesado... Cavava alicerce, carregava tijolo, fazia massa, peneirava areia, carregava barro, carregava água. Mas depois... que todo serviço de construção é pesado né? Até cheguei a me acidentar: uma vez uma tábua caiu em cima do meu dedo.” Também trabalhou como ajudante de mecânico e lembra das dificuldades e dos apoios que recebeu naquela época. Ele morava em uma pensão na Bomba do Hemetério e conta que no intervalo do almoço só dava tempo mesmo de ir em casa almoçar e já voltar pro trabalho. “Aí um camarada lá disse: vamo falar com o gerente pra Jacinto almoçar aqui...”. Então a firma passou a pagar seu almoço.

Mesmo depois de ter começado a trabalhar, sentia vontade de “aprender uma profissão”, mas julga que começou tarde. “Estudei no Ageu, saí... Tava fazendo computação, mas desisti. [...] Porque computação *num* é muito fácil, né? Aí depois eu *num* estudei mais não.” Jacinto é aposentado, “assalariado”, e a renda não é suficiente para todas as suas necessidades. Ele conta que está com a prótese dentária desgastada, precisando de uma nova e que também precisaria respeitar uma dieta restritiva; entretanto não tem condição financeira. Já a família, ao contrário dele, “hoje num são pobre... Eu sou pobre. Eu sou pobre... eu sou... E acho que pobre de espírito também.” Ele pensa que precisaria de muita força de vontade, para mudar a condição de pobreza. “Querer é poder quando a gente tem condições, nasceu numa família rica. Mas quando o camarada nasce numa família pobre, tem que ser pobre também. Aí não tem muita condição.”

Jacinto se mudou pra ILPI por vontade própria, considerando a idade avançada, mesmo tendo sido convidado por uma tia, pra morar na casa dela. Ainda assim, julga que a família não se importa com ele. “Tem gente mais ou menos na minha família, sabe? Tem condição... Mas eu num... Ele num... ligam pra mim não. Nem vem me visitar aqui. Alega que *num* tem tempo, mas *num* é não, é porque *num* quer vir, né? Que é que eu posso fazer? Aí eu tô só, né?” A mãe de Jacinto tem 93 anos de idade e mora com essa tia que o convidou pra morar junto. “Minha mãe tá velhinha... É branquinha ela... Diz que ela chama muito por mim... ‘Jacinto! Jacinto!’

[...] porquê ela queria que eu morasse lá, né?” Além da mãe e da tia, no mesmo imóvel, um duplex, moram uma prima e um primo. “Pessoal mais ou menos, sabe?”

Ele recebe visitas apenas de um irmão, cerca de duas vezes por mês, e de uma sobrinha. Jacinto justifica que a sobrinha, mesmo com o carro que o pai deu a ela, está muito ocupada agora, com dois empregos, e tem visitado menos. “E os outros *num* vêm, *num* aparece um. Eu tenho uns *primo* que nunca... nunca vieram aqui. Tenho família por aí, mas *num* vem um. Eu tô só. Casar eu num caso mais, porque nessas *altura* do campeonato, num desenvolvo... aí fica difícil.”

Quando precisa de alguma coisa, Jacinto precisa pedir ao irmão, inclusive quando quer sair. Recentemente, pediu para cortar o cabelo e o irmão atendeu. “Tem um barbeiro ali na frente, do lado esquerdo, foi ali, foi R\$15,00. Não foi caro, não”. Jacinto sente medo de sair só, de se sentir mal e cair na rua: “Eu não sei, parece que é uma fraqueza, né? Um esgotamento...” Ele tem ainda uma irmã, com quem chegou a morar antes da ILPI e que o visita com pouca frequência. “Ela veio aqui algumas vezes. Fim de ano ela veio... Ela vai pra casa da minha cunhada, minha cunhada traz ela. Vem minha cunhada, meu irmão, o marido da minha sobrinha... Eu tenho sobrinha que tem um filhinho, aí...”

Quando veio morar na ILPI, Jacinto conhecia a instituição “de nome”. Ele se mudou apenas com uma “sacola” pequena. “Num deu *nem pr’ eu* trazer minha bíblia, comprei um livro: Jesus Cristo é o maior psicólogo que já existiu”. Para Jacinto, “Deus é tudo. [...] Ele é general dos generais, mestre dos mestres, advogado dos advogados, juiz dos juiz, psicólogo dos psicólogos, mestre dos mestres. Deus é tudo né... Médico, ele é médico... Deus é tudo.” Ainda assim, Deus não pode fazer pelas pessoas, aquilo que elas mesmas podem fazer. “Deus faz milagre né, quando ele quer fazer, né?”

Jacinto tem 75 anos e julga que agora está velho pra fazer qualquer coisa. “Aí dizem: tá nada, eu digo: tô. A pessoa com 70 anos já se considera velha. Que a palavra de Deus diz: o que passa do 70, o mais é enfado e cansa. A gente perde o brilho do rosto, o cabelo começa a cair, eu não tenho mais cabelo aqui... aqui atrás. Problema na vista, geralmente, né? Problema de coluna...” Pra ele, deve-se “lutar” enquanto é novo, pois na velhice fica difícil. “A gente quando tá velho num é a mesma coisa não”. Ele elenca as perdas e conta que até o timbre de sua voz se modificou. “Eu cantava muito bem, agora eu vou cantar... aí fico cansado...” Além dos aspectos físicos, também se cansa do dia a dia e dos problemas da vida.

Ele reconhece que deveria passar por tratamento psicológico e lamenta que na instituição não tenha um profissional da área. Já chegou a iniciar terapia fora da ILPI, mas não

deu continuidade. “É um problema que trava, sabe? Minha vontade...” Seu principal desejo era se casar, mas acha que precisava ter “estrutura” e ser mais decidido, já que o casamento é uma decisão séria. “Eu tenho retardamento. Mas eu não consigo namorar de jeito... realmente. Parece... pra mim tudo é... parece uma desgraça... vai acontecer alguma coisa. [...] A pessoa só... é ruim, né? E a frustração mata, né? Frustração mata, você fica mais cansado...”

Jacinto tem dificuldade para cuidar de si e julga que teria que gostar mais dele mesmo. “Se eu não gosto de mim, eu não me cuido, não gosto de mim... como é que eu vou gostar de outra pessoa?” Ele conta que descuida até de sua própria apresentação pessoal. “Eu sou muito moroso... as *unha* às vezes fica grande, o cabelo... eu não tenho dinheiro pra cortar... Às vezes tem pessoas que vêm aqui, cortam o cabelo, né? Às vezes fico indiferente, o cabelo fica muito grande... Às vezes a barba cresce e eu... eu *num* tenho dinheiro pra...”

Jacinto conta que acaba sendo alvo de piadas ou pena. “Eu sou o coitadinho daqui [...] Eu me sinto o coitadinho... Mas um homem não pode ser assim, né? Eu sou fraco. Eu conheci um camarada [...] Aí ele disse a mim uma vez: eu tenho pena de você, você é fraco. Fraco... eu tenho medo de tudo no mundo. É... Meu irmão disse uma vez: Jacinto não pisa no chão. Mas é o destino, né? Cada um tem um destino.” Apesar de concordar que todos nascem com um destino “traçado por Deus”, também reconhece que cada um tem que “se dirigir na vida”.

Assim, também reconhece que tem um papel nos conflitos que enfrenta na ILPI. “É feito o inimigo, se você der uma brechinha ele entra... Aí esse da poltrona, (companheiro de quarto dele, que estava sentado quando chegamos e se retirou) é um camarada quer... botar a culpa toda no Diabo. Às vezes a pessoa tem culpa também, porque dá lugar né, aí ele entra né? [...] Eu sou o coitadinho daqui...”

DELFINO – 72 anos: *“Eu tive... eu tive mulher e eu... eu não precisei... ela que cuidava de mim. Eu vim... eu vim praqui pra ser... as cuidadoras tem atenção, cuidam de mim no que precisa, mas tocar no meu corpo não”*

Delfino lembra o dia em que nasceu. “Dia 29 de abril de 1946, às 15 horas e 20 minutos. Eu escorreguei pel’um túnel quente e caí na mão da mulher que me deu uma palmada no bumbum e eu chorei até... até hoje eu fiquei traumatizado”. Toda a família fazia parte da mesma religião e ele conta que foi educado em uma das igrejas da cidade, que foi fundada pelo seu avô. Já o seu nome foi dado por causa de um tio, que fez parte da fundação da associação da igreja, sendo o presidente responsável também pela fundação da ILPI onde Delfino mora hoje.

Os estudos dele foram na escola da própria tia: “Ela me ensinou tudo de matemática, português, geografia e história. Ainda sei das coisas hoje, que a minha memória tá... tá boa.” Foi na igreja que conheceu sua esposa, aos 17 anos. “Namoramos durante 7 anos, noivamos durante 5 e casamos em 1971 e em 73 nasceu a primeira filha, que é a S. Dois anos depois nasceu o segundo, E, e cinco anos depois nasceu o terceiro, Eg.”

Ele trabalhou a vida inteira no antigo laboratório farmacêutico, Ciba-Geigy: “Laboratório Suíço, exigia que eu estudasse sobre psiquiatria, sobre comportamento humano, sobre cardiologia, sobre...” Delfino conta que por causa dos estudos que a profissão exigia, conhece as pessoas “só de olhar”. Por ter trabalhado muito tempo na área, conta que já teve ocasiões que ajudou a família com problemas de saúde. “Hoje eu conheço, eu posso dizer... e já provei pra minha filha, eu conheço o corpo da mulher mais que muita mulher.” Se referindo a uma ocasião que aconselhou a filha a levar a neta ao ginecologista, por suspeita de endometriose, recomendando inclusive o possível tratamento medicamentoso.

Um dos irmãos de Delfino passou por problemas psicológicos e “surtou”, por causa “de uma amizade que ele tinha que... envolveu-se com bebida e... nes... nessa envolvimento tiveram um problema lá, que precisou ligar pra polícia chegar e a polícia naquela época só chegava batendo. E bateram... bateu nele e no meu irmão, ele foi parar no Hospital Getúlio Vargas.” Ele conta que fez o acompanhamento do irmão no hospital, conversando com os médicos. “Aí foi pra lá, teve outras crise, por causa do trauma que sofreu, aí foi bater na Tamarineira. Ali... ali foi que deram a ele uma dose de Trofanil de 25, que é um antidepressivo, pra controlar o surto dele e levar ele de volta pra casa, com a medicação chamada Anafranil, que é mais leve. Tem a mesma substância, tem a mesma função, e ele passou a tomar, até que faleceu.”

Delfino já sofreu um ataque cardíaco e dois acidentes vascular cerebral (AVC). “Fiquei impossibilitado de falar direito, de andar normal, eu tenho... um peso na perna. [...] Já num ando... ando bem devagarzinho e assim vou vivendo.” Como os filhos trabalham e estudam, depois da morte de sua esposa, foi para ILPI, onde está há apenas 8 meses. Um de seus filhos é professor de “informática” de uma universidade e frequentemente viaja para dar aulas em outra universidade, no sudeste. “E assim... esse é o que pouco me visita. Ele é muito cheio de atividade. Apesar dele morar aqui pertinho. Mas olha que ironia, ele mora aqui pertinho.” Um outro filho e a filha, moram cada um em uma casa de Delfino. Além da moradia, ele repassa o valor da pensão por morte da esposa, para esse filho, que não tem renda fixa.

Delfino não costuma sair muito da instituição, mas é comum que os filhos o busquem. “Eu só vou pra lá quando a minha filha faz um... uma lasanha. Aí me leva pra almoçar. Ela faz...”

ou uma feijoada, que a minha cunhada que faz, ou se for... pra igreja, que o pessoal vem me buscar e me traz de volta.” Ele tem nove irmãos, mas só “considera” a irmã mais velha, que é quem o visita. “Eu tenho... tenho um irmão que é pastor e não aparece. Eu... eu... da última vez eu disse a ele, ele *num* tá fazendo certo como pastor não, que pastor é... é... assim como um padre, tem que tá sempre pra ajudar as pessoas... e ele não. [...] E tem uma irmã que inventou de ser diaconisa e também é outra responsabilidade, *num* vem aqui. Não vem nenhum dos nove, nenhum dos nove.”

Também é comum que Delfino receba presentes e visitas de pessoas ligadas ao Sport Club do Recife, onde já jogou. “Então, o tempo passou, eu tive muito envolvimento com o futebol, com a turma do Sport, do Santa Cruz, eu fui muito amigo e passei a ser, quando eu vim *pr’* aqui, lembrado por muita gente”. Como ganhou muitas camisas, em uma campanha de Natal da instituição, vendeu algumas por R\$40,00, mesmo para moradores que não torciam para o time, para com uma parte do dinheiro, ajudar a instituição. “Até me nomearam embaixador do Sport. Eu digo: sou não, eu sou um velho residente.” Delfino conta com o apoio dessas pessoas e de dois filhos. “Eu fico aqui, dependendo da minha filha S, que é a mais velha e do meu filho Eg, que é o caçula, e das pessoas que me conhecem do tempo que eu jogava no Sport. De vez em quando aparece um ou outro aqui, aí vou levando.”

Delfino está com 72 anos e apesar da dificuldade da fala e locomoção, está com a “sanidade normal” e faz questão de manter sua independência no cuidado pessoal. “Eu tomo banho, eu faço minha barba, eu boto a fralda. Não deixo nenhuma... nenhuma cuidadora tocar em m... no meu... corpo.” Ele conta que ao completar 50 anos, se preparando para “o que vinha adiante”, começou a fazer reposição hormonal, com a esposa. “Eu tive... eu tive mulher e eu... eu não precisei... ela que cuidava de mim. Eu vim... eu vim *pr’* aqui pra ser... as cuidadoras tem atenção, cuidam de mim no que precisa, mas tocar no meu corpo não, nem fazer minha barba, não faz não, nem fazer minha... Minha higiene não faz, nem me vestir, não veste, não. E têm umas *pessoa* aqui que depende... que depende de babá. Eu não quero babá não. Eu preciso é de cuidadora.”

Delfino elogia os funcionários da casa e faz questão de tratar todos pelos seus nomes. Também gosta de presentear-los porque são prestativos. “Aqui tem muitas... que... que são pessoas que cuidam direitinho, que cuidam muito bem. Na hora que você precisa, pode contar com ela... E eu sei... eu sei ser agradecido.” Ele conta que uma das cuidadoras deu o nome à filha em homenagem a um dos residentes, Jacinto, e se irrita que o mesmo não saiba sequer a data de aniversário da funcionária, mesmo sendo dependente dela em seus cuidados. Ainda

assim, não acha certo que um outro residente fique “zombando” de Jacinto, além de levantar “calúnias” contra o próprio Delfino. Ele conta que pensa em sair da instituição, por causa dos conflitos com esse morador. “Mas tem... termina ficando desgostoso esse... desse lugar, por causa disso. Porque é difícil você lidar com uma pessoa que você sabe... sabe mais que ele e ele vem lhe ensinar uma coisa que você sabe mais que ele.”

Ao se mudar para a ILPI, a filha teria informado à instituição sobre o ataque cardíaco e os AVCs que Delfino sofreu, para que a equipe de enfermagem tivesse cuidado com ele. A informação teria “vazado” entre os outros moradores. “E esse cidadão veio ficar sabendo e fica dizendo: eu não posso aborrecer você não, você pode ter um infarto e (incompreensível) eu. Não sabe ele que só acontece se for uma coisa excepcional. E eu vou levando, eu vou ignorando ele... Pra mim ele é... ele é um nada a esquerda, um zero à esquerda”. Ele já levou a reclamação à diretoria e conta que o morador poderá ser expulso, caso não melhore a conduta. “Não sabe ele que tá com os dias contados. Que a diretoria... eu tenho acesso a diretoria e a diretoria já falou com a família. Se ele continuar, ele vai embora. É o próximo.”

Em decorrência dos conflitos que enfrenta na instituição, Delfino pensou na possibilidade de morar na casa de sua mãe, com uma irmã que estaria vindo do Rio de Janeiro. “Se ela ficar em Recife na casa da minha mãe em Rio Doce, eu vou pedir pra ir pra lá. Ela pode cuidar de mim. Ela tem saúde e eu posso ajudá-la, com o dinheiro que eu pago aqui eu ajudo a ela nos *artesanato* que ela faz pra vender e ajudo a fazer as coisas lá também, que eu ainda tenho meu cérebro funcionando normalmente.” Mas o presidente da associação que mantém a instituição teria dito que não havia necessidade da mudança, já que ele é bastante respeitado na igreja.

6 DISCUSSÃO

O primeiro tópico desta discussão versa sobre a caracterização do que será aqui denominado de “contextos de desenvolvimento”; compreendendo os aspectos sociais, culturais, educacionais, profissionais e econômicos das trajetórias dos participantes, bem como os marcadores do curso de suas vidas, mesmo biológicos, que os participantes indicam em seus relatos. Assim, será traçado um panorama geral inicial sobre quem são estas dez pessoas que participaram da pesquisa, o que é essencial para se entender os significados que elas produzem.

O segundo tópico da discussão focará os “caminhos para a institucionalização”, destacando em cada uma das narrativas, os acontecimentos que culminaram na entrada dos participantes na ILPI. O terceiro tópico, denominado “percepção de rede de apoio ao longo da

vida”, dará destaque ao que os informantes percebem, ao longo de suas histórias, como rede de apoio social.

Por fim, no esforço de responder aos objetivos deste trabalho, será discutida a relação entre a percepção dos participantes de suas redes de apoio e os significados atrelados à institucionalização, bem como os demais aspectos identificados no processo de “significação da institucionalização”.

6.1 Contextos de desenvolvimento

Os contextos de desenvolvimento são concebidos a partir da perspectiva da RedSig. Assim, os contextos são “constituídos pelo ambiente físico e social, pela sua estrutura organizacional e econômica, [...] sendo ainda marcados pela articulação da história geral e local, entrelaçadas com os objetivos atuais, com os sistemas de valores, as concepções e as crenças prevalentes” (ROSSETI-FERREIRA; AMORIM; SILVA, 2004, p. 26). Chega-se à velhice por meio de um processo que articula a “vida sociocultural, laborativa e individual e de suas desigualdades nas relações e nas práticas estruturadas na dinâmica de correlação de forças” (FALEIROS, p. 542-543).

O contexto, nesta proposta, mais que a condição de “ambiente”, assume também a função de “recurso” para o desenvolvimento, é o seu “meio”. Assim, as pessoas são parte constitutiva dele e o seu desenvolvimento se dá na interrelação que ela estabelece com o ambiente e os recursos disponíveis, podendo também modificá-los ao longo do processo. O contexto oferece certos lugares e posições específicas que cada pessoa pode ocupar, contribuindo também para a emergência de aspectos pessoais específicos e, portanto, circunscrevendo o desenvolvimento (ROSSETI-FERREIRA; AMORIM; SILVA, 2004).

O contexto comporta ainda a “transição”, ou o processo de mudança que se inicia a partir de uma ruptura, e que exige um ajuste entre pessoa e meio (ZITTOUN, 2009). Transições podem compreender marcadores culturalmente compartilhados, como casamento, trabalho e filhos, como também aspectos da trajetória individual dos sujeitos, que foram significados como uma ruptura.

As pessoas que narram suas trajetórias, na presente pesquisa, compartilham a institucionalização em uma ILPI filantrópica, mantida por uma associação de uma igreja evangélica. São também todos idosos independentes, ou seja, sem comprometimentos físicos e/ou cognitivos, que justifiquem a necessidade de cuidados por terceiros na realização das atividades de vida diária (AVDs), ou com grau de dependência baixo, no caso de Delfino. Todos

também têm renda própria, ainda que baixa (no geral, um salário mínimo), o que justifica sua permanência em uma ILPI filantrópica, que cobra até 70% dessa renda, como mensalidade da casa. Todos os participantes, em diferentes níveis que serão discutidos mais adiante, decidiram por conta própria mudar-se para a instituição. A maioria deles, oito do total de dez, são mulheres, o que se reflete no quantitativo total de moradores da instituição, bem como se respalda na literatura (cf., por ex., CAMARANO et al., 2010; CAMARANO; KANSO, 2010a).

A maioria dos participantes compartilha também, o fato de terem nascido e passado boa parte de sua vida, pelo menos o período da infância, em áreas rurais, ou no "interior", como eles mesmos caracterizam. Tulipa sinaliza que apesar de ter nascido em Recife gostaria de ter nascido no interior. Além dela, Jacinto e Delfino nasceram na cidade. Jasmin lembra de sua infância na capital pernambucana, mas nasceu na capital da Paraíba. As participantes que nasceram no "interior", compartilham lembranças positivas sobre sua infância nesse contexto. Margarida, por exemplo, que nasceu em um engenho e se criou em uma usina, diz que a saudade que sente da infância é *"chupar cana dentro do rio, embaixo de uma ponte."* Para Íris, a partir de sua própria experiência, *"Criança em sítio, eles brinca muito, com medo de papa-figo. Pastorava vaca... Era bom. Era bom demais, né?"*

Violeta e Rosa, no entanto, não compartilham dessa mesma experiência. Violeta caracteriza sua família como "muito pobre" e entende que eles ofereceram o que estava dentro de suas possibilidades, não deixando de ressaltar que amou os pais até a morte deles. O pai trabalhava em um engenho, em troca de moradia, uma casa de barro. Assim, além de cumprir suas obrigações no trabalho, ao voltar pra casa ainda tinha que trabalhar na terra em que morava, para plantar o necessário para a subsistência da família, além de cuidar de alguns animais, que também garantiam a alimentação deles. Violeta lembra que ela mesma ajudava nas atividades: *"Carreguei muito balaio de mandioca, muito pote d'água lá debaixo de dentro das canas, entendeu? Muito feixe de lenha da mata. A minha vida foi toda assim. A minha e dos meus irmãos. Ele (o pai) criou 11 filhos, né?"* Discute-se que no contexto do trabalhador rural, tomando-se aqui a liberdade para abranger a análise mesmo para contexto geral de pobreza, a infância e a juventude não desfrutaram dos mesmos privilégios que se desfrutaram nas classes média e urbana. Desde cedo, devem participar dos esforços familiares para garantir sua sobrevivência (WANDERLEY, 2013).

Os pais de Rosa também trabalhavam para garantir o sustento da família: *"Fazenda é assim, o que dá na semana é só pra comer, comprar comida"*. O destino dela foi diferente do de Violeta, já que os pais foram convencidos pelos patrões a deixarem a menina, com apenas

nove anos, a começar a trabalhar para eles também. Assim, ela foi separada da família e iniciou o trabalho como doméstica, em uma das propriedades da família, em Recife. A justificativa que a própria Rosa dá, é que a medida que crescia, queria coisas que os pais não podiam prover, de modo que não poderiam continuar sustentando os próprios filhos. Apesar dessa justificativa e de contar suas lembranças em um tom brando, Rosa lembra também que a mãe não queria se separar das filhas, e ela mesma, hoje em dia, em retrospecto, preferiria não ter se separado da família, lembrando com saudades do clima ameno de Garanhuns, cidade onde ficava a fazenda que morou na infância.

Bromélia também tem suas lembranças de infância associadas ao trabalho e às condições de pobreza dos pais. Ao invés do ambiente rural, a família trabalhava no litoral pernambucano e houve ocasião de não ter casa para morar. Para Bromélia, pensando em sua própria trajetória, é necessário “suar a camisa” para poder comer, lembrando que na infância ela mesma se responsabilizava por conseguir o que comer no dia: *“Pegava coco, caju, manga... pra comer. Aí pegava aquele coco, chegava na venda, vendia aquele coco, trocava aquele coco por pão. Às vezes dava mais dinheirinho, pouquinho, ele me dava trocadinho, na minha mão, eu vinha me bora pra casa. Chegava em casa, comia um prato de papa de farinha de trigo com leite de cabra. E ainda comia um pãozinho... um pãozinho daquele. Então a minha vida foi assim, eu não tive vida de mama... vida de... de tá dormindo nove, dez horas.”*

Além das condições de pobreza, Bromélia também enfrentou violência familiar, com um pai abusador, que batia principalmente no irmão mais velho dela e na mãe. Com a morte da mãe ainda na sua infância, ela lembra do medo constante que sentia morando com o pai e, mesmo assim, ao ser entregue por ele a uma família de Recife, para fazer trabalhos domésticos, ela se sente abandonada por ele. Ela lembra com sofrimento desse evento e conta que se revoltou contra o pai; ele não seguia os padrões normativos de proteção que se esperava para sua função: *“A gente tem uma filha só, deixar vir pro Recife e não procurar saber como é que ela está! Quando eu cheguei lá fiquei revoltada”*. Mais tarde, o trabalho como doméstica foi a forma que Bromélia encontrou de se emancipar do domínio paterno. Bromélia, Violeta, Íris e Petúnia, compartilham ainda a lembrança das mudanças constantes com a família, em decorrência do trabalho dos pais.

A educação formal aparece de maneira dispersa nos relatos. Violeta comenta que chegou a entrar em um “colégio de freiras”, e sendo hoje da igreja evangélica, agradece a Deus por não ter ficado. Margarida teve como professoras “leigas” as próprias irmãs, na usina em que morava. Chegou a estudar até o ensino secundário em um colégio interno, mas com uma reprovação,

desistiu dos estudos. Rosa apesar de não incluir no seu relato informações sobre educação, é a única participante que não sabe assinar o próprio nome. Íris e Bromélia também decidiram não falar sobre seu ensino. Já a lembrança que Tulipa compartilha da escola é da “merenda” gostosa. Jasmin também conta um pouco sobre as escolas que frequentou em Recife, mas não deu continuidade aos estudos quando se mudou para João Pessoa. Delfino fala sobre a educação que recebeu no colégio que era da tia e também se orgulha de ter estudado sobre saúde, em função de seu trabalho em um laboratório farmacêutico.

O participante que mais destaque dá ao tópico, é Jacinto. Ele também iniciou os estudos, mas não terminou. Ainda chegou a iniciar cursos profissionalizantes, que não foram concluídos e julga que começou tarde. Ele se sente culpado e diz: *“Eu me revolto comigo mesmo, me subestimo. Num pode ser assim, né? Subestimar a gente mesmo? Num pode...”* Jacinto também teve que iniciar sua vida profissional cedo, trabalhando com o pai, que era pedreiro.

Deve-se ter em mente o período em que essa geração dos participantes era criança ou jovem. Além de eles serem provenientes de áreas rurais e famílias pobres, suas vidas se iniciaram em época que a infância e a juventude não desfrutavam dos mesmos benefícios, inclusive legais, que crianças e adolescentes de hoje podem desfrutar. Por exemplo, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) foi homologado aprovado em 1990. A educação formal era, antigamente, um privilégio de famílias com maior poder aquisitivo. Os jovens das classes mais baixas, precisavam trabalhar para se manter e assim, os valores normativos da época se voltavam, refletindo nos relatos, para o casamento e o trabalho.

É na vida adulta que se centram a maior parte dos relatos, privilegiando aspectos do trabalho, casamento, filhos, ou eventos específicos e importantes no curso de vida dos participantes. O relato de Jasmin, por exemplo, é o mais longo e detalhado dos dez. Ainda assim, a narrativa centra-se principalmente no seu casamento, no nascimento dos filhos e nas mudanças de cidade com o esposo, no início da vida a dois, bem como as dificuldades que enfrentaram para que ele conseguisse emprego e moradia para a família.

Para Jacinto, não ter se casado é um motivo de “frustração”, já que esse era o seu maior desejo. Ele, Tulipa, Bromélia e Rosa nunca se casaram. Margarida é a única divorciada. Violeta, Petúnia, Íris, Jasmin e Delfino, são viúvos. Todos compartilham, portanto, o fato de não terem companheiros atuais, dado comum ao lidar com moradores de ILPIs (cf., por exe., ARAÚJO; SOUSA NETO; BOS, 2016; LINI; PORTELLA; DORING, 2016).

Sobre o marcador “trabalho”, este só não aparece nos relatos de Petúnia, Íris e Jasmin, subentendendo-se que elas não trabalharam, e o provimento familiar era de responsabilidade

dos seus esposos. Das que se casaram, Violeta é a única que relata ter trabalhado a “vida inteira”, mesmo enquanto o esposo era vivo. Já nos demais relatos, o trabalho assume a função principal de sustento. Margarida, por exemplo, ao se divorciar começou a trabalhar no comércio, para se manter. Rosa e Bromélia trabalharam desde a infância, como domésticas. Tulipa é a única que relata uma relação de prazer com o trabalho e se orgulha da função que desempenhava: *“Antigamente existia telefonista, né? Pros... trabalho, tal. Eu fui telefonista... Aliás eu... eu me considerava até uma boa telefonista”*.

Para os que se casaram e tiveram filhos, a entrada destes em suas vidas é outro marcador importante. Dos cinco que têm filhos, dois participantes têm filhos “adotados”. Petúnia e Violeta compartilham uma história bem similar nesse sentido, os filhos não foram legalmente adotados. No caso da primeira, o filho foi registrado como se fosse filho biológico e no caso da segunda, depois da morte do esposo, que não queria criar filhos de outra pessoa, ela *“pegou uma menina para criar”*. Petúnia, a primeira das duas, justifica sua atitude que foi julgada como “loucura”: *“Mas como eu ia levar esse menino pra médico? Como eu ia botar esse menino pra estudar, sem ter um registro? Como eu ia dizer que ele era filho adotivo que eu não conheço a mãe dele? Não sei onde mora, nunca vi.”* Em ambos os casos de adoção, as relações com os filhos acabaram em conflitos que aparecem também como um evento importante em seus relatos. Violeta afastou-se por completo da filha, usuária de drogas, de quem ela admite que tinha medo, e não inclui em seu relato o que teria acontecido a ela. Já Petúnia judicializou o conflito com o filho.

O fim do casamento com o divórcio, no caso de Margarida, e a viuvez dos outros cinco participantes constituem marcadores sinalizados por todos. No relato de Íris a viuvez ganha uma centralidade ainda maior, por ter acontecido “cedo” e por ter deixado ela desamparada. Com um filho adolescente e sem renda, 10 meses de intervalo entre a morte do esposo e a concessão da pensão por morte, representaram a maior dificuldade que ela enfrentou na vida: *“Fui pai e mãe, e fui sofredora.”* Todo o seu relato gira em torno desse acontecimento e do medo que sentia de que seu filho passasse fome. Petúnia também menciona que: *“Fiquei viúva com 45 anos, não quis mais saber de homem. Sofri muito.”* Mas opta por não contar em detalhes os acontecimentos em torno de sua viuvez.

Outro aspecto interessante em torno dos contextos de pré-institucionalização dos participantes e que surge espontaneamente nos relatos é sobre as condições sociais que envolvem violência e espaços urbanos. Margarida, por exemplo, conta que sua irmã não gostava do “ambiente” em que ela morava, um apartamento de *“plano habitacional”* e assume que nesse

tipo de lugar em especial, *“tem de tudo, né? Tem gente que hoje em dia faz faculdade, tem outros que não fazem nada e... têm educação, outros não têm...”* Justifica ainda que, apesar de vir de uma família pobre, foi ensinada a *“não se misturar”*, motivo pelo qual hoje ela ainda *“fala direitinho”*.

A maioria dos participantes morava em áreas que são caracteristicamente mais pobres da cidade e da região metropolitana, com exceção de Tulipa, que chegou a morar em uma área nobre no bairro de Boa Viagem. No entanto, eles não se ocupam de fazer, eles mesmos essa caracterização de suas comunidades pré-ILPI. Por outro lado, pode estar associado a estas condições, as percepções de violência que aparecem no relato de alguns deles. A própria Tulipa avalia que a violência chegou ao nível de desvalorização da vida humana, já que se mata *“por um celular”*. Na narrativa de Rosa, o seu medo por morar sozinha decorre destas percepções. Para ela, aposentados seriam alvos de criminosos: *“Que esse povo pensa que a gente tem dinheiro. Aposentado tem dinheiro. Eu vejo na televisão [...] Via na televisão esses malandro aí, que rouba, pensa que a gente tem dinheiro, né? Mata é a pessoa... Se for casa de telha, destelha até a casa pra descer, pra matar a pessoa. Eu mesmo, eu não quero não... Quero morar mais só não.”*

Ainda em outros trechos de seu relato, esse medo reaparece, associado à noite, já que: *“Todo mundo se tranca dentro das suas casa e quer saber de ninguém.”* Percepção similar à de Petúnia, que apesar de não relatar diretamente o medo pela violência urbana, compartilha da ideia de que não se teria mais apoio na comunidade: *“Todo mundo chega entra, abre seu portão, fecha, né isso? Entrou, ninguém fica mais em calçada, nem em rua, nem em casa dos outros”*. Em tom similar, Íris conta sobre o consumo de drogas perto da sua casa, onde o filho mora com as suas netas e, temendo pela segurança delas, já subiram a altura do muro: *“Porque você não sabe as condições, como é que... Eu vejo, a gente vê os outros, tem medo também da gente, né? Confia em Deus, mas a gente tem.”* Para ela, na sua infância no interior era mais seguro, hoje as crianças vivem *“presas”*.

Sobre as condições de renda dos participantes, para além de considerar que a média de seus benefícios é de um salário mínimo, condição característica de moradores de ILPI filantrópica, destaca-se alguns trechos que os próprios participantes relataram. Apesar de compartilharem de mesma classe social, há diferenças significativas entre os relatos. Jacinto, por exemplo, se sente insatisfeito com suas condições de vida no geral e assume que até hoje é pobre, comparando-se com alguns familiares, que teriam *“mais condições”*: *“Eu sou pobre... eu sou... E acho que pobre de espírito também.”* Sobre as condições de pobreza, ele faz uma

análise que demonstra sua consciência de classe, mas também certa justificativa pessoal, que o desresponsabilizaria pela sua própria condição: *“Querer é poder quando a gente tem condições, nasceu numa família rica. Mas quando o camarada nasce numa família pobre, tem que ser pobre também. Aí não tem muita condição.”*

O relato de Jasmin também se destaca, mas no sentido oposto, por ela dispor de mais recursos, financeiros e pessoais, de apoio ao longo da vida. Jasmin faz questão de detalhar, por exemplo, todas as conexões políticas que a família materna tinha e que facilitaram o acesso do esposo a emprego e do casal a moradia: *“Eu sei que falaram... com os grande. O governador nessa época era primo do meu avô.”* Também destaca o amparo que recebia da família, quando passava por alguma necessidade, desde o pagamento de despesas médicas pelo avô, até a disponibilidade da madrasta para cuidar de seus filhos. Hoje, a casa que o esposo comprou está alugada e o valor se reverte em benefício dela, somando-se à pensão por morte. Dos participantes, é a única que afirma ter plano de saúde particular.

Delfino também destaca os seus próprios privilégios em seu relato, ao enfatizar as relações de poder que desfruta dentro da igreja que é responsável pela manutenção da ILPI, já que seu avô e seu tio fizeram parte da fundação da própria igreja no Recife e da instituição, respectivamente. Ele também demarca em seu relato, que teria uma posição privilegiada de conhecimento, por ter trabalhado por tantos anos em um laboratório farmacêutico: *“Hoje eu conheço, eu posso dizer... e já provei pra minha filha, eu conheço o corpo da mulher mais que muita mulher.”* Esse conhecimento, ainda o colocaria em situação de vantagem sobre outras pessoas, que ele julga saberem menos que ele: *“Porque é difícil você lidar com uma pessoa que você sabe... sabe mais que ele e ele vem lhe ensinar uma coisa que você sabe mais que ele.”* Os vários outros trechos em que destaca o conhecimento adquirido em função do seu emprego, podem ser pista também da centralidade que o trabalho exercia em sua vida.

Ainda sobre os privilégios que estes dois participantes parecem desfrutar, há uma reverberação nas suas condições na ILPI. Jasmin conta que: *“Eu dou a... ajudo, como eu já ajudo as cozinheira e elas aí trazem o meu almoço, né?”* Assim ela não precisa, como os outros moradores, ir até a cozinha da instituição, que fica na casa principal. Já Delfino, em função de ser descendente de homens importantes da igreja que mantém a instituição, conta que o próprio presidente da associação mantenedora disse que: *“Por isso que ninguém mexe com você aqui não”* e que se necessário, o outro residente que entrou em conflito com ele, poderia ser até expulso da casa.

Violeta, por outro lado, não deixa claro qual sua fonte de renda. Conta que recebe pensão por morte e “*um pouquinho também, né... Além*”, o que poderia ser um benefício próprio de aposentadoria, ou também significar apenas que o valor é um pouco superior ao salário mínimo. De qualquer forma, ela diz que a renda é suficiente para arcar com as despesas da casa e “*ainda comprar umas coisinhas aí*”, enfatizando ainda que apesar de ser um item principal, “*nem tudo é dinheiro na nossa vida, né?*” Rosa também conta que sua renda é suficiente para pagar as despesas da ILPI e para comprar itens pessoais, mas ressalva que se fosse morar só, não teria condições de arcar com todas as despesas de casa e ainda “*pagar uma pessoa*”, já que não queria dormir só à noite.

Já Tulipa avalia que a renda que recebe de aposentadoria foi desvalorizada ao longo dos anos, já que rendia mais antes: “*Quando eu vim morar aqui, eu vim com plano de saúde, com dinheiro no banco, com tudo. Depois, foi, foi, foi... acabou. [...] e tudo encareceu, antigamente era mais barato as coisas. Era beleza, menina! Mas agora tudo encareceu. Tudo tá difícil, pra todo mundo e pra nós também...*” Ela analisa ainda o papel da crise econômica nessa dificuldade financeira que afetaria as pessoas e também as instituições, inclusive a ILPI. Ainda assim, não poupa a crítica de que não acha correto que os residentes paguem parte do seu décimo terceiro salário para a instituição, já que se trata de um direito trabalhista.

Apesar de não haver uma regulamentação legal específica para esses casos a cobrança de parcela do benefício recebido a mais no final do ano é polêmica, principalmente se for considerado que, em instituições filantrópicas há idosos que recebem Benefício de Prestação Continuada (BPC) que, por não ser um benefício concedido por contribuição trabalhista, não recebem décimo terceiro salário. Assim, uns moradores pagariam esse valor extra e outros não. Além de não ser justa, a prática pode incorrer, de acordo com o entendimento jurídico, em apropriação indevida de rendimentos do idoso, de acordo com o artigo 102 do Estatuto do Idoso (BRASIL, 2003), podendo acarretar em um processo criminal. A Associação Nacional dos Membros do Ministério Público de Defesa dos Direitos dos Idosos e Pessoas com Deficiência (AMPID), na sua recomendação de formulação do contrato de modelo de prestação de serviços com idosos, além de observar que deve ser respeitado o próprio Estatuto, também lembra que o contrato deve ser regido pelo Código de Defesa do Consumidor e, com base no artigo 51 deste, também defende que a cobrança do décimo terceiro é indevida (BERÉ, 2012).

Apesar da insatisfação, Tulipa justifica que é natural reclamar, mesmo quando as coisas estão bem. Reconhece o papel importante das reivindicações, comparando com o “*bater panelas*”, mas pondera que “*não existe perfeição*” e que “*a felicidade tá dentro de você*”. Ela

conta que está com um “*probleminha*” no nervo ciático, acorda com dores, mas “espicha” a perna e levanta. Aos 80 anos, acostumada com as intervenções na ILPI voltadas para a manutenção do nível funcional dos moradores, conta que é totalmente independente para as AVDs e projeta: “*Não sei, futuramente... Espero em Deus que eu vá assim longos tempo, né?*” Apesar de depois confessar que: “*Que se dependesse de mim, eu já tinha ido embora.*”

Todos os participantes, direta ou indiretamente, falam sobre aspectos relacionados ao envelhecimento. Comentam sobre problemas de saúde mais característicos desse processo, e tratam a “idade” como algo que justifique por si só certas condições. Este é o caso de Margarida quando enumera os motivos para ir para a ILPI, mas enumera também aspectos que, à primeira vista, não teriam necessariamente a ver com a velhice, mas, por se tratar de pessoas idosas, acabam se somando. Por exemplo, a disputa judicial que Petúnia iniciou contra o filho para reaver a casa e ter as dívidas feitas em seu nome quitadas não precisaria, necessariamente, ter sido feita na delegacia do idoso. Já Violeta desfrutou das oportunidades de programas sociais oferecidos especificamente para a população idosa, no SESC e na UnATI.

Delfino conta que desde os 50 anos se preparava com a esposa para “*o que vinha adiante*” e aos 72 anos, com dificuldades de fala e locomoção, sequelas de dois AVCs, não permite que as cuidadoras toquem no seu corpo. Só a esposa, que já faleceu, poderia fazê-lo. Jacinto é o único, aos 75 anos, que se refere a si mesmo como velho e reivindica poder dizê-lo: “*Aí dizem: tá nada, eu digo: tô. A pessoa com 70 anos já se considera velha. Que a palavra de Deus diz: o que passa do 70, o mais é enfado e cansa. A gente perde o brilho do rosto, o cabelo começa a cair, eu não tenho mais cabelo aqui... aqui atrás. Problema na vista, geralmente, né? Problema de coluna...*”

Guinta Grin Debert discute que à medida que a juventude transformou-se em um bem de consumo, a velhice também passou a ser alvo de um mercado que vende essa “fórmula” pós-moderna, de descronologização do curso de vida. “As idades ainda são uma dimensão fundamental na organização social e seria um exagero supor que elas deixaram de ser um elemento fundamental na definição do *status* de uma pessoa” (DEBERT, 1997). Basta pensar na importância de uma definição de idade para aposentadoria, por exemplo. Além disso, deve-se considerar que “as pessoas envelhecem nas condições econômicas e sociais em que viveram” (FALEIROS, 2016, p. 557), de modo que adotar totalmente um estilo de vida ativo e saudável não é viável para a parcela mais pobre da população. Pensando ainda no depoimento de Jacinto, deve-se ponderar que o significado dado à velhice por cada um é bastante idiossincrático e deve ser respeitado.

Observa-se que, embora a tarefa pudesse pressupor um relato do passado e assim tenha sido em sua maioria, deve-se considerar que no aqui e agora, interferem, principalmente nas narrativas, não só o tempo vivido, mas também o tempo prospectivo, considerado enquanto planos e metas que podem ressignificar o passado e o presente, além do tempo histórico, todos interrelacionando-se dinamicamente e se atualizando em novas significações (ROSSETI-FERREIRA; AMORIM; SILVA, 2004). Além disso, o olhar que se volta para o passado, tem como base o presente, fazendo com que o vivido seja ressignificado, como no caso de Petúnia, que justifica o registro “do menino”.

Bruner (1997) chama essa característica de “reflexividade”, ou a capacidade de não só ressignificar o presente com base no passado, como também alterar o passado com base no presente. A reflexividade atua nos relatos o tempo todo e aparece mais objetivamente em alguns trechos, como no caso de Petúnia, mas também quando Violeta, hoje evangélica, ressignifica as práticas religiosas do passado como erradas e se compara à filha adotiva: *“Eu acho que K era errada, eu acho que eu ainda era mais do que K. Eu nunca me prostituí, nunca assim... Com meu marido... Nunca... Mas no Rio de Janeiro só vivia por dentro das macumba, por dentro da... Deus cuidou muito de mim, viu? Deus cuidou muito de mim e eu agradeço muito isso a ele.”*

Também no relato de Margarida é possível observar essa característica mais marcadamente, quando ela fala do ex-esposo. Apesar de não contar o que aconteceu para que se separassem, fica subentendido que há alguma mágoa quando ela afirma que não tem contato com ele e que nem gostaria de ter. Ainda assim, debruçando-se sobre o passado, Margarida consegue enxergar ainda os pontos positivos do casamento, pelos quais ela ainda se sente grata: *“Mas mesmo assim, com a separação, eu... Não sei, as que morreram (as irmãs), hoje em dia não sei... Mas eu tenho uma gratidão a ele, porque ele foi muito bom pra papai e mamãe.”*

Já quando Jasmin sinaliza que contou sua história outras vezes – *“porque sempre aparece uma pessoa... que não é só você não, já tem outras aqui...”* –, deve-se discutir um aspecto importante das narrativas. A memória, apesar de ser um elemento fundamental no processo de narrar, se apresenta em níveis diferentes e pode até mesmo não estar presente em certas narrativas que se tornam de certa forma “mecanizadas”, por já terem sido contadas diversas vezes ou se transformado em uma espécie de anedota. Por outro lado, há processos que envolvem ativamente a recordação, ou podem até mesmo ativar memórias antes recalcadas (ROSENTHAL, 2014).

Por se tratar de uma ILPI filantrópica – alvo de muitas ações de voluntariado, pesquisa e estágio universitário –, é de se esperar que os participantes já tenham se envolvido em maior ou menor grau com estas intervenções. Isto não tira o valor de suas narrativas, uma vez que os significados são negociados e (re)atualizados nas interações (CARVALHO, et al, 2012). Em outro extremo, o relato de Bromélia, ao lembrar-se de ser abandonada pelo pai ainda criança, de luto pela mãe, de ter ido para a casa de uma família para exercer trabalho doméstico etc., é carregado ainda de indignação expressa por ela mesma e também nos aspectos não verbais do seu relato, falando mais alto e com a voz trêmula, indicando que se afetou pela lembrança.

Embora a influência do tempo prospectivo seja mais difícil de observar diretamente nos relatos, em alguns ele aparece mais nitidamente. Íris e Delfino, por exemplo, projetam a possibilidade de saírem da ILPI, a primeira para voltar para sua própria casa, o segundo para morar com uma irmã. Já Violeta, possivelmente pensando na proximidade da morte, diz que ainda tem muita coisa para fazer “*aqui*”. Petúnia volta sua preocupação para decisão judicial sobre o conflito com o filho, mesmo dizendo que já entregou o caso “*nas mãos de Deus*”. A preocupação expressa por Jasmin é não “*adoecer*”, temendo ficar dependente para AVDs e precisar se mudar para uma outra área da instituição, caracterizada por ela como “*horrível*”.

A maioria dos participantes prefere não falar diretamente sobre si mesmo, mas alguns acabam falando mais sobre suas próprias características. Jacinto é o participante que mais fala sobre si, com um tom marcadamente pessimista e um olhar negativo, por fim ele se resume como: “*Eu sou o coitadinho daqui...*” Já Íris define-se como uma pessoa calma e que gosta de acalmar os outros, levando “*uma palavra de amor*”. O tom geral do seu relato é de felicidade e gratidão, mas faz questão de afirmar que: “[...]se a pessoa disser uma coisa a tu que tu num merece, tu num fala mais alto não? É assim o calado. O calado tá calado, mas se a pessoa ofender a gente também dá um... dá um pulo né?” De qualquer forma, perpassando os relatos, nos modos como cada um fala, nos aspectos que decidem contar e nos que decidem deixar de fora, nos significados que vão surgindo, é possível identificar as características próprias da identidade de cada um.

Por fim, também chama a atenção nos relatos de Petúnia, Violeta e Jacinto, a comparação de suas trajetórias com uma história de “*livro*”, ou a simples referência de outros participantes ao que contam como uma “*história*”. É comum ouvir que “a arte imita a vida” ou o contrário, de que “a vida imita a arte”. Esta é uma discussão que remonta à noção aristotélica de *mimese*, que Bruner interpreta como a “captura ‘da vida em ação’, uma elaboração e aprimoramento do que aconteceu” (1997, p. 48). Para este autor, justifica-se que a tradição de

narrar, seja “fato” ou “ficção”, está ligada há uma aptidão humana para organizar a experiência em narrativas.

6.2 Caminhos para a institucionalização

Esperava-se que a institucionalização aparecesse espontaneamente nos relatos, como um indicativo de que seria um evento importante nas vidas dos participantes. Assim ocorreu, com exceção de Bromélia, que mesmo depois de questionada sobre o processo, não desenvolveu muito além do que lhe foi perguntado. Iniciando a análise por ela, observa-se que ao longo de todo seu relato há várias mudanças, desde a infância com a família, comentadas em trechos como: *“Então a vida da gente era assim, tanto fazia papai tá aqui como ir simhora pr’outro canto. Era que nem... Num esquentava lugar não, era assim”*. Até mais tarde, na sua vida profissional: *“Não parava em canto nenhum. Só teve duas casa que eu parei.”*

Depois de aposentada, as mudanças continuaram. Bromélia morou com amigos, já que não constituiu família, em arranjos que chegaram a gerar conflitos, como quando contestou a amiga que lhe repassava a maior parte das despesas de alimentação da casa ou quando foi questionada sobre o pagamento do “quartinho” na casa do amigo, pela esposa dele. Ela já conhecia a ILPI e ao lembrar da possibilidade de morar nela, conclui que: *“Não tinha vindo quebrar a cabeça... Não, tinha vindo logo pr’aqui. Quebrou muito a cabeça, a gente de trouxa, daqui, pr’ali, pr’acolá. Já chega. Desde o início da minha vida que era trouxa, né? Como eu lhe dizia, até papai não parava em canto nenhum. Aqui que é o lugar de quando a pessoa não tem família viver. Quem tem vive, e eu que num tinha?!”* Ela contou com a ajuda de um pastor para conseguir a vaga, uma vez que, anteriormente, já tinha se inscrito e não tinha sido chamada. Bromélia está a seis anos na ILPI.

De forma semelhante, Tulipa também teve em sua vida adulta uma série de mudanças, quando a tia que lhe criou faleceu e ela passou a morar com uma “irmã de consideração”. Ela conta sobre todos os endereços que passou, justificando os motivos da mudança e se diverte ao lembrar como a irmã decidia se mudar: *“Ela teve um problema, foi pro hospital e lá do hospital disse: Tulipa, a gente vai se mudar de novo (risos).”* A irmã passou por um processo de adoecimento que precisava de cuidados contínuos, e Tulipa dividia essa tarefa com as filhas da irmã.

Talvez, pensando que o mesmo poderia lhe acontecer e sem ter filhas ou outros familiares que pudessem assumir esses cuidados, ela conta que: *“Porque eu pensei assim, você sabe, quando a gente é jovem, tudo bem. Mas quando a gente fica na idade, assim... as coisa*

vai ficando diferente. E eu não sabia se de repente eu ia amanhecer o dia desconhecada, cheia de problemas, né? Pra dar trabalho... Aí vim morar aqui.” Tulipa também já conhecia a instituição e tinha se inscrito antes para ocupar uma vaga. Também sem sucesso, pediu ajuda a um pastor e finalmente conseguiu se mudar. Ela conta que a irmã não gostou muito da mudança, mas que aceitou e ela também continuou indo pra casa dela, mesmo depois de se mudar: *“Eu tava sempre em contato, não abandonei não.”* Ela está na ILPI há 16 anos.

Jacinto é aposentado, também não constituiu família e apesar de ter mãe ainda viva e ter sido chamado pela tia para morar com elas, diz que os familiares não se importam com ele. Quando trabalhava, morava em uma pensão. Ainda chegou a morar com uma irmã, mas não conta o porquê de ter saído da casa dela. Ele então, decidiu por conta própria morar na instituição, considerando sua idade como um fator importante na decisão. Jacinto já conhecia a instituição “de nome” e conta que se mudou apenas com uma sacola.

Ainda dentre os participantes que não constituíram família, Rosa se mudou para a ILPI porque não gostava de ficar só, mesmo morando com a sua procuradora. Após trabalhar a vida inteira como empregada doméstica, ao se aposentar, Rosa passou a morar com uma mulher que teria lhe ajudado a conseguir a aposentadoria. Quando esta morreu, ela lembra que foi um “desastre”, mas logo recebeu o convite da nora dela, também pra morar, mas ainda assim passava muito tempo só. *“Ela é nova, tem 53 anos, gosta de sair... Gosta de sair... Ficar em casa só de noite? Deus me livre! [...] Sozinha... adoço, tudinho... cai, leva uma queda dentro de casa, de noite, de madrugada...”*

A ILPI não foi a primeira opção de Rosa, que contou com a ajuda da companheira de casa para encontrar uma solução, tendo falado com um homem que trabalhava no Conselho Tutelar. Rosa não diz qual a profissão desse homem, mas o confere certa autoridade pelo local que ele trabalha. A primeira sugestão foi para que ela alugasse uma casa e pagasse “uma pessoa” para lhe fazer companhia. Rosa retrucou que a renda dela não seria suficiente. Apesar de ser uma prática comum entre idosos de baixa renda, pagar um valor menor para que alguém da comunidade durma na sua casa, ou passe o dia ajudando nas tarefas domésticas, deve-se ponderar, como fez a própria Rosa, que para quem ganha em média um salário mínimo mensal, arcar com esses custos, mesmos que baixos, não é viável. Por outro lado, a pessoa que exerce essa função também não recebe o que seria justo para tal, além de não ter nenhum direito trabalhista assegurado.

Discute-se a necessidade de regulamentar a profissão do cuidador, o que é indiscutivelmente necessário, mas ainda não foi pensado como ofertar esse tipo de serviço para

a população de baixa renda, já que há a demanda e os programas do governo de atendimento domiciliar não suprem. O contrato particular de cuidadores seguiria o mesmo regime de contratação celetista de empregados domésticos e se prevê que para um idoso que demande cuidados integrais, ou seja, tenha total dependência para as atividades de vida diária, seriam necessários o mínimo de três cuidadores (FEAL, 2016). Em casos como o de Rosa, mesmo a contratação de um só, não seria financeiramente viável.

Assim, para Rosa restou como opção, a ILPI. O mesmo homem do Conselho Tutelar indicou a instituição, mas ela não conhecia. Rosa visitou a casa, passou um dia de teste e concluiu que: *“Eu num arranjo lugar mais arranjado que esse canto... Tudo mais caro, né? [...] Ai eu disse: gostei... gostei...”* Quando a entrevista foi realizada, ela estava na ILPI há dois meses apenas, o que deve ter influenciado no fato de ela ter se debruçado mais detalhadamente nos aspectos da sua transição para a instituição. Assim, ela conta sobre os itens que levou para a casa, o problema que teve com a cama e demorou a resolver, e por último o conflito que enfrentava com a companheira de quarto, para ter uma cópia da chave da porta. Tudo mediado pela sua relação com o diretor da instituição, a quem ela tece elogios como “atencioso” e “delicado”, embora tema acabar “chateando” ele, já que cobra suas necessidades e já recebeu uma resposta mais ríspida dele. Ainda assim, Rosa insiste em cobrar tudo o que lhe for de direito.

Já Margarida, apesar de também não ter tido filhos, mesmo tendo sido casada, tinha imóvel próprio e morava só há 36 anos. Ao contrário de Rosa, ela gostava de morar só e estava acostumada. Assim, sua ida para a ILPI não se justifica só pelo fato de morar só. Margarida foi perdendo a visão ao longo dos anos, mesmo estando sendo acompanhada por uma instituição de referência em Pernambuco. O tratamento correto e os consequentes procedimentos cirúrgicos vieram tardiamente, quando ela já não enxergava pelo olho esquerdo e só porque ela decidiu e pôde pagar um médico particular e o consequente procedimento cirúrgico. Para tanto, teve que vender seu apartamento. Ela junta a este motivo ainda o fato de ter 82 anos e outros problemas de saúde.

Ainda assim, a decisão pela mudança é atribuída à sua irmã: *“Então minha irmã mais nova, que hoje só somos três, e... Ela disse que eu não podia continuar nesse apartamento, por causa da minha idade, da artrose, do problema da vista. Ela conseguiu uma vaga aqui.”* Assim, foi a irmã de Margarida quem cuidou da operacionalização da mudança. O processo de admissão é o mesmo narrado pelos outros participantes: fazer uma entrevista e passar um dia na casa, para conhecer melhor. Ela estava na instituição há cerca de um ano.

Petúnia traçou um caminho similar, no sentido de que houve eventos importantes que antecederam sua ida para a ILPI, nesse caso, o conflito com o filho. Viúva, ela morava sozinha, até aceitar que o filho fosse morar em sua casa, com esposa e filhos. Petúnia conta que: *“Aí eu entrei em desespero, né? [...] Eu procurei chão e não encontrei!”* ao saber que o material de construção comprado com o dinheiro do empréstimo que tinha feito e passado ao filho, que estava cuidado da obra, havia sido roubado.

A casa ficou sem condições de moradia e, para não continuar pagando as despesas de uma casa alugada, ela então decidiu ir para a ILPI onde era voluntária e onde morou durante quase oito anos. Nesse intervalo de tempo, ela não conta como a situação de sua casa ficou, até que um novo evento aconteceu – a instituição seria fechada e ela teria que sair de lá em alguns meses: *“Aí o mundo desabou na minha cabeça, né?”* Aparentemente ela mesma não sabia em que condições estava sua casa. Contou que foi chamada pelo filho para uma surpresa que achou que seria a obra do primeiro andar concluída. No fim, tratava-se apenas de um churrasco e o filho estava morando na casa dela.

Ela então conta ao filho sobre a situação da ILPI: *“Eu não tenho pra onde ir; ele (o diretor) me falou que abrigo da prefeitura é muito ruim, que as (idosas) que não têm família vai pra o abrigo da prefeitura. Aí ele (o filho) disse: não, a casa é da senhora, a senhora vem. Eu disse: tá certo.”* É interessante notar que ela mesma assumia que não tinha para onde ir, ainda que a casa fosse sua, esperando pelo convite do filho. Como ele não poderia sair da casa por falta de condições financeiras para pagar um aluguel, separou um quarto da casa para a mãe, que não aceitou. Iniciou-se novamente uma série de conflitos e uma nova obra para que Petúnia se mudasse, o que acabou com o rompimento definitivo entre ela e o filho, uma denúncia na Delegacia do Idoso e a consequente judicialização do processo.

Os casos de violação de direitos dos idosos e mesmo os de violência, que poderia aqui ser caracterizado como abuso financeiro, por exemplo, acontecem majoritariamente no ambiente familiar, sendo comum que filhos e/ou netos sejam os principais violadores (FONSECA; GONÇALVES, 2003). Mesmo com o rompimento e a judicialização, o filho de Petúnia continuou morando na casa dela: *“Aí eu vi que não ia dar certo, porque eu ouvia a voz dos meninos, ninguém falava comigo, eu ouvia as voz dos meninos. Eu tava chorando, chorando...”*. Se sentindo só e desamparada, ela decide sair, mais uma vez, de sua própria casa para uma ILPI, dessa vez com a ajuda de um pastor. Ela completou um ano na instituição no período em que a coleta foi realizada.

Violeta também decidiu ir para a ILPI depois de enfrentar problemas com a filha adotiva, que é usuária de drogas. O convívio com dependentes químicos é difícil em qualquer fase da vida e na velhice há condições de vulnerabilidade que exigem uma atenção especial. Não é incomum que os idosos virem alvo de furtos e até mesmo violência, de modo que é prevista a atuação de órgãos como o Ministério Público, através de medida de proteção, no envio de dependentes químicos que causem distúrbio ao idoso, para tratamento (GIACOMIN; COUTO, 2010). Há ainda outros tipos de atuação, com base no entendimento jurídico de que se deve priorizar a pessoa idosa em detrimento do dependente químico, afastando este do convívio com o idoso, independentemente dos fins terapêuticos.

A filha de Violeta já havia passado por serviços institucionais, que Violeta não soube precisar, quando era menor de idade. Já depois dos 18 anos, não teria mais aceitado nenhum tipo de intervenção da mãe que, talvez, desconhecendo os mecanismos legais que poderiam ter lhe favorecido nesse caso, achou melhor ela mesma sair de sua casa: *“Eu fiquei com medo, né? Assim, dela já grande, já com 18 anos... [...] Dinheiro dentro de casa mesmo eu não podia deixar, sabe? Meu cartão de receber uma vez foi parar lá em Paudalho. A menina me ligou dizendo que o meu cartão tava lá, eu fui, troquei, sabe? Essas coisas assim, que dá trabalho mesmo. Aí eu disse: eu vou procurar um lugar, pra mim.”*

Violeta contou com a ajuda de uma moça que frequentava a mesma igreja que ela, que lhe apresentou a instituição. Apesar de ter decidido que queria mesmo se mudar na primeira visita, Violeta demonstra ser uma pessoa mais reservada, tendo voltado um dia depois sozinha, para tirar todas suas dúvidas. A mudança aconteceu rapidamente e Violeta conta como foram as questões operacionais da transição: *“Em 15 dias eu... Tinha de tudo na minha casa, tudo. Móveis de quarto, de cozinha, de banheiro, de terraço, micro-ondas. Tinha tudo e eu ainda fazia trabalho pra fora, artesanato. Tinha muita coisa, muita coisa mesmo. Aí, acabei com tudo, quando foi em 15 dias eu já não tinha mais nada.”* No seu relato, não inclui o que foi feito com o seu imóvel, nem como ficou a filha.

Íris, Jasmin e Delfino têm filhos biológicos e não houve relatos de eventos de conflitos ou rompimento com eles. No entanto, os três são viúvos e morar só repercute de modo diferente para cada um deles. Íris conta que sua decisão foi motivada principalmente pelo fato de que ela não queria mais ter atividades domésticas. O filho, a nora e as netas moram na casa que é dela: *“Quero ficar aqui porque eu entrego a eles e fico livre. Porque dona de casa é muita responsabilidade e eu já entreguei por causa... Quero entregar, porque eu já sofri muito.”* Para Íris, a nora ocuparia a função de cuidar do filho e assim ela estaria livre de obrigações.

O relato da transição dela para a ILPI foca os conflitos que enfrentou com a família e a comunidade, ao decidir e efetivar a mudança. O filho de Íris teria sido resistente à decisão dela, mas a nora teria exercido uma função importante de convencê-lo. A mudança teria provocado ainda reações entre os vizinhos: *“Aí eles ficaram zangado com meu filho. Só faltou apanhar, o bichinho. Todos os dois, ele e minha nora.”* Para Íris, as reações estavam associadas a uma outra instituição filantrópica que fica próxima à casa dela e que ela julga ser mais “pesada”, também ao fato de que ela teria sido uma boa mãe e que, portanto, deveria ser também bem cuidada pelo filho. Assim, o relato dela reúne os pressupostos de que os filhos têm a obrigação de cuidar e de que as instituições são locais de abandono. Estes aspectos serão discutidos com mais atenção no último tópico desse capítulo.

Íris conta, no entanto, que os vizinhos que a visitaram surpreenderam-se com a ILPI: *“Aí eu mostrei, disse... aí ele olhou pra mim e disse: Dona Íris, você está no paraíso!”* Tampouco ela se sente abandonada: *“E o pessoal acharam que ele tava me desprezando. Aí não queria entender que era eu...”* Apesar de falar reiteradamente que prefere e é sua escolha estar na instituição, assume que pode voltar para sua casa se quiser, ou se for a *“vontade de Deus”*. Íris justifica que prefere estar na instituição, pois está sempre acompanhada: *“Eu gosto de onde eu estou ser sempre... ter sempre gente. [...] Fiquei assim, só gosto de tá acompanhada.”* Em casa, possivelmente teria momentos de solidão porque a família passaria muito tempo fora com tarefas a serem realizadas. Ela já está na ILPI há oito anos e conta que não conhecia a instituição antes, que teria sido mostrada por Deus em sonho, mas admite que conhecia uma pessoa que trabalhava lá.

Após ficar viúva, Jasmin passou a morar sozinha. Sua casa era própria e ela pôde contratar uma pessoa, mas não especifica para qual função e relata que essa pessoa faltava; infere-se que o contrato devia ser informal. Apesar de Jasmin parecer ter um poder aquisitivo mais alto que a maioria dos outros participantes, como já foi discutido, os custos para formalizar um contrato são altos. O filho mais velho chegou a convidá-la para morar com ele e embora ela quisesse aceitar o convite, rejeitou temendo que a nora não estivesse de acordo. Jasmin contou então com a ajuda de um pastor, para conseguir a vaga na instituição.

Ela conta também sobre o processo de admissão e da dificuldade para conseguir uma vaga, bem como sua reação ao receber o telefonema do pastor, assim que a vaga apareceu: *“Eu digo: o senhor tá brincando comigo?! ‘Não, eu não tô brincando com a senhora, eu tô falando a verdade’. O senhor tá falando a verdade mesmo?”* O relato dá conta ainda da operacionalização da mudança: *“Aí... eu já tinha a minha cama, trouxe. A minha nora com...”*

comprou um guarda roupa, comprou a cômoda e a mesinha de cabeceira. Tudo isso eu trouxe.” Jasmin estava para completar quatro anos na instituição.

Delfino justifica sua ida para a ILPI a partir da morte da esposa e porque os filhos seriam ocupados. Além disso, os problemas de saúde que ele teve exigem atenção, e além disso, tem dificuldades para andar e falar. Apesar de Delfino possuir dois imóveis, cada um ocupado por um filho, ele não assume que os filhos têm responsabilidade de recebê-lo: *“Eu não tenho pra onde ir, a não ser pra casa da minha mãe, lá em Rio Doce.”* Ele estava na instituição há oito meses e tem um longo histórico familiar com a igreja e a associação da igreja que mantêm a instituição.

A maioria dos participantes é religiosa, mas eles não fazem parte da mesma igreja. Margarida e Rosa são as únicas que não relatam aspectos ligados à religiosidade. Os outros não só destacam sua fé, como indicam que compartilham de religiões evangélicas. Destaca-se que a figura do pastor aparece em muitos relatos como alguém que intermedeia a conquista da vaga na ILPI. Ainda assim, é importante destacar que aqueles que não tiveram esse intermédio não relataram dificuldades em conseguir a vaga.

Apesar de o histórico das instituições filantrópicas religiosas estar ligado à velhice pobre, incapacitada e abandonada (CAMARANO; MELLO, 2010a), observa-se que houve mudanças significativas, que reverberaram também nessa instituição e nesses participantes. Todos os participantes, mesmo com algumas dificuldades e problemas de saúde, são independentes, ou com graus baixos de dependência para as AVDs e assim também são a maioria dos idosos de outras instituições filantrópicas brasileiras, que contam com proporção menor de idosos dependentes, em diferentes níveis, em comparação com as instituições com fins lucrativos, onde essa parcela é maior (CAMARANO; BARBOSA, 2016).

Pode-se supor, com base nos caminhos que os próprios participantes traçaram até a ILPI, que a instituição é procurada para fins de uma moradia compartilhada, ou ainda “assistida”, já que os motivos relacionados à institucionalização estão ligados, de um jeito ou de outro, à necessidade de se manterem acompanhados. Com exceção de Delfino, que precisa de um acompanhamento mais atencioso de saúde, todos os outros não necessitam de cuidados formais. Mesmo Delfino assume que poderia morar com uma irmã, já que ele não precisa de uma “babá”, mas sim de alguém que lhe dê suporte, preste cuidados.

Assim, pergunta-se em que medida a ILPI representa uma necessidade para essas pessoas, ou mesmo se ela se configura como a única opção viável. A oferta de programas de moradia compartilhada ou de serviços mais sistemáticos de atenção domiciliar, para aqueles

que possuem imóvel próprio, por exemplo, seriam opções de serviços que supririam a necessidade de todos os dez participantes. Com isso, não se quer desqualificar essa modalidade de instituição, mas reiterar a discussão de que, no Brasil, não se efetivou uma política pública que estruture os cuidados de longa duração para idosos (DUARTE; BERZINS; GIACOMIN, 2016; FEAL, 2016).

Estima-se que o gasto médio mensal com um idoso em ILPI pública seja de R\$ 909,92. Já nas ILPIs sem e com fins lucrativos, os valores ficam em R\$ 738,18 e R\$ 724,52 respectivamente (CAMARANO; BARBOSA, 2016). Os gastos dizem respeito principalmente a salários de funcionários, o que explica o valor mais alto nas ILPIs públicas, que no geral contam com uma equipe multidisciplinar. As filantrópicas e privadas, geralmente contratam um médico, enfermeiros e/ou técnicos de enfermagem e cuidadores. De novo, sem contestar a importância dessa modalidade de atendimento, pergunta-se se a oferta de outros tipos de serviço poderia representar um custo ainda mais baixo, tendo em mente que idosos independentes não precisariam, por exemplo, de cuidadores e enfermeiros diariamente.

Nos caminhos percorridos pelos participantes também aparecem outros problemas não relacionados diretamente à velhice, mas que culminam na sua vulnerabilidade. Se no curso da vida dessas pessoas tivesse havido atendimento satisfatório de políticas públicas de saúde, assistência social e judiciária, mais as políticas de renda que, além de ainda não serem suficientes vêm sendo ameaçadas pela iminente reforma da previdência, elas precisariam de institucionalização?

6.3 Percepção de rede de apoio ao longo da vida

As pesquisas com idosos institucionalizados mostram que essas pessoas não têm, perderam ou enfrentam conflitos com seus familiares, além de não terem condições físicas, mentais e/ou financeiras de garantir seu sustento (CAMARANO; BARBOSA, 2016). Estas condições podem ser assumidas como verdadeiras para a maioria dos participantes desta pesquisa. Destaca-se, entretanto, que as redes de apoio percebidas por eles são relativamente uniformes ao longo da vida e que para três dos dez entrevistados, Íris, Jasmin e Delfino, existem filhos presentes e aparentemente sem relação conflituosa.

Violeta e Petúnia têm filhos, mas as duas passaram por eventos conflituosos que culminaram com o rompimento da relação com eles. Para Petúnia, o rompimento significou ainda se afastar dos netos. As duas são viúvas e não têm outros familiares vivos. O esposo era possivelmente uma fonte importante de apoio para Petúnia, que diz ter sofrido muito com sua

morte e a partir de então ter ficado só. Violeta não dá pistas sobre o seu relacionamento com esposo, só que *“Tinha uma vida boa, maravilhosa. A gente achava, né?”* Um ponto comum de apoio das duas é na religião e nas atividades religiosas e da igreja, inclusive na figura de pastores e colegas que frequentam a mesma igreja.

Embora a religiosidade apareça fortemente na maioria dos relatos, aqui será considerado apoio social, efetivamente, o processo que compreende as interações e trocas entre indivíduos e suas redes, podendo satisfazer parte de suas necessidades sociais (RODRIGUES; SILVA, 2013). Assim, será considerado um nível mais instrumental, que pode englobar a igreja, na medida em que vários participantes relatam ter recebido apoio de pastores ou outros membros da mesma rede.

Íris relata o apoio que conseguiu na igreja ao passar por necessidades financeiras, recebendo cestas básicas. Na ocasião, contou com o suporte de familiares e de um vizinho que ela caracteriza *“como um filho”*. Viúva, hoje Íris não tem contato com outros familiares a não ser o filho, sua principal fonte de apoio. Dos participantes, ela é a única que não rompeu completamente com a sua casa pré-institucionalização, já que está ocupada pelo filho: *“A minha vida aqui eu gosto. Se eu quiser ir pra casa... Aí assim, já têm... têm as meninas, minhas netinha. ‘Ô vovó, o seu quarto...’ Como é? ‘O quarto de vovó! O quarto de vovó’... Quer dizer, nunca deixa de ser meu quarto, né? Aí eu fui agora e disse: pronto, agora é o quarto de vovó e das menininha. Aí... é uma benção.”*

Jasmin é outra participante que conta com filhos e relata receber suporte deles e das noras, apesar de atribuir a uma delas, casada com seu filho mais velho, a impossibilidade de morar com eles, já que o convite teria sido feito apenas pelo filho. Ao longo do seu relato, Jasmin conta como sempre contou com o apoio de familiares: avós, tios e madrastra, por exemplo, são citados no relato como pessoas que facilitavam que ela e o esposo não passassem por momentos de dificuldade, sendo provavelmente a participante com a rede mais bem estruturada. Ela também costuma sair da instituição, para ficar com os filhos, recebendo suporte também quando precisa ir a consultas médicas. Jasmin foi casada por mais de 60 anos, não precisou o tempo total, e o seu relato centra-se principalmente na sua vida inicial de casada, referindo-se ao esposo, em mais de uma ocasião, carinhosamente como *“meu velho”*. Apesar de não verbalizar, o relato evidencia que esse relacionamento foi central em sua vida.

Por outro lado, Delfino que tem dois imóveis próprios, como já discutido, diz que não tem para onde ir no caso de sair da instituição, apesar de as casas estarem ocupadas por dois de seus três filhos, os quais ele enxerga como sua principal fonte de apoio: *“Eu fico aqui,*

dependendo da minha filha Solange, que é a mais velha e do meu filho Edgar, que é o caçula e das pessoas que me conhecem do tempo que eu jogava no Sport. De vez em quando aparece um ou outro aqui, aí vou levando.” Essas pessoas prestam-lhe apoio material, com presentes. Já o outro filho de Delfino, apesar da “ironia” de ser o que mora mais perto da ILPI, quase não o visita, o que ele justifica pelo filho ser muito ocupado. Os demais familiares de Delfino não recebem as mesmas desculpas: *“Eu tenho... tenho um irmão que é pastor e não aparece. Eu... eu... da última vez eu disse a ele, ele num tá fazendo certo como pastor não, que pastor é... é... assim como um padre, tem que tá sempre pra ajudar as pessoas... e ele não. [...] E tem uma irmã que inventou de ser diaconisa e também é outra responsabilidade, num vem aqui. Não vem nenhum dos nove, nenhum dos nove.”* Fora os filhos, Delfino percebe apenas uma irmã como fonte de apoio e assume a possibilidade de morar com ela, caso ela se mude do Rio de Janeiro para a casa da mãe deles, em Olinda. Antes da institucionalização, ele aponta ainda a esposa como a principal provedora de cuidados com ele, até que ela faleceu.

Na literatura é recorrente encontrar a mulher como a principal provedora de cuidados, seja de pais idosos ou de seus próprios esposos, na velhice (CAMARANO; MELLO, 2010). Talvez por este motivo seja tão enfatizado no relato de Jacinto, o desejo que ele tinha por se casar e o fato de perceber-se como só, mesmo convivendo com vários outros idosos que foram casados e mesmo assim estão em uma ILPI: *“Eu tô só. Casar eu num caso mais, porque nessas altura do campeonato, num desenvolvo... aí fica difícil [...] A pessoa só... é ruim, né? E a frustração mata, né? Frustração mata, você fica mais cansado...”* Apesar de perceber-se como só, conta que recebe visitas do irmão, que parece ser sua principal fonte de apoio, e ocasionalmente da sobrinha. Já o restante da família não se “importa” com ele, apesar de ele também ter afirmado que foi convidado por uma tia para morar com ela e com a mãe dele, ainda viva.

Margarida também conta com uma irmã mais nova, única dos irmãos ainda viva, que está “cuidando” dela. Apesar de ter se casado, Margarida se divorciou e passou trinta e seis anos morando só, situação a qual estava acostumada e aparenta sentir falta, ao contrário dos outros participantes: *“Agora sinto falta da minha casa né, porque a gente morar 36 anos sozinha, tudo só seu, no lugar que você gosta, no lugar... necessário. É... é diferente viver”.* Assim, apesar de não falar de amigos nem familiares que componham sua rede, ela não relata perceber-se “só” como Jacinto. De qualquer forma, refere a falta de visitas dos familiares ainda vivos, os sobrinhos: *“Aí tem umas sobrinhas, tem 16 sobrinhos aqui, mas... Não vêm me ver.*

Só uma, vem me ver, assim mesmo demora.” Da irmã, ela recebe visitas e também passa dias e eventos festivos com ela.

Em seu relato, destaca-se a configuração da família, que dificultaria a permanência de um idoso acolhido em casa. Para Margarida, as casas de hoje só permitem a moradia de uma família nuclear. Para Íris, todos estão muito ocupados, inclusive as crianças com atividades escolares e a mulher, que também trabalha fora. Apesar de ela não necessitar de cuidadores, não quer ficar só, nem assumir as atividades domésticas. Delfino também destaca que os filhos são bastante ocupados e em seu caso, precisaria já ter alguém que desempenhasse papel de cuidado. Estes relatos refletem as mudanças que atingiram as famílias nas últimas décadas e que tendem a dificultar ainda mais a permanência, principalmente de idosos dependentes, sob os cuidados familiares (CAMARANO; KANSO, 2010b).

Tulipa não tem contato com parentes; ela foi criada por uma tia e tinha pai e irmão vivos durante um período da sua vida. Na idade adulta passou a viver com uma irmã “de consideração” de quem herdou “netos” e “bisnetos” com quem se mantêm sempre em contato, também saindo com frequência da instituição para ficar em suas casas. Bromélia também não tem familiares vivos e mesmo na infância teve uma relação conturbada com seu pai e até com um tio. No entanto, ela se concentra em relatar todas as relações de amizade que construiu na vida adulta e que conseguiu manter. Viu as famílias dos amigos crescerem e até hoje se mantêm em contato com parte deles, também saindo com frequência para suas casas.

Rosa conta com o suporte de uma procuradora, que no relato não aparece como alguém com quem desenvolveu uma relação de amizade, apesar de se referir a ela como quem “*cuida*” dela. Separada da família ainda na infância, só teria uma irmã que poderia estar viva, mas que perdeu o contato. A única pessoa que aparece em seu relato como fonte de apoio é a sogra da atual procuradora, quem a ajudou a se aposentar e com quem morou até sua morte. Apesar de também não falar muito sobre a relação que mantinha com essa pessoa, Rosa conta que a morte dela “*Pra mim foi um desastre, né?*” Sua percepção de ser “só” está ligada ao fato de ter ou não companhia, assim, se sente satisfeita na ILPI: “*Eu nunca fico só, feito... feito disse o diretor: você nunca vai ficar só. E chega gente demais aqui. Tem gente aqui... tudo né... vizinho um do outro. Os quarto tudo pegado um no outro, como é que eu vou ficar só?*” Ainda assim, refere sentir falta de algo que só teria com a família: “*A gente também sente falta. Eu sentia falta das minhas irmã... da minha família. Mas me diga, de que eu vou sentir falta agora? Se tivesse meus pais, tivesse minha família, eu tava... Tenho certeza que tava com a minha família, com minhas irmã.*”

6.4 Significação da institucionalização

Caracterizados os participantes da pesquisa e reiterando a importância de se ter em mente que nenhum deles tem grau elevado de dependência, discute-se aqui os processos de significação associados à institucionalização. Também deve-se considerar aqui, como lembra Bruner (1997, p. 53), que “uma história é sempre a história de alguém”, portanto, está carregada por um conjunto de prismas pessoais, que caracterizam a voz narrativa de cada autor. Esta voz é tão singular que duas pessoas, por mais que compartilhem caminhos muito parecidos, nunca podem ocupar o mesmo espaço temporal e discursivo (ROSSETI-FERREIRA; AMORIM; SILVA, 2004). Assim, observa-se em cada um dos relatos as singularidades de cada um dos participantes, mas também há um esforço para apreender *o que compartilham* e realçar, nessa discussão, aquilo que pode contribuir para alcançar os objetivos desse trabalho e ampliar a reflexão em torno da institucionalização de idosos.

De modo geral, se por um lado os relatos apresentam alguns significados que já são comumente associados à institucionalização, por outro apontam para uma ressignificação. A este processo, deve-se atentar para o conceito de matriz sócio-histórica, que compreende os elementos ideológicos, as condições socioeconômicas e políticas (ROSSETI-FERREIRA; AMORIM; SILVA, 2004). Assim, deve-se considerar o papel de instrumentos legais como o Estatuto do Idoso, de políticas públicas como a PNI, a atuação de órgãos de controle e fiscalização, o aumento de ofertas de serviços privados que agregam um outro tipo de valor à modalidade, além dos novos olhares que a mídia tem lançado sobre esses espaços (CRISTOPHE; CAMARANO, 2007), que contribuem para que as ILPIs se insiram em um novo paradigma de cuidados de longa duração.

Discute-se que a ILPI precisa passar por uma reorganização que atenda às demandas da população idosa e possibilitem uma ressignificação, constituindo-se como nova opção para o idoso, para os que precisam e mesmo para os que a querem (DUARTE; BERZINS; GIACOMIN, 2016). A partir dos relatos aqui apresentados, pode-se assumir que essa mudança já está em curso e se reflete nos significados produzidos pelos participantes.

Pode-se dizer que, em maior ou menor grau, todos os participantes decidiram eles mesmos pela mudança para a ILPI. Deve ser lembrado, mais uma vez, que se o alvo do estudo fosse diferente, idosos dependentes, os resultados seriam também bem diferentes. Também já foi discutido aqui que, se fossem ofertados outros tipos de serviços alternativos à ILPI, provavelmente esses mesmos participantes não estariam nessa instituição. Ainda assim, como

se configura hoje a oferta e como esses participantes relatam sua decisão, compreende-se que a institucionalização já se apresenta uma opção para o idoso.

Dos dez participantes, destaca-se o relato de Íris. Pensionista, com casa própria e apoio do filho, que mora em sua casa com nora e filhas, ela aparentemente não teria motivos para se mudar para a ILPI, mas conta que queria um lugar que não precisasse mais exercer atividades domésticas. *“Porque dona de casa é muita responsabilidade e eu já entreguei por causa... Quero entregar, porque eu já sofri muito.”* Poderia se discutir se não há motivos intrínsecos a esta decisão, como talvez não se sentir à vontade morando com a família do filho. O que importa, entretanto, é o significado dado por Íris à institucionalização, que aparece como uma opção pessoal. Por outro lado, no relato de Margarida, apesar de elencar diversos motivos de sua ida para a ILPI, atribui à sua irmã a decisão: *“Então minha irmã mais nova, que hoje só somos três, e... Ela disse que eu não podia continuar nesse apartamento, por causa da minha idade, da artrose, do problema da vista. Ela conseguiu uma vaga aqui.”*

Em outros relatos, é difícil delimitar o quanto há de opção pessoal ou se outros aspectos foram mais decisivos na institucionalização, concebendo-a uma solução para determinados problemas, como conflitos familiares, no caso de Petúnia e Violeta. A ILPI representa então, “uma alternativa de amparo, proteção e segurança, principalmente, para os que não têm família e para aqueles que experimentam uma situação de conflito familiar” (CRISTOPHE; CAMARANO, 2007). Para Bromélia, a ILPI é *“lugar de quando a pessoa não tem família para viver”*, revelando um pensamento comumente associado a estas instituições. Hoje, entretanto, ocorrem mudanças que refletem no que se segue na fala da própria Bromélia: *“Quem tem vive e eu que num tinha?!”* Em todo caso, Bromélia conta que gostaria de ter se mudado antes pra instituição: *“Mas quando eu me aposentei, se eu tivesse me lembrado, eu já tinha vindo logo pr’aqui”*. Tal como diz Violeta: *“Vim pr’aqui com 81. Se nos meus 59 anos... Porque você sabe que entra aqui com 60, né? Eu já devia tá esperando a minha vaga aqui, né? Eu sempre falo isso.”*

Também no relato de Íris é possível observar como um contexto macro sustenta múltiplas e até mesmo antagônicas condições e discursos (ROSSETI-FERREIRA; AMORIM; SILVA, 2004), provavelmente aqui associadas a um processo, ainda em curso, de ressignificação desses espaços. Ao encontrar resistência da família e dos vizinhos, Íris se depara com um discurso apoiado em um histórico das instituições asilares, caracterizadas como um local de abandono. A referência dela e da comunidade é a de uma outra instituição filantrópica, que apesar de ela mesma não conhecer pessoalmente, conta: *“Mas diz que naquele tempo*

passado, era um pouquinho difícil”. E compara: *“Mas graças a Deus aqui não, aqui é... aqui eu vivo bem.”* Mas até que todos conhecessem a instituição, o filho não achava certo colocar a mãe *“num negócio de abrigo”*, nem os vizinhos aceitavam que o filho estivesse *“desprezando”* a mãe.

O pressuposto de que os filhos têm obrigação de cuidar dos pais pode ser discutido ainda, fora os já comentados casos de Petúnia e Violeta, com base nos relatos de Delfino e Jasmin. Ambos têm filhos, não relatam situação de conflito, mas têm queixas, mesmo que sutis, com relação a eles. Delfino justifica que os filhos são ocupados, mas fala sobre a *“ironia”* de ter um filho que mora perto da ILPI e não o visitar, de modo que ele *“depende”* dos outros dois. Ainda assim, esses dois filhos não lhe oferecem opção de moradia, já que pensa em sair da instituição por conflitos com outro morador. Jasmin até recebeu como opção a proposta de um dos seus filhos para morar com ele, mas por falta de convite da nora, rejeitou.

O seu relato indica que preferiria morar com o filho e que, apesar de ter recebido positivamente com surpresa e alívio a notícia de que conseguiu uma vaga na ILPI, não se adaptou bem à institucionalização. Jasmin passa maior parte do tempo em seu próprio quarto, pouco ocupando os espaços coletivos, mesmo nos momentos de refeição, quando todos vão até a casa principal. Ela não faz avaliações positivas sobre a instituição e o que ela avalia negativamente se funda nos relatos de outra moradora da casa e no seu próprio temor: *“Que quem adoecer, desce. Eu tenho fé em Deus de não adoecer, que lá em baixo é... horrível. Lá em baixo é horrível. Aqui nós temos banheiro, lá em baixo parece que são quatro banheiro pra todo mundo. E diz que é mijo pelo chão, é cocô, quando num... quando num... sei lá. Essa que tá morando aqui comigo contou, a outra também, que mora lá... Diz que é horrível, horrível... banheiro... Então, eu já disse, eu espero não descer.”*

A própria possibilidade de ficar totalmente dependente de cuidados representa, por si só, um temor que se acentua na velhice, quando a incidência de doenças crônicas incapacitantes é maior. Delfino conta que iniciou reposição hormonal aos 50 anos e hoje, mesmo com algumas dificuldades, não deixa que nenhuma cuidadora toque em seu corpo. Já Tulipa fala que aos 80 anos não precisa de ajuda nenhuma em seu cuidado: *“Não sei, futuramente... Espero em Deus que eu vá assim longos tempo, né?”* Assim, o temor se associa à falta de controle sobre o seu próprio corpo e a consequente administração completa de sua vida por outros.

Embora essa consequência seja a mesma no ambiente familiar ou institucional, assume-se que o cuidado na instituição torna-se totalitário quanto maior o grau de dependência dos seus internos (CRISTOPHE; CAMARANO, 2007). Ao contrário do ambiente familiar, em uma

instituição coletiva a alta demanda exige que as rotinas de cuidado acabem sendo mais mecanizadas, o que pode abrir caminho para relações desumanizadas, hierarquizadas e autoritárias entre funcionários e idosos. Mesmo lembrando que as situações de violência e violação de direitos acontecem majoritariamente no ambiente familiar (FONSECA; GONÇALVES, 2003), o histórico asilar e as notícias que circulam sobre interdições de ILPIs por maus tratos ainda exercem uma forte influência sobre a imagem dessas instituições. E para aqueles que visitam uma instituição, ou mesmo uma área de dependentes como no relato de Íris, não se pode negar o impacto que o cenário causa.

Para os idosos independentes, alvo desse estudo, o cenário é bem diferente. Todos os dez, em maior ou menor grau, relatam receber visitas, sair da instituição sempre que querem, com ou sem companhia (aqueles que têm um maior nível de independência), e até mesmo passar noites fora. Os quartos são duplos, cada um com banheiro e com decoração e objetos pessoais de cada ocupante. Ainda assim, trata-se de uma instituição coletiva e seu funcionamento depende de algumas regras que facilitam a administração. Margarida fala dessas regras em comparação com o colégio interno que estudou, elencando esse fator como importante na sua adaptação: *“Aí é quase o regime de um internato, né? Hora pra... pra comer, hora pra dormir, hora pra levantar, né? É quase o... o sistema de um internato.”*

Para Rosa, ter horários definidos para as refeições é uma característica positiva. Outros participantes falam desses aspectos como parte da rotina institucional. Segundo Tulipa: *“Cinco horas da manhã é um... fuzuê, que... um reclama, um fala... Não quer tomar banho, ‘fulano, vai tomar banho! Bertano, num sei o que...’ Sabe como é? Então eu me acordo, cinco e meia minha companheira acorda, puuuuuxa o negócio (fazendo barulho com a boca indicado o som do puxar), ‘pá’ na chave da porta... essas coisas que a gente não pode evitar, porque é o nosso dia a dia.”* Estas circunstâncias, mais que ligadas às regras institucionais em si (que fora a do horário de alimentação são bem flexíveis, para os idosos independentes, nessa ILPI em especial), são características da convivência coletiva. Jasmin e Íris, por exemplo, destacam que há pessoas na casa que são mais “difíceis” ou “chatinhas”, enquanto que Delfino e Jacinto se envolveram mesmo em conflitos com outro morador.

Além das dificuldades de convivência, viver coletivamente, apesar de ser destacado em alguns relatos positivamente, já que representa sempre estar acompanhado por outras pessoas, pode assumir significados diferentes. Margarida morou a vida inteira sozinha e estava acostumada com a condição de morar só, de modo que a avaliação que faz da ILPI é ambígua: *“Tô satisfeita aqui. Agora sinto falta da minha casa, né? Porque a gente morar 36 anos sozinha,*

tudo só seu, no lugar que você gosta, no lugar... necessário. É... é diferente viver. Mas mesmo assim ainda é bom, porque é um quarto pra duas pessoas, banheirinho privado e... [...] Tô satisfeita aqui. Mas sinto falta, né?” Rosa poderia representar o extremo oposto. Desacostumada a morar só e temendo a condição, encontrou na vivência coletiva da ILPI um modo de estar sempre acompanhada. Só entendendo a trajetória das duas é possível entender como um mesmo fator, viver em coletividade, é significado tão diferentemente por cada uma delas.

Essa possibilidade de construir diferentes significados a partir da institucionalização é um fator importante também para reiterar que, pelo menos para os idosos independentes, a ILPI não se apresenta como uma instituição total. Apesar de poder se dizer que aspectos como a determinação de horários para a refeição favorecem a emergência de certos significados em detrimento de outros, não se caracteriza uma estrutura rígida o suficiente, que deixe os participantes com pouco controle sobre as situações e que caracterize o que se chama de enredamento (ROSSETI-FERREIRA; AMORIM; SILVA, 2004). O que é dado limita, circunscreve, mas mesmo assim o que é experienciado será diferente (ZITTOUN, 2016). De modo simples, pode-se dizer que mesmo para a regra das refeições, que é mais rígida, as experiências dos participantes são diversas: uns se juntam no refeitório, outros fazem seu prato e comem em seus quartos assistindo televisão, guardam marmitas para comer em outra ocasião ou simplesmente não se servem, preferindo comprar sua própria alimentação.

Na avaliação positiva da ILPI, alguns relatos destacam os serviços de limpeza e mesmo de alimentação, que os deixam livres dessas tarefas e com mais tempo, seja para descansar, para fazer atividades de lazer ou mesmo para “resolver outras coisas”. Violeta conta: “*O que eu faço é... Eu faço exercícios, eu faço hidroginástica, saio para resolver minhas coisas, resolvo tudo...*”. Íris diz que na instituição “*Num lavo prato, fico na vida de anjo [...] com a vida de princesa, vida de rainha. Tem quem faça...*” Rosa, que trabalhou a vida inteira como empregada doméstica, conta que mesmo depois de aposentada ainda tinha que cuidar de tarefas domésticas e agora não precisa mais: “*[...] que é que eu quero mais? Não lavo roupa, não cozinho, não varro casa, não lavo prato, não lavo banheiro, nem varro quintal. Lá eu fazia tudo, agora eu não faço é nada, faço comer e dormir*”.

Íris, Rosa e Violeta ainda avaliam positivamente a direção da instituição. Rosa enfatiza que é tratada sempre pelo seu nome, com atenção e delicadeza, o que avalia como uma característica importante para dirigir uma ILPI: “*E fala direitinho, delicado, atencioso... É o que eu gosto, né? Não gosto do grosso. Ele sendo, né? Atencioso, delicado... É o importante,*

pra o comandante, né? Daqui.” Já Delfino, elogia a atuação das cuidadoras da casa: “Aqui tem muitas... que... que são pessoas que cuidam direitinho, que cuidam muito bem. Na hora que você precisa, pode contar com ela... E eu sei... eu sei ser agradecido.”

As críticas também aparecem nos relatos, mas de maneira mais velada. Rosa diz que *“Eu num arranjo lugar mais arranjado que esse canto...”*, por exemplo. A crítica mais contundente é de Tulipa, a moradora, dentre os participantes, mais antiga da instituição. Quando entrou na ILPI, quinze anos atrás, conta que era *“apaixonada”* pelo lugar: *“Aqui tinha um... uma mangueira aqui, no meio um cajueiro, lá na esquina tinha outro pé de mangueira (mostrando o pátio de entrada da ILPI, que hoje é apenas um chão de terra). Era arvorizado, muito bonito! Arre... as mesas, tava tudo arrumado, tal. Então vai... aquela festa toda... Que o (nome da instituição) num era assim feio não, do jeito que tá agora. Agora... agora tá um abrigo mesmo. Antigamente era um lar! Todo arrumadinho, bonitinho, entendeu? Tinha uma praça aqui, linda!”* Fora os aspectos do ambiente físico, Tulipa também critica, como já foi discutido, a cobrança indevida do décimo terceiro salário dos idosos.

Apesar de os aspectos da institucionalização estarem sinalizados em todos os relatos, Rosa é a única que se detém nos detalhes de sua transição, não porque a mudança seja uma ruptura necessariamente, mas provavelmente por estar na ILPI só há 2 meses, passando ainda por processos de adaptação, como a troca de sua cama e o conflito em torno da chave do seu quarto. Para Zittoun (2008), além da ruptura dever ser percebida como tal, a transição catalisada por ela deve englobar aspectos identitários, de aprendizagem e de significação. Assim, dificilmente poderia se dizer que a institucionalização em si tenha sido uma ruptura para esses idosos. Há eventos prévios, em alguns casos, que podem ser mais facilmente identificados como uma ruptura e a institucionalização, nesses casos, parte da transição.

Para além dos marcadores mais normativos de curso de vida, aqui já discutidos, como casamento, trabalho, filhos e viuvez, os participantes sinalizam outros marcos importantes para eles mesmos em suas trajetórias. Os relatos de Margarida, Petúnia e Violeta se destacam pelo fato desses marcadores terem desencadeado uma série de acontecimentos, que culminaram na sua institucionalização: o conflito com o filho em torno da sua casa, no caso de Petúnia; o transtorno com a drogadição da filha, no caso de Violeta; e o grave problema oftalmológico, no caso de Margarida.

Quando se fala em curso de vida pode-se subentender que há linearidade, continuidade, mas é justo nas interrupções, nas rupturas, nas quebras do caminho, que se exige uma reorientação, põe-se um desafio ao desenvolvimento (ZITTOUN, 2009). Petúnia, avaliando o

que lhe aconteceu a partir da sua perspectiva atual, consegue indicar fatores que apontavam para a ruptura, como o fato de ter deixado todo o dinheiro do empréstimo sob a administração do filho, ou quando deixou que o filho decidisse como seria a divisão da casa e assim teria tirado vantagem ao deixar Petúnia com a garagem, que ele usaria. No entanto, o momento decisivo é quando mãe e filho discutem e Petúnia se vê sem saber o que fazer, saindo de casa confusa, até se dar conta: *“Eu digo: meu Deus, eu passei direto. Porque ali, eu tava morando ali no Arruda [...] Aí eu fui, digo: meu Deus, que é que eu vim fazer aqui? Eu digo: pera aí, eu sei que é que eu vou fazer. Fui pra delegacia do idoso, prestei uma queixa”*.

A partir daí, passa por uma série de mudanças que caracterizam a transição: rompe relações com o filho e netos, passa a se ver como “só”, desamparada, o que significa que sua permanência, em sua própria casa, não é mais viável. A ILPI aparece como uma solução e sua mudança para a instituição significa o “encerramento” da crise. Provavelmente a entrada de Petúnia na instituição deve ter demandado minimamente algum ajustamento, mas nada que tenha merecido o mesmo destaque que o conflito com o filho, no seu relato. Violeta não dá tantos detalhes sobre os problemas com a filha, mas do modo como é sinalizado em seu relato, esses eventos devem ser olhados com atenção. O seu esposo não queria criar “filho dos outros”, mas ela queria e o fez, depois que ele morreu. Os problemas se iniciaram ainda quando a filha era menor de idade e exigiu de Violeta cuidados que não resultaram em melhora, de modo que com a maioridade da filha se viu sem controle da situação e exposta a riscos. Se a filha antes precisava de proteção especial, ela se viu invertendo a posição e decidiu procurar “abrigo”.

Margarida, depois de narrar os eventos em torno da perda da visão de um olho, as mudanças que o tratamento exigiu em sua vida, desde a venda de seu apartamento para arcar com os custos da cirurgia até o fato de não poder mais ler tanto quanto gostaria, ainda se detém sobre os aspectos de sua adaptação na instituição. Pelo fato de ter tido uma influência decisiva da irmã, além da mudança extrema de morar por tantos anos sozinha e passar a um espaço coletivo, talvez a institucionalização possa até ser percebida também como uma ruptura para ela. Apesar de falar que se adaptou logo ao contexto institucional, pela sua experiência prévia, quando conta que *“é diferente viver”* na ILPI, que está satisfeita, mas sente falta de sua casa, Margarida demarca com o conflito de significados que este talvez seja um processo de adaptação ainda em curso e que está lhe exigindo um reposicionamento, uma reorientação.

Em todo caso, os relatos apontam para a multifatorialidade envolvida nos processos de institucionalização e na própria produção de significados, intimamente relacionados com a história de vida de cada um dos participantes. Mas também, pode-se dizer que há uma

congruência entre os achados desta pesquisa e o que se encontra na literatura como perfil de idosos em ILPI: viverem sós, não terem companheiros, filhos ou cuidadores que possibilitem a permanência no seu lar (cf., por exemplo, ARAÚJO; SOUSA NETO; BOS, 2016; LINI; PORTELLA; DORING, 2016), motivos que inclusive estão mais associados a instituições filantrópicas e públicas (cf., por exemplo, CAMARANO et al., 2010; PINHEIRO, et al., 2016).

Se por um lado há Rosa, que não relata ter amigos ou familiares e, a não ser pela procuradora, não teria mesmo qualquer fonte de suporte; por outro há Íris, que relata apoio da igreja, da comunidade e principalmente do filho e da nora, indo para casa sempre que precisa. Ambas avaliam positivamente a instituição, inclusive a partir de aspectos comuns, como não precisar realizar atividades domésticas. No entanto, há uma diferença importante nos significados em torno da institucionalização: enquanto Íris insiste que foi para a ILPI por opção pessoal, já que poderia morar com o filho, Rosa conta que se tivesse família estaria com ela.

O relato de Jacinto é o mais emblemático nesse sentido. Toda sua narrativa e todos os significados que ele vai construindo em torno da sua história de vida giram em torno de sua percepção de estar só, de nunca ter casado e de não ter familiares que se importem com ele. Apesar de seu relato poder ser contestado a partir do que ele mesmo conta, é assim que Jacinto significa sua experiência, é assim que ele a vive subjetivamente e é isso que se deve considerar aqui, em cada um dos relatos. Para Bruner (1997) a narrativa não se dá na realidade ou não dos fatos narrados, mas em como ela se estrutura, na sequência de suas sentenças. O lugar que “personagens”, eventos, estados mentais ocupam nessa sequência é o que dá o significado narrativo.

Cada uma das histórias aqui contadas justifica como cada um dos participantes constrói os consequentes significados para a institucionalização. Apesar das características bastante particulares das trajetórias de cada um deles, nos pontos em comum é possível encontrar pistas do que é a institucionalização de idosos independentes, de baixa renda, em ILPIs filantrópicas. É possível também projetar o que poderia ser feito para otimizar essas experiências e fornecer alternativas de caminhos diferentes na velhice, para aqueles que como os dez participantes que compartilharam aqui suas histórias, não têm família, procuram abrigo, companhia, cuidados ou até mesmo descanso.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os desafios de fazer pesquisa científica ocorrem desde a escolha do objeto de estudo, as consequentes escolhas metodológicas, até à elaboração dos tópicos de discussão, perpassando ainda pelo contorno intangível do tempo que um curso de mestrado exige. Assim, os resultados são sempre recortes do objeto que, reconhecendo suas limitações, devem contribuir para o quadro mais amplo da discussão sobre o tema.

Especificamente sobre os estudos que tratam de ILPIs, reconhece-se na literatura uma defasagem de pesquisas que discutam qualitativamente o tema, a partir da Psicologia ou de outros campos do saber; poucos privilegiam a intensidade no tratamento do fenômeno. Aqui, propôs-se uma pequena contribuição na área, que pode servir de semente para novos estudos, afinal, em pesquisa qualitativa a tendência é que surjam sempre novas perguntas que devem levar o trabalho a um aprofundamento cada vez maior (MINAYO, 2017). Na impossibilidade de continuar o aprofundamento em um mesmo estudo, divide-se a responsabilidade com outros pesquisadores e com a possibilidade de desdobramentos em estudos futuros.

Com o recorte de instituições filantrópicas, seria interessante, por exemplo, buscar uma amostra de mais de uma instituição, e não somente de uma, como foi o caso do presente estudo. Os processos de ajustamentos a instituições tendem a ser diferentes, a partir do contexto ambiental (FARIA; CARMO, 2015), de modo que os resultados do estudo seriam mais ricos se mais de uma instituição participasse. Aqui estes processos são descritos de modo muito similar pelos participantes, a nível mesmo operacional, o que revela ainda mais o papel da própria instituição na mudança. Nesse sentido, estudos com ILPIs com fins lucrativos e públicas também devem complementar esse panorama, compreendendo que não só o contexto ambiental é diferente como também o próprio público a que elas atendem; por exemplo, os aspectos socioeconômicos dos usuários, que demandam serviços de atendimentos específicos.

Outra característica importante que deve ser levada em consideração nos estudos em ILPIs é a amostra selecionada. Aqui foram participantes idosos independentes ou com grau baixo de dependência, todos com capacidades intelectuais preservadas. Estudos com idosos institucionalizados dependentes e que possam ainda falar sobre sua própria experiência são urgentes, uma vez que a literatura aponta para uma possibilidade de significação mais negativa da institucionalização nestes casos, relacionada ao conceito de instituições totais. Já para aqueles idosos com processos demenciais em curso ou com transtornos mentais, devem ser

pensados métodos e instrumentos adequados de pesquisa qualitativa que também os incluíam como alvo de estudos.

Considerando os dez participantes desta pesquisa e os seus contextos de desenvolvimento, que englobam os marcadores ambientais, sociais, culturais, econômicos e históricos, encontraram-se dados respaldados na literatura, como a maior incidência de mulheres entre os institucionalizados, além de características compartilhadas entre os próprios participantes, como a origem rural ou em cidades do interior, baixa escolaridade, baixa renda – já esperada quando se trata de uma ILPI filantrópica, e residência pré-institucionalização em áreas mais pobres. A institucionalização apareceu espontaneamente no relato de nove dos dez participantes, como um indicativo de que foi um evento minimamente importante em seus cursos de vida.

Os caminhos percorridos até a institucionalização, apesar de bastante idiossincráticos, compartilham algumas características expressas nos motivos para a mudança. Apesar de todos relatarem ter decidido por conta própria ir para a ILPI, os relatos também indicam que não havia disponibilidade de cuidado familiar para eles. Alguns não constituíram família, outros são viúvos e duas ainda vivenciam ou vivenciaram conflito familiar. Apenas uma participante relata que poderia estar morando com o filho. Além da consonância com os dados da literatura, estes são elementos importantes também sobre a percepção que têm sobre suas redes de apoio social que, inclusive, aparece como uniforme ao longo da vida, nos relatos. A maioria percebe, de qualquer forma, a oferta de algum tipo de apoio, com exceção de um participante, que relata estar só.

De modo geral, pode-se dizer que os relatos apresentam alguns significados que já são comumente associados a ILPI, como um local de abandono, ou o local para idosos que não têm família, mas também apontam para uma ressignificação em conformidade com o atual momento histórico, que viabiliza a institucionalização como uma opção, que pode oferecer ainda abrigo e segurança. Estes resultados chamam atenção ainda para a necessidade de se pensar em alternativas de cuidados de longa duração no Brasil, já que a demanda desses participantes poderia ser mais bem atendida por outras modalidades, inclusive de menor grau de complexidade e consequentemente de menor custo.

Em termos metodológicos deve-se apontar ainda alguns aspectos que dificultaram a coleta e a análise dos dados, mas esses aspectos tinham sido planejados com propósitos específicos. A instrução inicial dada ao participante da pesquisa foi no sentido de que ele contasse sua história de vida, destacando os aspectos que ele julgasse importantes. Essa

instrução aberta, tinha o objetivo de capturar se foi significativo para o idoso sua entrada na ILPI, portanto, se eles mencionavam e de que modo mencionavam esse evento como um marcador de seu curso de vida. Mas o uso dessa instrução inicial, sem um roteiro que pudesse estruturar o caminho das entrevistas, deu margem para relatos com forma e conteúdo bem diversos, inclusive a nível de profundidade. Exigiu da pesquisadora mais habilidade para manejar os encontros, de modo a conseguir os relatos, mesmo quando os entrevistados encontravam dificuldades com a instrução. Assim, planejar um roteiro de perguntas para casos em que os participantes falassem pouco, ou quase não falassem, poderia ser uma boa estratégia de instigamento, que daria mais segurança na condução das entrevistas.

Por outro lado, pelo caráter aberto da entrevista e pela própria natureza do método selecionado para a coleta, mesmo os menores relatos apresentaram uma grande riqueza de “dados” que poderiam ser analisados. Nesse ponto, trabalhar com uma amostra menor possibilitaria contemplar integralmente os relatos na análise, mas talvez não contemplasse os critérios que Minayo (2017) aponta para a “saturação” da amostra de pesquisas qualitativas, refletindo a quantidade e a intensidade das múltiplas dimensões do fenômeno – o que exigiria inclusive, como já apontado, abranger participantes de outras instituições. Assim, os “dados” obtidos poderiam ainda ser tratados sob diversos outros prismas e certamente poderiam ser desdobrados a partir de novas perguntas.

Deve-se destacar, entretanto, que o uso da análise fenomenológica dos relatos se mostrou um instrumento profícuo para o que se propunha neste trabalho. Assim, apesar das limitações comentadas, julga-se que os objetivos da dissertação foram alcançados e que o método foi pertinente, mesmo com a possibilidade de ajustes do instrumento de coleta. O recorte do objeto foi necessário para o cumprimento da tarefa dentro do prazo estabelecido, mas se julga que também foi coerente para o conjunto de ILPIs filantrópicas que funcionam de modo similar à que serviu de campo de investigação, ainda que se tenha reiterado a importância de se estudar as demais populações que englobam o fenômeno da institucionalização como um todo.

O campo é muito diverso e ainda bastante delicado, com interesses conflitantes, seja por parte das direções das instituições, ou mesmo por parte de familiares, procuradores e até mesmo de curadores no caso dos idosos sem condições de administrar a própria vida. Além disso, a conjuntura política atual aponta para um ainda maior distanciamento do poder público das questões da velhice, com ameaças prestes a se concretizar em retrocessos de políticas públicas de renda até então dadas como garantidas, como o acesso dos idosos mais pobres ao salário mínimo do BPC, fora as demais supressões de direitos que se enfrentará com a reforma da

previdência em discussão no Congresso no momento da realização do presente trabalho. É necessária uma sensibilidade atenta, para que os estudos continuem mantendo o foco no que deveria ser o seu principal objeto: os próprios idosos.

Bosi (1994) já referia que era necessário repensar o modelo asilar, construindo “casas decentes para a velhice, não segregadas do mundo ativo” (p. 81), o que vem acontecendo nos últimos anos, embora ainda de maneira incipiente. A autora reflete que as minorias, como mulheres e negros, lutam por seus direitos, mas que os velhos não teriam instrumentos a seu alcance. Reflete-se aqui que esses instrumentos existem e que o contexto atual inclusive conta com uma velhice mais engajada na reivindicação de seus próprios direitos, através, inclusive, de mecanismos institucionais como os conselhos municipais e estaduais do idoso. Ainda assim, como na luta de qualquer outro grupo, a sociedade civil, a academia, a mídia e outras instituições desempenham papel importante na legitimação ou negação dessas reivindicações. Nesta pesquisa buscou-se visibilizar a reivindicação que a autora aponta, por instituições menos totalitárias e mais acolhedoras, entendendo o papel ativo do idoso nesse processo e destacando a necessidade de mantê-los como protagonistas de suas próprias histórias.

REFERÊNCIAS

ABRAHÃO, M. Memória, narrativas e pesquisa autobiográfica. **Revista História da Educação**, n. 14, p. 79–95, 2003.

ALBUQUERQUE, S.M.R.L. **Qualidade de vida do idoso: a assistência domiciliar faz a diferença?** São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003.

AMORIM, K. S.; ROSSETTI-FERREIRA, M. C. A matriz sócio-histórica. Em: ROSSETTI-FERREIRA, M.C.; AMORIM, K. S.; SILVA, A. P. S.; CARVALHO, A. M. A. (Orgs.). **Rede de significações e o estudo do desenvolvimento humano**. Porto Alegre: Artmed, 2004, versão digital.

ANVISA. **RDC nº 283, de 26 de setembro de 2005**. Regulamento técnico para o funcionamento das instituições de longa permanência para idosos. Brasília: Agência Nacional de Vigilância Sanitária, 2005. Disponível em: <http://sbgg.org.br/wp-content/uploads/2014/10/rdc-283-2005.pdf> Acesso em: 21 set 2017

ARAÚJO, L. F.; CARVALHO, V. A. M. L. E. Aspectos Sócio-Históricos e Psicológicos da Velhice. **Mneme**, UFRN, v. 06, n. DEZ-JAN, p. 01-12, 2005.

ARAÚJO, A. M.; SOUSA NETO, T. B.; BÓS, A. J. G. Diferenças no perfil de pessoas idosas institucionalizadas, em lista de espera e que não desejam institucionalização. **Rev. bras. geriatr. gerontol.**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, p. 105-118, Fev. 2016

BERÉ, C. M. **Contrato modelo de prestação de serviços com o idoso**. [S.l.] 2012. Disponível em: <http://www.ampid.org.br/v1/contrato-modelo-de-prestacao-de-servicos-com-o-idoso/> Acesso em: 06 fev. 2019.

BESSA, M. E. P.; SILVA, M. J. Motivações para o ingresso dos idosos em instituições de longa permanência e processos adaptativos: um estudo de caso. **Texto contexto - enferm.**, Florianópolis, v. 17, n. 2, p. 258-265, Junho 2008.

BERZINS, M.A.V.S.; GIACOMIN, K.C.; CAMARANO, A. A. A Assistência Social na Política Nacional do Idoso. In: ALCÂNTARA, A. O.; CAMARANO, A. A.; GIACOMIN, K. C. (Orgs.). **Política Nacional do Idoso: velhas e novas questões**. Rio de Janeiro: IPEA, 2016 (p. 107-133).

BITTENCOURT, M. A. B. R. **Nossa História**. [200-] Disponível em: <http://www.casasluiz.com.br/csl/index.php/5074-2/> Acesso em: 25 set. 2018.

BORGES, G. M.; CAMPOS, M. B.; SILVA, L. G. C. Transição da estrutura etária no Brasil: oportunidades e desafios para a sociedade nas próximas décadas. In: ERVATI, L. R.; BORGES, G.M.; JARDIM, A. P. (Org.). **Mudança demográfica no Brasil no início do século XXI: subsídios para as projeções da população**. Rio de Janeiro: IBGE, 2015, p. 138-151.

BOSI, E. **Memória e Sociedade: lembranças de velhos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BOSI, E. **O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012. Aprova normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. **Diário Oficial da União**, Brasília-DF, 2013. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf> Acesso em: 05 nov. 2017

BRASIL. **Caderno de atenção domiciliar**. Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. Brasília: Ministério da Saúde, 2012.

BRASIL. Lei nº 1074, de 1º de outubro de 2003. **Estatuto do Idoso**. Brasília: 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.741.htm Acesso em: 05 nov. 2017

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria n. 810, de 22 de setembro de 1989. Dispõe sobre normas para o funcionamento de casas de repouso, clínicas geriátricas e outras instituições destinadas ao atendimento de idosos. **Diário Oficial da União**, Brasília-DF 23 nov. 1989. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/1989/prt0810_22_09_1989.html Acesso em: 05 nov. 2017

BRITO, S. S.; MOREIRA, P. C. Revisão integrativa sobre o envelhecimento em Instituições de Longa Permanência. **Revista IGT na Rede**, v. 15, nº 28, p. 50 – 75, 2018.

BRUNER, J. **Atos de significação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

BERÉ, C. M. **Contrato modelo de prestação de serviços com o idoso**. AMPID, 2012. Disponível em: <http://www.ampid.org.br/v1/contrato-modelo-de-prestacao-de-servicos-com-o-idoso/> Acesso em: 06 fev. 2019.

BULLINGTON, J.; KARLSSON, G. Introduction to phenomenological psychological research. **Scandinavian Journal of Psychology**, 25, 51-63, 1984.

CAMARANO, A. A. Introdução. In: ALCÂNTARA, A. O.; CAMARANO, A. A.; GIACOMIN, K. C. (Orgs.). **Política Nacional do Idoso: velhas e novas questões**. Rio de Janeiro: IPEA, 2016 (p. 15-47).

CAMARANO, A. A. Estatuto do Idoso: avanços com contradições. **Texto para Discussão**. Rio de Janeiro: IPEA, 2013.

CAMARANO, A. A. *et al.* As instituições de longa permanência para idosos no Brasil. In: CAMARANO, A. A. (Org.). **Cuidados de longa duração para a população idosa: um novo risco social a ser assumido?** Rio de Janeiro: IPEA, 2010.

CAMARANO, A. A.; BARBOSA, P. Instituições De Longa Permanência Para Idosos No Brasil: do que se está falando? In: ALCÂNTARA, A. O.; CAMARANO, A. A.; GIACOMIN, K. C. (Orgs.). **Política Nacional do Idoso: velhas e novas questões**. Rio de Janeiro: IPEA, 2016 (p.479-514).

CAMARANO, A. A.; KANSO, S. As instituições de longa permanência para idosos no

Brasil. **Revista Brasileira de Estudos de População**, 27(1), 233-235, 2010a.

CAMARANO, A. A.; KANSO, S. Como as famílias brasileiras estão lidando com idosos que demandam cuidados e quais as perspectivas futuras? A visão mostrada pelas PNADs. *In*: CAMARANO, A.A. (Org.). **Cuidados de longa duração para a população idosa: um novo risco social a ser assumido?** Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; 2010b. p. 93-122.

CAMARANO, A. A.; MELLO, J. L. Introdução. *In*: CAMARANO, A. A. (Org.). **Cuidados de longa duração para a população idosa: um novo risco social a ser assumido?** Rio de Janeiro: IPEA, 2010a.

CAMARANO, A. A.; MELLO, J. L. Cuidados de longa duração no Brasil: o arcabouço legal e as ações governamentais. *In*: CAMARANO, A. A. (Org.). **Cuidados de longa duração para a população idosa: um novo risco social a ser assumido?** Rio de Janeiro: IPEA, 2010b.

CAMARANO A. A.; SCHARFSTEIN E.A. Instituição de longa permanência para idosos: abrigo ou retiro? *In*: CAMARANO, A.A. (Org.). **Cuidados de longa duração para a população idosa: um novo risco social a ser assumido?** Rio de Janeiro: IPEA; 2010. p. 163-186.

CARVALHO, A. M. A.; FRANCO, A. L. S.; COSTA, L. A. F.; OIWA, N. N. Rede de cuidadores envolvidos no cuidado cotidiano de crianças pequenas. *In*: CASTRO, M. G.; CARVALHO, A. M. A.; MOREIRA, L. V. C. (org). **Dinâmica Familiar do Cuidado** (pg. 63-110). Salvador: EDUFBA, 2012.

CARVALHO, A.M.A.; LORDELO, E.R. Infância brasileira e contextos de desenvolvimento: concluindo. *In*: LORDELO, E.R.; CARVALHO, A.M.A; KOLLER, S.H. (Orgs.). **Infância brasileira e contextos de desenvolvimento**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002.

COSTA, S. *et al.* A. Habitação e Urbanismo. *In*: ALCÂNTARA, A. O.; CAMARANO, A. A.; GIACOMIN, K. C. (Orgs.). **Política Nacional do Idoso: velhas e novas questões**. Rio de Janeiro: IPEA, 2016 (p.295-322)

COUTO, E. C. Em que Medida a Política Nacional do Idoso tem sido Efetiva? *In*: ALCÂNTARA, A. O.; CAMARANO, A. A.; GIACOMIN, K. C. (Orgs.). **Política Nacional do Idoso: velhas e novas questões**. Rio de Janeiro: IPEA, 2016 (p. 409-434).

CRISTOPHE, M.; CAMARANO, A. A. Dos asilos às instituições de longa permanência: uma história de mitos e preconceitos. *In*: CAMARANO, A. A. (Org.). **Cuidados de longa duração para a população idosa: um novo risco social a ser assumido?** Rio de Janeiro: IPEA, 2010.

DEBERT, G. G. A dissolução da vida adulta e a juventude como valor. **Horizontes Antropológicos**, v. 16, n. 34, p. 49-70, dez. 2010.

DEBERT, G. G. **A reinvenção da velhice: Socialização e Reprivatização do Envelhecimento** – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Fapesp, 2004.

DEBERT, G. G. Envelhecimento e Curso da Vida. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, v. 5, n. 1, jan. 1997.

DECASTRO, T. G.; GOMES, W. B. Aplicação do método fenomenológico à pesquisa em psicologia: tradições e tendências. **Estudos de Psicologia**. Campinas, 28(2), 153-161, abril – junho, 2011.

DEL DUCA, G. F. *et al.* Indicadores da institucionalização de idosos: estudo de casos e controles. **Rev. Saúde Pública**, São Paulo, v. 46, n. 1, p. 147-153, fev. 2012.

DUARTE, Y. A. O; BERZINS, M.A.V.S.; GIACOMIN, K. C. Política Nacional do Idoso: as Lacunas da Lei e a Questão dos Cuidadores. In: ALCÂNTARA, A. O.; CAMARANO, A. A.; GIACOMIN, K. C. (Orgs.). **Política Nacional do Idoso: velhas e novas questões**. Rio de Janeiro: IPEA, 2016 (p.457-478).

DUARTE, C. V; SANTOS, M. A. E agora ... de quem, cuidarei?: o cuidar na percepção de idosas institucionalizadas e não institucionalizada. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, v. 24, n. 1, p. 2-13, Mar. 2004.

EVANGELISTA, R. A. *et al.* Percepções e vivências dos idosos residentes de uma instituição asilar. **Rev. esc. enferm.** USP, São Paulo, v. 48, n. spe2, p. 81-86, Dez.2014.

FALEIROS, V. P. A Política Nacional do Idoso em Questão: Passos e Impasses na Efetivação da Cidadania. In: ALCÂNTARA, A. O.; CAMARANO, A. A.; GIACOMIN, K. C. (Orgs.). **Política Nacional do Idoso: velhas e novas questões**. Rio de Janeiro: IPEA, 2016 (p.537-569).

FARIA, C. G.; CARMO, M. P. Transição e (In)Adaptação ao Lar de Idosos: Um Estudo Qualitativo. **Psic.: Teor. e Pesq.**, Brasília, v. 31, n. 4, p. 435-442, Dez. 2015.

FEAL, A. Z. F. O Sistema de Garantia de Direitos sob a Ótica da Advocacia. In: ALCÂNTARA, A. O.; CAMARANO, A. A.; GIACOMIN, K. C. (Orgs.). **Política Nacional do Idoso: velhas e novas questões**. Rio de Janeiro: IPEA, 2016 (p.397-408).

FERREIRA, C.; SILVEIRA, W. **Criada subcomissão para propor atualização do Estatuto do Idoso**. Brasília: Agência Câmara Notícias, 2018. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/DIREITOS-HUMANOS/557485-CRIADA-SUBCOMISSAO-PARA-PROPOR-ATUALIZACAO-DO-ESTATUTO-DO-IDOSO.html> Acesso em: 14 set. 2018.

FONSECA, M. M.; GONÇALVES, H. S. Violência contra o idoso: suportes legais para intervenção. **Interação em psicologia**, n. 2, p. 121-128, jul./dez., 2003.

GIACOMIN, K.C. Considerações Finais. In: ALCÂNTARA, A. O.; CAMARANO, A. A.; GIACOMIN, K. C. (Orgs.). **Política Nacional do Idoso: velhas e novas questões**. Rio de Janeiro: IPEA, 2016.

GIACOMIN, K.C.; COUTO E.C. A fiscalização das ILPIs: o papel dos conselhos, do ministério público e da vigilância sanitária. In: CAMARANO, A.A (Org.). **Cuidados de**

longa duração para a população idosa: um risco social a ser assumido? Rio de Janeiro: IPEA; 2010. p. 213-248.

GIACOMIN, K. C.; MAIO, I. G. A PNI na área da saúde. *In*: ALCÂNTARA, A. O.; CAMARANO, A. A.; GIACOMIN, K. C. (Orgs.). **Política Nacional do Idoso: velhas e novas questões**. Rio de Janeiro: IPEA, 2016 (p. 135-174)

GOFFMAN, E. **Manicômios, Prisões e Conventos**. Tradução de Dante Moreira Leite. 9. ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 2015.

GOMES, W. B. A entrevista fenomenológica e o estudo da experiência consciente. **Psicologia USP**. São Paulo, v.8, n.2, p. 305-336, 1997.

GRAEFF L. Instituições totais e a questão asilar: uma abordagem compreensiva. **Estud. Interdiscip. Envelhec.** 2007; 11:9-27.

IBGE. **Projeção da População 2018: número de habitantes do país deve parar de crescer em 2047**. Agência IBGE Notícias, Estatísticas Sociais, 2018. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/21837-projecao-da-populacao-2018-numero-de-habitantes-do-pais-deve-parar-de-crescer-em-2047> Acesso em: 22 dez. 2018.

IBGE. **Síntese de Indicadores Sociais: Uma análise das condições de vida da população brasileira 2016**. Rio de Janeiro: IBGE, 2016.

IBGE. **Síntese de Indicadores Sociais: Uma análise das condições de vida da população brasileira 2014**. Rio de Janeiro: IBGE, 2016.

JOVCHELOVITCH, S.; BAUER, M.W. Entrevista Narrativa. *In*: BAUER, M.W.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes; 2002, p. 90-113.

LINI, E. V.; PORTELLA, M. R.; DORING, M. Fatores associados à institucionalização de idosos: estudo caso-controle. **Rev. bras. geriatr. gerontol.**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 6, p. 1004-1014, Dez. 2016.

MINAYO, M. C. S. Amostragem e Saturação em Pesquisa qualitativa: Consensos e Controvérsias. **Revista Pesquisa Qualitativa**. São Paulo (SP), v.5, n. 7, p. 01-12, abril. 2017

MINAYO, M. C. S. Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 3, p. 621-626, Mar. 2012.

MOREIRA, V. O Método Fenomenológico de Merleau-Ponty como Ferramenta Crítica na Pesquisa em Psicopatologia. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, 2004, 17(3), pp.447-456

NERI, A. L. O legado de Paul B. Baltes à Psicologia do Desenvolvimento e do Envelhecimento. **Temas psicol.**, Ribeirão Preto, v. 14, n. 1, p. 17-34, jun. 2006.

OLIVEIRA, Z. M. R.; GUANAES, C.; COSTA, N. R. A. Discutindo o conceito de “jogos de papel”: uma interface com a “teoria do posicionamento. *In*: ROSSETTI-FERREIRA, M. C. *et*

al. (Org.). **Redes de significações e o estudo do desenvolvimento humano**. Porto Alegre: Artmed, 2004, versão digital.

OLIVEIRA, M. K.; REGO, T. C.; AQUINO, J. G. Desenvolvimento psicológico e constituição de subjetividades: ciclos de vida, narrativas autobiográficas e tensões da contemporaneidade. **Pro-Posições**, Campinas, v. 17, n. 2 (50), maio/ago. 2006. p. 119-138.

OMS. **Resumo - Relatório Mundial de Envelhecimento e Saúde**. Genebra: Organização Mundial da Saúde, 2015. Disponível em <http://sbgg.org.br/wp-content/uploads/2015/10/OMS-ENVELHECIMENTO-2015-port.pdf> Acesso em: 03 jul. 2017.

PASINATO, M. T. M.; KORNIS G. E. M. A inserção dos cuidados de longa duração para idosos no âmbito dos sistemas de seguridade social: experiência internacional. *In*: CAMARANO, A. A. (Org.). **Cuidados de longa duração para a pessoa idosa: um novo risco social a ser assumido?** Rio de Janeiro: IPEA, 2010. p. 39-66.

PERNAMBUCO. Promotoria de Justiça de Defesa do Idoso – 30ª PJDHPI Quantitativo de pessoas idosas acolhidas nas ILPIs de Recife com base nas fiscalizações realizadas no primeiro semestre de 2017. **Diário Oficial do Estado de Pernambuco** - Ministério Público Estadual, Recife-PE, 4 jul. 2017.

PINHEIRO, N. C. G. *et al.* Desigualdade no perfil dos idosos institucionalizados na cidade de Natal, Brasil. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 11, p. 3399-3405, Nov. 2016.

PORAQUI. **Poço da Panela ganha espaço de convivência e acolhimento para a melhor idade**. [S.l.], 2017. Disponível em: <https://poraqui.com/casa-forte/poco-da-panela-ganha-espaco-de-convivencia-para-a-melhor-idade/> Acesso em: 20 fev. 2019

QUEIROZ, A.A. **Investigação qualitativa: A fenomenologia na investigação - Características do método fenomenológico aplicado à investigação**. Coimbra, 2007. Disponível em: <https://docplayer.com.br/3397752-Investigacao-qualitativa-a-fenomenologia-na-investigacao-anaqueirozmae-gmail-com-se-usar-este-material-por-favor-cite-a-fonte.html> Visualizado em: 03 jan. 2019

RIBEIRO, P. R. O. A Judicialização das Políticas Públicas: A Experiência da Central Judicial do Idoso. *In*: ALCÂNTARA, A. O.; CAMARANO, A. A.; GIACOMIN, K. C. (Orgs.). **Política Nacional do Idoso: velhas e novas questões**. Rio de Janeiro: IPEA, 2016. (p. 379-396)

RODRIGUES, A. G.; SILVA, A. A. A rede social e os tipos de apoio recebidos por idosos institucionalizados. **Rev. bras. geriatr. gerontol.**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 1, p. 159-170, Mar. 2013.

ROSENTHAL, G. História de vida vivenciada e história de vida narrada: a interrelação entre experiência, recordar e narrar. **Civitas**. Porto Alegre, v. 14, n. 2, p. 227-249, maio-ago. 2014

ROSSETI-FERREIRA, M. C.; AMORIM, K. S.; SILVA, A. P. S. Rede de significações: alguns conceitos básicos. *In*: ROSSETI-FERREIRA, M.C.; AMORIM, K. S.; SILVA, A. P. S.;

CARVALHO, A. M. A. (Orgs.). **Rede de significações e o estudo do desenvolvimento humano**. Porto Alegre: Artmed, 2004, versão digital.

SBGG. **Manual de funcionamento para instituição de longa permanência para idosos**. São Paulo: SBGG - Seção São Paulo, 2008. Disponível em: <https://pt.scribd.com/doc/74303807/ManualSBGG> Acesso em: 20 fev. 2019

SILVA, A. P. S.; ROSSETTI-FERREIRA, M. C.; CARVALHO, A. M. A. Circunscritores: limites e possibilidades no desenvolvimento. *In*: ROSSETTI-FERREIRA, M.C.; AMORIM, K. S.; SILVA, A. P. S.; CARVALHO, A. M. A. (Orgs.). **Rede de significações e o estudo do desenvolvimento humano**. Porto Alegre: Artmed, 2004, versão digital.

SCHNEIDER, R. H.; IRIGARAY, T. Q. O envelhecimento na atualidade: aspectos cronológicos, biológicos, psicológicos e sociais. **Estud. psicol. (Campinas)**, Campinas, v.25, n.4, p.585-593, Dez. 2008.

TRINDADE, Z. A.; MENANDRO, M. C. S.; GIANÓRDOLI-NASCIMENTO, I. F. Organização e Interpretação de Entrevistas: Uma proposta de procedimento a partir da perspectiva fenomenológica. *In*: Rodrigues, M. M. P.; Menandro, P. R. M. **Lógicas Metodológicas: trajetos de pesquisa em psicologia**. p.71-92. Vitória: GM Editora, 2007.

WANDERLEY, M. N. B. (Org). **Juventude Rural: vida no campo e projetos para o futuro**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2013.

ZITTOUN, T. Living creatively, in and through institutions. **Europe's Journal of Psychology**, 12(1), 1-11, 2016.

ZITTOUN, T. Dynamics of Life-Course Transitions: A Methodological Reflection. Em: **Dynamic Process Methodology in the Social and Developmental Sciences**, chapter 18, 405-429, 2009.

ZITTOUN, T. Learning through Transitions: The Role of Institutions. **European Journal of Psychology of Education**, 23, issue 2, 165-181, 2008.

ANEXO A - PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: PROCESSOS DE SIGNIFICAÇÃO DE IDOSOS SOBRE SUA TRANSIÇÃO DO LAR PARA INSTITUIÇÕES DE LONGA PERMANÊNCIA (ILPI)

Pesquisador: MARIA EDUARDA ARAUJO GONCALVES

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 83023418.9.0000.5208

Instituição Proponente: CENTRO DE FILOSOFIA E CIENCIAS HUMANAS

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 2.632.619

Apresentação do Projeto:

Projeto da dissertação de mestrado apresentado ao Curso de Pós Graduação em Psicologia, da Universidade Federal de Pernambuco como requisito parcial à obtenção do título de mestre.

Objetivo da Pesquisa:

Identificar e discutir as significações atribuídas pelos idosos que vivem em ILPIs ao processo de transição do lar para essa instituição e se essas significações se relacionam à percepção que têm de sua rede de apoio.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

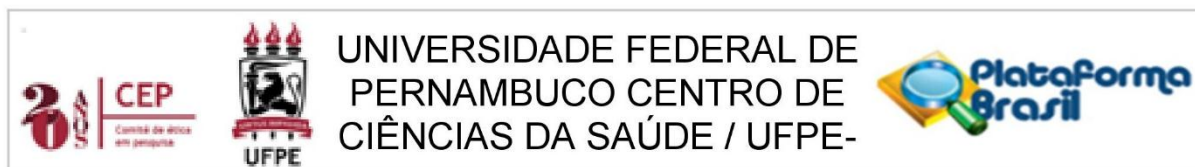
Adequados

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Será usado o procedimento de narrativas autobiográficas, que permite que cada participante fale, livremente e sem interrupções, sobre sua história de vida, destacando os aspectos que ele próprio julga importantes, construindo uma narrativa até seu momento atual de vida.

O prontuário dos participantes será avaliado, para fornecer os dados sociodemográficos de cada um. Também será avaliado o livro de visitas da instituição, para que forneça pistas sobre a possível rede de apoio de cada participante. O regimento interno institucional será analisado para identificar as normas e rotinas institucionais, que efetivamente influenciam no cotidiano de cada

Endereço: Av. da Engenharia s/nº - 1º andar, sala 4, Prédio do Centro de Ciências da Saúde
Bairro: Cidade Universitária **CEP:** 50.740-600
UF: PE **Município:** RECIFE
Telefone: (81)2126-8588 **E-mail:** cepccs@ufpe.br



Continuação do Parecer: 2.632.619

um deles.

Será critério de inclusão na amostra ser residente da ILPI e mostrar disponibilidade e interesse em participar da pesquisa, a partir de contatos preliminares.

Será critério de exclusão ter registro em prontuário de possíveis comprometimentos intelectuais, uma vez que o procedimento de coleta exige, minimamente, memória e fala preservadas e organizadas.

Inicialmente, serão realizadas visitas para conhecer a instituição, conhecer de modo geral os residentes, o funcionamento institucional e os modos de relacionamento, a fim de interferir minimamente em suas rotinas, como também formalizar os acordos de pesquisa, além de possibilitar a seleção intencional da amostra.

Serão selecionados os 4 idosos para participarem da pesquisa.

O primeiro material avaliado será o regulamento interno das instituições, a fim de identificar as normas e rotinas institucionais, que efetivamente influenciam no cotidiano dos idosos e possivelmente circunscrevem os seus processos de significação.

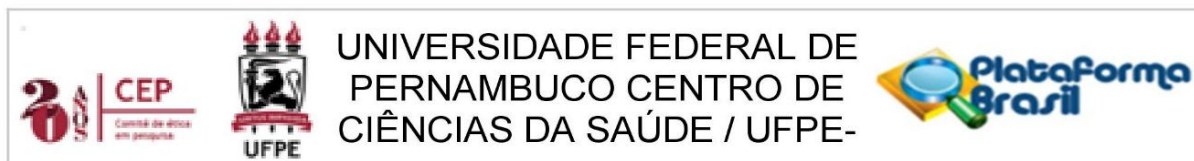
Será examinado o prontuário de cada idoso participante do estudo, para análise dos seus registros sociodemográficos.

Será examinado o registro de visitas dos idosos, para identificar o número de pessoas e a frequência com que visitam os idosos participantes.

Aos participantes, será solicitada uma narrativa de caráter autobiográfico. As narrativas autobiográficas permitem que os entrevistados falem livremente sobre os tópicos que julgam ser mais importantes, revelando aspectos que marcaram sua trajetória de vida e que marcam também os contextos de desenvolvimento, de relações sociais, de poder e seu posicionamento geral no mundo.

Será solicitado ao idoso que fale, livremente e sem interrupções, sobre sua história de vida,

Endereço: Av. da Engenharia s/nº - 1º andar, sala 4, Prédio do Centro de Ciências da Saúde
Bairro: Cidade Universitária **CEP:** 50.740-600
UF: PE **Município:** RECIFE
Telefone: (81)2126-8588 **E-mail:** cepccs@ufpe.br



Continuação do Parecer: 2.632.619

destacando os aspectos que ele próprio julga importantes, construindo uma narrativa até seu momento atual de vida, indicando quando finalizar seu relato. Assim, a pergunta condutora será: quero que o Sr./a Sra. me conte, livremente e do modo que achar que deve, sobre sua história de vida, destacando o que julgar importante e me indicando quando finalizar seu relato.

A partir do momento que o participante iniciar sua fala, será evitada ao máximo a intervenção da pesquisadora, a qual se reservará a formulação de perguntas que podem esclarecer dúvidas sobre o relato, apenas ao final dele.

Considerando que as falas nesse tipo de procedimento podem se estender por um período prolongado de tempo, a depender da disponibilidade e disposição dos entrevistados, as fases podem ser divididas em dias diferentes. De qualquer forma, deverá privilegiar-se que a narrativa central aconteça ininterruptamente, em uma única sessão.

Todos os relatos serão transcritos minuciosamente, no empreendimento de preservar ao máximo todas as características da fala dos participantes, de acordo com orientação metodológica de Minayo (2012).

Os dados passarão por uma ordenação inicial, como por instituição e sexo dos entrevistados, para encontrar, possivelmente, as homogeneidades e diferenças. Então, serão reorganizados sucessivamente a partir dos temas que emergirem das próprias falas dos idosos. Estes temas deverão ser sintetizados em tópicos que tiverem maior destaque, por reiteração, nos relatos, privilegiando os sentidos e os significados produzidos. A interpretação desses tópicos se dará a partir dos objetivos de pesquisa e do referencial teórico eleito, além do que pode emergir doravante do próprio processo de organização do material.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Adequados

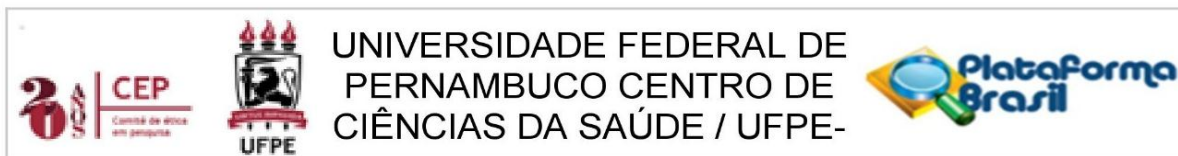
Recomendações:

Nenhuma

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Nenhuma

Endereço: Av. da Engenharia s/nº - 1º andar, sala 4, Prédio do Centro de Ciências da Saúde
Bairro: Cidade Universitária **CEP:** 50.740-600
UF: PE **Município:** RECIFE
Telefone: (81)2126-8588 **E-mail:** cepccs@ufpe.br



Continuação do Parecer: 2.632.619

Considerações Finais a critério do CEP:

As exigências foram atendidas e o protocolo está APROVADO, sendo liberado para o início da coleta de dados. Informamos que a APROVAÇÃO DEFINITIVA do projeto só será dada após o envio do Relatório Final da pesquisa. O pesquisador deverá fazer o download do modelo de Relatório Final para enviá-lo via "Notificação", pela Plataforma Brasil. Siga as instruções do link "Para enviar Relatório Final", disponível no site do CEP/CCS/UFPE. Após apreciação desse relatório, o CEP emitirá novo Parecer Consubstanciado definitivo pelo sistema Plataforma Brasil.

Informamos, ainda, que o (a) pesquisador (a) deve desenvolver a pesquisa conforme delineada neste protocolo aprovado, exceto quando perceber risco ou dano não previsto ao voluntário participante (item V.3., da Resolução CNS/MS Nº 466/12).

Eventuais modificações nesta pesquisa devem ser solicitadas através de EMENDA ao projeto, identificando a parte do protocolo a ser modificada e suas justificativas.

Para projetos com mais de um ano de execução, é obrigatório que o pesquisador responsável pelo Protocolo de Pesquisa apresente a este Comitê de Ética relatórios parciais das atividades desenvolvidas no período de 12 meses a contar da data de sua aprovação (item X.1.3.b., da Resolução CNS/MS Nº 466/12). O CEP/CCS/UFPE deve ser informado de todos os efeitos adversos ou fatos relevantes que alterem o curso normal do estudo (item V.5., da Resolução CNS/MS Nº 466/12). É papel do/a pesquisador/a assegurar todas as medidas imediatas e adequadas frente a evento adverso grave ocorrido (mesmo que tenha sido em outro centro) e ainda, enviar notificação à ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária, junto com seu posicionamento.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1063450.pdf	11/04/2018 11:42:16		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	projeto detalhado.docx	11/04/2018 11:40:58	MARIA EDUARDA ARAUJO GONCALVES	Aceito
Outros	CARTADERESPOSTAPENDENCIAS.docx	11/04/2018 11:39:47	MARIA EDUARDA ARAUJO GONCALVES	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento /	TCLEESUARDA080218.doc	08/02/2018 12:50:03	MARIA EDUARDA ARAUJO	Aceito

Endereço: Av. da Engenharia s/nº - 1º andar, sala 4, Prédio do Centro de Ciências da Saúde
Bairro: Cidade Universitária **CEP:** 50.740-600
UF: PE **Município:** RECIFE
Telefone: (81)2126-8588 **E-mail:** cepccs@ufpe.br



Continuação do Parecer: 2.632.619

Justificativa de Ausência	TCLEESUARDA080218.doc	08/02/2018 12:50:03	GONCALVES	Aceito
Folha de Rosto	folhaderosto.pdf	08/02/2018 11:39:26	MARIA EDUARDA ARAUJO GONCALVES	Aceito
Outros	cartadeanuencialarbatista.pdf	08/02/2018 09:52:27	MARIA EDUARDA ARAUJO GONCALVES	Aceito
Outros	comprovanteDeVinculoComCurso.pdf	06/02/2018 21:14:02	MARIA EDUARDA ARAUJO GONCALVES	Aceito
Outros	TermoConfidencialidade.pdf	06/02/2018 21:09:56	MARIA EDUARDA ARAUJO GONCALVES	Aceito
Outros	lattespesquisadora.pdf	06/02/2018 21:07:46	MARIA EDUARDA ARAUJO GONCALVES	Aceito
Outros	lattesorientadora.pdf	06/02/2018 21:07:13	MARIA EDUARDA ARAUJO GONCALVES	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

RECIFE, 03 de Maio de 2018

Assinado por:
LUCIANO TAVARES MONTENEGRO
 (Coordenador)

Endereço: Av. da Engenharia s/nº - 1º andar, sala 4, Prédio do Centro de Ciências da Saúde
Bairro: Cidade Universitária **CEP:** 50.740-600
UF: PE **Município:** RECIFE
Telefone: (81)2126-8588 **E-mail:** cepccs@ufpe.br